

**UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES**  
**INSTITUTO UNIVERSITÁRIO CANDIDO MENDES- CAMPOS**  
**MESTRADO EM PLANEJAMENTO REGIONAL E GESTÃO DE CIDADES**

**ROSIMERY RIBEIRO DE SOUZA**

**DO TRABALHO PARA A ESCOLA: uma análise do Programa de Erradicação  
do Trabalho Infantil no setor canavieiro em Campos dos Goytacazes**

Campos dos Goytacazes  
2004

ROSIMERY RIBEIRO DE SOUZA

DO TRABALHO PARA A ESCOLA: uma análise do Programa de Erradicação  
do Trabalho Infantil no setor canavieiro em Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
Planejamento Regional e Gestão de Cidades da  
Universidade Candido Mendes – Campos, como  
requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.  
Área de concentração: Planejamento Regional e  
Gestão de Cidades

Orientadora: Dr.<sup>a</sup> Patrícia Silveira de Farias

Campos dos Goytacazes  
2004

ROSIMERY RIBEIRO DE SOUZA

DO TRABALHO PARA A ESCOLA: uma análise do Programa de Erradicação  
do Trabalho Infantil no setor canavieiro em Campos dos Goytacazes

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em  
Planejamento Regional e Gestão de Cidades da  
Universidade Candido Mendes – Campos, como  
requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre.  
Área de concentração: Planejamento Regional e  
Gestão de Cidades

BANCA EXAMINADORA

---

Profª Drª Patrícia Silveira de Farias – Orientadora  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

Profª Drª Marlúcia Cereja de Alencar  
Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

---

Profª Drª Fátima Regina Cecchetto - UERJ  
Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Campos dos Goytacazes  
2004

A Joelson Higinio de Souza, meu marido

Pelas madrugadas passadas ao computador, sempre companheiro, estimulando-me na edificação desse trabalho.

## AGRADECIMENTOS

A DEUS, espírito de luz que não se ausentou nos meus momentos angustiantes.

Aos meus familiares pelo silêncio respeitoso na minha ausência, em especial aos meus sobrinhos.

À professora Dr<sup>a</sup>. Patrícia Silveira de Farias pelo empenho e seriedade, desempenhados na orientação, estimulando-me ao exercício acadêmico.

À professora Dr<sup>a</sup> Rosélia Perissé da Silva Piquet pela competência e dedicação ao Curso de Planejamento Regional e Gestão de Cidades.

À Carmen Célia de Oliveira Azevedo Moretto, grande amiga que sensibilizada com as minhas lágrimas, viabilizou o meu acesso à Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social.

Aos amigos que construí, pelos momentos de crescimento partilhados.

Ao C.E. Raimundo de Magalhães, especialmente à direção e à coordenação, pelo incentivo, e aos alunos, motivo da construção desse trabalho.

Aos representantes da OIT, em Brasília, pela liberação da bibliografia.

À Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social e monitores pela colaboração.

Aos pais, crianças e adolescentes do PETI pela acolhida, sobretudo, pelo gesto carinhoso, desejando que invertam a trajetória percorrida, abandonando o trabalho por causa da escola, para que no futuro não tenham que abandonar o trabalho por falta da escola.

“ Se as coisas são inatingíveis  
Ora...não é motivo para não querê-las  
Que tristes os caminhos  
Se não fora a presença  
Distante das estrelas”.

Mário Quintana

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo analisar e acompanhar a execução do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) nos pólos rurais de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz no município de Campos dos Goytacazes. A pesquisa de campo constou de aplicação de 288 questionários às crianças e aos adolescentes, 156 aos pais e 32 entrevistas feitas aos executores do Programa. Percorremos a trajetória do trabalho infantil no mundo, no Brasil e em Campos dos Goytacazes na atividade canavieira. Examinamos o processo de implantação do PETI, prioritariamente na década de 90, considerando as Convenções 138 e 182 da OIT e os mecanismos legais do ordenamento jurídico brasileiro. Enfocamos o cotidiano das crianças e adolescentes nos pólos em estudo e os efeitos que o PETI provocou na vida das famílias contempladas pela Bolsa Criança-Cidadã, tendo como pano de fundo a política de assistência social. Conclui-se que, embora o Programa contribua para ampliar a frequência escolar e reduzir o trabalho infantil, não conseguiu ainda erradicá-lo, em decorrência das implicações que o problema envolve, tanto de ordem cultural e econômica, quanto principalmente, estrutural e política.

## ABSTRACT

This study intends to analyse and to describe the evolution of the “Programa de Erradicação do Trabalho Infantil” (PETI) in rural concentrations of Travessão de Campos, Três Vendas and Santa Cruz, in Campos dos Goytacazes. The research involved the application of 288 questions applicated to the children and adolescent who participate in the Program, 156 questions to then parents and 32 to program appliers. We describe the trajectory of Childlike Work in the world, in Brazil and in Campos dos Goytacazes in sugar cane activity, and analyse the process of PETI implantation, exactly in 90’ s, considering the OIT 138 and 182 Conventions and the Brazilian Juridical laws. We examine the children and adolescent routine in the areas where we has concentrated the study and, reflect on the effect that PETI represented in for familes and children. The research concludes that, although the Program cooperates to enlarge the school frequence and to reduce childlike work, it hadn’t gotten to eradicate it dueto economic and cultural and political implications this program involves.

## SUMÁRIO

|  |    |
|--|----|
| <u>INTRODUÇÃO</u> .....  | 1  |
| <br>   |    |
| 1. <u>A TRAJETÓRIA DO TRABALHO INFANTIL</u> .....  | 8  |
| <br>   |    |
| 1.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS .....   | 8  |
| 1.2. A SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO MUNDO .....  | 10 |
| 1.3. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL .....   | 12 |
| 1.4. O TRABALHO INFANTIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES .....  | 15 |
| 1.4.1.A degeneração do trabalho infantil: dos anos 70 aos 90 .....                                   | 17 |
| 1.4.2.A escolarização e o trabalho infantil .....  | 19 |
| <br>   |    |
| 2. <u>POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL:</u><br>assistência social e educação ..... | 22 |
| 2.1. REESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL A PARTIR DA<br>CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 .....             | 25 |
| 2.2. A ESFERA PÚBLICA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DÉCADA DE 90 .....                                   | 26 |
| 2.3. O TRABALHO INFANTIL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL.....   | 29 |
| 2.4. A EDUCAÇÃO NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL .....  | 30 |
| 2.4.1. A questão da escola rural.....  | 32 |
| 2.4.2. Ações educativas contra o trabalho infantil.....  | 34 |
| <br>   |    |
| 3. <u>O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI</u> .....                                | 37 |
| 3.1. O PETI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO .....  | 41 |
| 3.2. AS PRIMEIRAS INICIATIVAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES:<br>o Programa Desafio .....                  | 42 |
| 3.3. O PETI EM CAMPOS DOS GOYTACAZES .....   | 43 |
| 3.3.1. Caracterização do PETI .....  | 48 |
| 3.3.2. Os pólos rurais .....   | 50 |
| 3.3.2.1. Travessão de Campos .....   | 50 |
| 3.3.2.2. Três Vendas .....   | 52 |
| 3.3.2.3. Santa Cruz .....  | 54 |
| 3.3.2.4. O cotidiano da jornada ampliada nos três pólos .....  | 56 |
| 3.4. OS EXECUTORES DO PETI NOS PÓLOS .....   | 59 |
| 3.5. O PETI: uma análise dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e<br>Santa Cruz .....         | 61 |
| 3.5.1. Os pais .....   | 61 |
| 3.5.1.1. O Programa de Geração de Emprego e Renda .....  | 72 |
| 3.5.2. As Crianças e os adolescentes .....   | 74 |

|  |     |
|--|-----|
| 4. <u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u> .....                               | 81  |
| 5. <u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u> .....                         | 86  |
| 6. <u>APÊNDICES</u> .....  | 90  |
| 6.1. QUESTIONÁRIO APLICADO AS CRIANÇAS E OS ADOLESCENTES .....     | 91  |
| 6.2. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PAIS .....                          | 93  |
| 6.3. ROTEIRO DE ENTREVISTAS FEITAS AOS PROFISSIONAIS DA SMDPS..... | 96  |
| 6.4. ROTEIRO DE ENTREVISTAS FEITAS AOS MONITORES .....             | 97  |
| 6.5. FIGURAS .....   | 98  |
| 7. <u>LISTA DE ILUSTRAÇÕES</u> .....                               | 101 |
| 8. <u>LISTA DE TABELAS</u> .....                                   | 102 |

## INTRODUÇÃO

O objeto desta pesquisa é o acompanhamento e análise do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, em Campos dos Goytacazes - RJ. Tomaram-se, como atores, as crianças e os adolescentes na faixa de sete a 15 anos e suas respectivas famílias inseridas neste programa de assistência social, empreendido pelo Governo Federal a partir de 1996.

O trabalho infantil é um fenômeno antigo, enraizado em valores culturais. A questão é complexa, devido à falta de dados consistentes que vençam as implicações de ordem prática com os números da realidade, e as dificuldades com as diferentes concepções. Tentando contornar estes problemas, a Organização Internacional do Trabalho (OIT), considerou trabalho infantil como sendo aquele executado por crianças menores de 15 anos de idade, com o objetivo de prover o seu sustento e/ou o sustento de sua família (CASTANHA, 2002, p. 4).

No decorrer da Revolução Industrial, a utilização de crianças e adolescentes em trabalhos insalubres e perigosos demonstrava o vínculo do capital com essa mão-de-obra. Tratava-se de uma relação que viabilizava a exploração de uma força de trabalho que, além de não reivindicar um salário, era desvalorizada. A utilização da mesma como necessidade da classe operária e lucrativa para empresários nas sociedades capitalistas vincula-se à questão das relações sociais historicamente construídas.

No Brasil, o problema, embora associado à pobreza e desigualdade social, agrega-se a outros fatores de natureza cultural, econômica e de organização social da produção, responsável também pelo seu agravamento. Ocorre de forma regionalmente diferenciada, fundada numa cultura de valorização do trabalho de crianças e adolescentes, visando a retirá-las do ócio e da delinquência. O ingresso de crianças no mundo do trabalho nem sempre coincide com as razões justificadas por elas. Na maioria dos casos, são vítimas da miséria, causando prejuízos ao seu pleno desenvolvimento, por se caracterizar como arriscado e

degradante. Sendo assim, os pais, muitas vezes, argumentam ser isto necessário à manutenção do núcleo familiar. Há situações, como dos pequenos proprietários rurais, que dependem do trabalho de toda a família para manter a produção (RIZZINI, 2004, p. 386).

Para Zaluar (1994), essas crianças e adolescentes vivem as duras conseqüências da rápida e não planejada saída do homem do campo para as cidades, expurgando-o para seu entorno, cujos equipamentos urbanos e comunitários somados à crise do emprego são insuficientes. Esses precoces trabalhadores refletem a deficiente infra-estrutura e crise no mercado de trabalho, bem como a fragilidade e descontinuidade das políticas públicas.

No mundo, segundo Castanha (2002), estima-se em 240 milhões o número de crianças e adolescentes de cinco a 14 anos que trabalham. Calcula-se que há portanto, uma criança trabalhadora em cada seis delas na população mundial. Sendo assim, o problema não se restringe aos países pobres, embora 95% desses trabalhadores vivam em países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. No Brasil, há 3.094 milhões de pequenos trabalhadores entre cinco e 15 anos, conforme dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD, 2001).

Para Osterne (1994), somente na década de 70 a sociedade brasileira começou a se dar conta do problema, época em que a jornada de trabalho em busca da sobrevivência levava à exaustão, espelhando o quadro das desigualdades sociais. Segundo Draibe (1989) e Zaluar (1994), nos anos 80, o impacto da crise econômica, marcada por altíssimo grau de concentração de renda, subemprego e baixos níveis salariais, afetou principalmente crianças e adolescentes. Daí surgiram projetos alternativos para responder ao problema social, frente a uma ausente política preventiva clara e às iniciativas privadas de várias procedências, durações e abrangências. Na área pública, esses programas caracterizaram-se como emergenciais voltados para a iniciação profissional e para a educação.

Em relação ao Brasil, a Constituição Federal de 1988 garantiu suporte jurídico à elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, 1990), que se tornou fundamental na luta contra o trabalho infantil. Criou-se, ainda, o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA, 1991) e os Conselhos de Direitos Estaduais e Municipais, bem como os Conselhos Tutelares.

No início dos anos 90, no Brasil, após fortes denúncias de exploração dessa mão-de-obra em atividades como o tráfico de drogas, prostituição, trabalho doméstico, informal e, principalmente, na lavoura canavieira, o tema ocupou espaço na agenda nacional. Entretanto, ainda é necessário ampliar as discussões, discutir causas, conseqüências e possíveis soluções (CRIANÇAS..., 2002, p. 14).

É também na década de 90 que as normas internacionais da OIT, através da Convenção 138, fixaram a idade para ingresso ao trabalho de crianças e adolescentes, além de estabelecer a obrigatoriedade escolar. Quanto à Convenção 182, tratou das piores formas do trabalho infantil.

No entanto, as alterações ocorridas no aspecto jurídico no Brasil não impediram que crianças e adolescentes de famílias pobres permanecessem exploradas, exigindo esforço conjunto das três instâncias de governo, sociedade e órgãos envolvidos. Esse fato levou o Brasil, em 1992, a ser o primeiro país da América Latina e do Caribe a compor o Programa Internacional para Eliminação do Trabalho Infantil (IPEC), da OIT. A escolha não ocorreu por acaso. Naquela época, a taxa brasileira de atividades envolvendo crianças entre 10 e 14 anos era de 18%, só perdendo para o Paraguai (19,9%) e Haiti (24,4%) (CRIANÇAS..., 2003, p.15).

Nos últimos 10 anos, todos os focos de atenção recaíram sobre a zona rural, onde se registrou, maior incidência dessa mão-de-obra, na região sisaleira e pedreira na Bahia, nas carvoarias e plantações de erva-mate no Mato Grosso do Sul, e nos canaviais de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro (CRIANÇAS..., 2003, p.16).

Segundo Neves (1999), nos municípios do Norte Fluminense, de tradição canavieira, a situação é particularmente séria. Tal fato fez Campos dos Goytacazes ser pioneiro na erradicação do trabalho infantil, em resposta às acusações feitas pela sociedade civil, sindicatos e imprensa local, ocorrendo a implantação do PETI, em 1998, nesse município.

Em Campos, durante décadas, a trajetória de crianças e adolescentes é assinalada pela troca da mochila por marmita em direção ao canavial. Estes deixam de estudar e brincar para contribuir com a renda familiar, fato reproduzido por gerações, ainda que sob o risco social e contrariando as disposições legais da Constituição Federal do Brasil/88 e do ECA. Essa questão atrela-se à cultura da cana, forçando a inserção desses trabalhadores precocemente adultizados. Portanto, ficar sem dedo, cortar o pé ou a perna faz parte do cotidiano de quem cedo convive com o facão na mão, espelhando a cultura da própria família, segundo a qual, assim, se evitaria a marginalidade.

Essa situação marcou a memória de uma educadora que convive com a realidade do abandono escolar rumo ao trabalho precoce. Soma-se a problemas como deficiência da aprendizagem, baixa escolaridade e evasão escolar, causando questionamentos a quem cresceu e viveu num município que furtou os sonhos dessas crianças e adolescentes. Tal fato impactante despertou interesse em analisar o tema, buscando compreender a vida destes, indo à raiz do problema, para investigá-lo e desvelá-lo. Neste sentido, buscou-se estudar o PETI

em Campos dos Goytacazes, elegendo os pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz para estudo, em decorrência dos dois primeiros constituírem os maiores pólos rurais do Programa. Outro aspecto que serviu de motivação foi a localização dos três povoados. São locais predominantemente agrícolas, canavieiros, com famílias de baixa renda, precárias condições habitacionais, alto índice de desemprego e desnutrição infantil, algumas em completa miséria.

Soma-se ao fato de estarem próximos a três usinas de açúcar - Santa Cruz, Sapucaia e Outeiro, a última atualmente desativada - que absorvem o trabalho das famílias no campo, incluindo crianças e adolescentes. A usina de Santa Cruz tem sido inclusive denunciada na Subdelegacia do Trabalho, sob alegação de existência de trabalho de adultos e adolescentes sob regime escravo (ABERRAÇÃO..., 2003, p. 7). Essa condição degradante foi a provocação para uma pessoa atuante na educação, sensibilizada como agente social a pesquisar o trabalho infantil, suas conseqüências sociais e sua erradicação.

Sendo assim, esta pesquisa apresenta a primeira hipótese: até que ponto o PETI efetivamente mantém a criança e o adolescente na escola erradicando o trabalho infantil em Campos dos Goytacazes? A segunda: todas as famílias das crianças e adolescentes inscritas no PETI ampliaram a renda através da Bolsa Criança-Cidadã e estão contempladas pelo Programa de geração de emprego e renda?

Acompanhou-se a execução do PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, visando a identificar o percentual de crianças e adolescentes inseridos no Programa que retornaram e/ou permaneceram na escola no período da pesquisa, a inserção das famílias atendidas pelo PETI no Programa de geração de emprego e renda e mensurar a renda que a Bolsa Criança-Cidadã proporcionou a estas famílias.

A investigação trata de um estudo de caso, focado em crianças e adolescentes nos três pólos do PETI. Constitui-se, ainda, como público-alvo a família, suas expectativas, demandas e percepções, como beneficiária da política de assistência social. A análise constou ainda da multiplicidade de vozes ouvidas da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social (SMDPS) - gestora do PETI no âmbito local, coordenadores, pedagogos e monitores do PETI; profissionais atuantes no Centro Cultural e planejadores do Programa de geração de emprego e renda da Fundação Norte Fluminense de Desenvolvimento Regional (FUNDENOR).

A metodologia fundamentou-se na pesquisa documental, bibliográfica e de campo nos três pólos mencionados, no período de agosto a dezembro de 2003.

Na pesquisa documental, utilizaram-se documentos oficiais, relatórios, projetos e programas da SMDPS, documentos técnicos, artigos de jornais, mapas, legislação e sites. Este levantamento foi complementado com visitas, encontros e contatos individuais na SMDPS, onde são inscritas as crianças e adolescentes, e que centraliza toda a documentação referente ao Programa. Isto possibilitou acesso aos documentos oficiais, identificação e seleção dos pólos que seriam analisados. Deste levantamento constou ainda a análise da Constituição Federal de 1988, da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS,1993), da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB,1996) e do ECA (1990), como suporte jurídico.

O levantamento bibliográfico, que deu suporte teórico à presente pesquisa, teve como destaque o estudo feito por Neves (1999) em Campos dos Goytacazes. Somam-se Enguita (1989); Gnaccarini (1993); Schwartzman (2001); Cipola (2001); Castanha (2002); Rizzini (2004), dentre outros. Foram utilizados também dados da PNAD (2001), além do Relatório e Plano de Trabalho do IPEC no Brasil (1998), que apóia projetos técnica e financeiramente na área de trabalho infanto-juvenil.

Referente ao estudo de campo, utilizaram-se as pesquisas qualitativa e quantitativa. Realizaram-se visitas semanais aos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz no período de agosto a dezembro de 2003, viabilizando encontros com os monitores, as crianças, os adolescentes e seus pais. Esse contato possibilitou o levantamento do número de crianças e adolescentes inseridos no Programa, estabelecendo um perfil da origem, escolaridade, frequência, desempenho escolar e atividades que eram desenvolvidas antes do ingresso no PETI. O público-alvo foi o universo dos inscritos em cada um dos três pólos e mantidos no Programa até dezembro de 2003.

Aplicou-se um questionário com perguntas abertas e fechadas a crianças e adolescentes em novembro de 2003, em dois dias alternados (APÊNDICE 1). Do universo de 389 inscritos nos três pólos, 288 responderam-no. Embora o propósito fosse abranger todas crianças e adolescentes inscritos no Programa, razões de frequência impossibilitaram.

Em relação aos pais, utilizou-se o mesmo padrão de questionário com perguntas abertas e fechadas (APÊNDICE 2). A aplicação realizou-se em dois espaços. Um deles foi a sede dos pólos, quando foram convocados pelos monitores, num período que antecedeu ao pagamento da Bolsa Criança-Cidadã. O outro ocorreu nas madrugadas dos cinco dias de pagamento do mês de novembro, quando os pais se enfileiravam nas calçadas da rua em frente à SMDPS à espera da hora de receber o contracheque referente ao pagamento da Bolsa Criança-Cidadã atrasado sete meses. Foram 156 pais ou responsáveis a responderem o questionário.

No que tange aos executores do Programa foram realizadas as entrevistas com roteiro pré-estabelecido, através do contato individual. Na SMDPS, dos 58 profissionais do PETI, 15 foram entrevistados (APÊNDICE 3). Quanto aos monitores, realizaram-se encontros semanais nos pólos, viabilizando as entrevistas feitas a 17 desses, num universo de 19 (APÊNDICE 4).

As informações coletadas nortearam o diagnóstico da renda familiar referente à Bolsa Criança-Cidadã, assim como a inserção das famílias em cursos de qualificação profissional, visando a inseri-las no mercado de trabalho e a viabilizar a geração de renda. Os dados foram analisados e transformados em figuras e tabelas. Ressalta-se que, junto a esses instrumentos, deu suporte especial para a conclusão da pesquisa, a documentação fotográfica. As fotos foram obtidas no decorrer do trabalho, quando se realizaram as visitas a cada espaço destinado ao funcionamento das atividades ou eventos que envolveram as crianças e os adolescentes dos referidos pólos.

A análise do PETI fundamentou-se no depoimento dos diversos atores, visando a compreender os efeitos provocados pelo Programa na vida de crianças, jovens e suas respectivas famílias quanto às possibilidades de transformação a partir de uma experiência cuja raiz está na percepção de que o trabalho infantil será erradicado. Através dos resultados da pesquisa, detectaram-se as relações que se estabelecem entre o processo de escolarização e a exploração de trabalho infanto-juvenil. Foi, ainda, verificado se houve a erradicação dessa modalidade de trabalho, como pretende o Programa.

A partir das considerações teórico-metodológicas feitas, apresenta-se a estruturação da pesquisa em três capítulos.

O capítulo um apresenta os antecedentes históricos referentes ao trabalho infantil em diferentes épocas, associado ao processo de socialização e aprendizagem. Traçou-se o perfil desses trabalhadores no mundo e no Brasil, prioritariamente, na década de 90, quando o país voltou-se para a erradicação dessa mão-de-obra, em resposta às denúncias formuladas. Posteriormente, contextualiza-se o trabalho infanto-juvenil no município de Campos dos Goytacazes, particularmente nas lavouras de cana-de-açúcar, estabelecendo relação com o processo de escolarização.

O capítulo dois aborda as políticas públicas de erradicação do trabalho infantil partindo de uma discussão sobre a política de assistência social e educacional, considerando a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS,1993) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB,1996) .

O capítulo três enfoca o PETI, tendo como suporte a Constituição Federal de 1988, o ECA e o Ministério do Trabalho, além da Secretaria de Assistência Social e SMDPS. Nesse capítulo, tratou-se das primeiras iniciativas para erradicar o trabalho infantil em Campos dos Goytacazes, através de experiências pontuais obtidas no Programa Desafio e o processo de implantação do PETI. Faz-se referência, ainda, aos pólos rurais de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, objetivando analisar o cotidiano da jornada ampliada. Nesse contexto, referenciaram-se os executores do PETI e a percepção que os mesmos tinham em relação ao Programa. Fez-se uma análise dos dados da pesquisa feita com os pais, às crianças e os adolescentes, além das questões referentes à renda familiar e à vinculação ao Programa de geração de emprego e renda.

Nas considerações finais, analisa-se o PETI, caracterizado como política de assistência social, considerando-se a proposta do Programa e os objetivos da pesquisa, realiza-se um estudo do funcionamento do mesmo. Tal postura baseia-se na questão referente à permanência da criança e do adolescente na escola regular e na jornada ampliada, visando à erradicação do trabalho infantil. Aborda-se, ainda questões referentes à inserção das famílias no Programa de geração de emprego e renda e atividades sócio-educativas. Propõe-se, com esse estudo, fornecer subsídios que possam contribuir, particularmente na esfera municipal, para transformar as condições gerais de funcionamento do Programa.

## 1. A TRAJETÓRIA DO TRABALHO INFANTIL

### 1.1. ANTECEDENTES HISTÓRICOS

O trabalho infantil é uma problemática antiga na história do homem. Há referências, inclusive na cultura do povo hebreu, quanto à exploração de crianças e a repulsa que isso causava naquela época. No século VI a.C., os judeus, de volta a Jerusalém após o exílio na Babilônia, já se insurgiam contra o destino de seus filhos, escravizados em troca de alimentos (CIPOLA, 2001, p. 31-32).

Já nas sociedades antigas do Ocidente, o trabalho era dotado de valor útil e indicava processo de aprendizagem, formação e sociabilidade. “A criança saía de sua família na mais tenra idade indo para outro lar, para ser aprendiz de ofício e de bons costumes” (ARIÈS, 1981, p. 10 - 11).

Desta forma, na Roma Antiga, por exemplo, onde a economia assentava-se na agricultura, a criança incorporava-se à lida da terra, participava do processo de integração do trabalho visando à manutenção da existência humana, sem exploração, sem dano e prejuízo ao seu desenvolvimento. As atividades eram paulatinas e sucessivas, baseadas no ritmo biológico e cultural e na condição física da criança. O jovem varão acompanhava o pai no trabalho da terra e as filhas permaneciam junto à mãe, ajudando-a em outras tarefas. A convivência com adultos assegurava-lhe sociabilidade pelo trabalho, e proporcionava soma de conhecimentos práticos para viver em comunidade. A criança aprendia a viver e a trabalhar no dia-a-dia com os adultos, com as gerações mais experientes.

No final da Idade Média, entretanto, havia algo mais que nobres, artesãos e camponeses. Um setor crescente da população, antecipação da grande massa que seria despojada dos meios de vida no processo da Revolução Industrial, vivia marginalizado das relações dominantes de produção, como mendigos, vagabundos e órfãos. Sendo assim, a

inquietação por crianças pobres não era nova, havendo preocupação com a ordem pública e pelo desperdício que representava para a nação seus braços inativos (ENGUIA, 1989, p. 108).

Na Inglaterra, no século XVIII, com o desenvolvimento das manufaturas, converteram-se as crianças em frutos da cobiça dos industriais como mão-de-obra barata. O aparecimento dos orfanatos e de unidades de internamento e disciplina - casas de trabalho e estabelecimentos similares – marcou essa época. As *workhouses* transformaram-se em *Schools of Industry* ou em *College of Labour*. O essencial já não era os filhos fazerem um trabalho útil visando à sua formação, mas educá-los na disciplina e nos hábitos necessários para o trabalho produtivo para os patrões.

Autores da época expressavam a vontade de ver crianças pobres desde os quatro anos “escolarizadas”, submetidas a muitas horas de trabalho e alguma instrução.

Quando estas crianças tiverem quatro anos, serão enviadas a uma casa de trabalho rural e, ali, ensinadas a ler duas horas ao dia, e mantidas plenamente ocupadas o resto de seu tempo em qualquer das manufaturas da casa. É de considerável utilidade que estejam, de um modo ou de outro, constantemente ocupadas ao menos doze horas por dia, quer ganhem a vida ou não; pois, por este meio, esperamos que a geração que está crescendo estará tão habituada à ocupação constante que, em geral, lhe será agradável e divertida...(FURNISS, 1965 *apud* ENGUIA, 1989, p. 109).

Na França, como em outros países europeus, a situação não era diferente; crianças e adolescentes internados em hospícios e outras instituições serviam como mão-de-obra barata para os industriais que os contratavam e exploravam. Estavam convencidos das vantagens dessa força de trabalho de pouco valor, graças à vida comunitária, obediência e hábito de trabalhar. No norte da Europa, os fabricantes têxteis qualificavam os orfanatos como escolas de preparação para as fábricas. Em Berlim, crianças pobres dos seis aos dezesseis anos eram inscritas em “escolas industriais”, onde dois terços de seu tempo eram dedicados ao trabalho e o resto à instrução rudimentar (ENGUIA, 1989, p. 110).

No mundo moderno, no séc. XIX, com o processo de industrialização, o trabalho da criança transformou-se numa questão social.

À medida que a maquinaria torna a força muscular dispensável, ela se torna o meio de utilizar trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento corporal imaturo, mas com membros de maior flexibilidade. Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra de ordem da aplicação capitalista da maquinaria (MARX *apud* SILVA, 2002, p. 154).

Assim, a questão do trabalho como meio de formação da sociabilidade das crianças e dos adolescentes em cada período histórico assume configurações diferenciadas. Mesmo no século XX, por exemplo, a década de 50 apresentava-se sob a forma de terapia ocupacional, seguindo-se na década de 70 a perspectiva que considerava o trabalho infanto-juvenil como iniciação profissional. Já nos anos 80, este trabalho era visto como implementação de atividades produtivas geradoras de renda e na década de 90, como profissionalização e engajamento no mercado de trabalho (PADILHA, 2001, p. 23).

Hoje, o processo de sociabilidade mudou; a criança não é mais aprendiz de ofícios, mas é diretamente envolvida no mundo do trabalho de forma pervertida e precária, em prejuízo de outras instâncias de sociabilidade, como por exemplo, da escola, vizinhança, comunidade, praça, parque, arte, etc. Outros espaços estão sendo criados, como a vivência na rua, o mundo das drogas, o mercado de trabalho prematuro e informal, enfim, a vida dos “infratores”, alvo de discussão de organizações internacionais e nacionais.

## 1.2. A SITUAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL NO MUNDO

Em todas as partes do mundo há crianças trabalhando, o que intensifica a mobilização no combate ao precoce trabalho infanto-juvenil, fato corrente em países desenvolvidos e particularmente nos subdesenvolvidos. Existem crianças trabalhando em grande número de setores, em situações sociais distintas, representando um desafio a ser enfrentado em larga escala. Dentre as atividades, há aquelas difíceis de se estimar quanto ao quantitativo dos envolvidos, tais como trabalho doméstico, comércio de drogas, prostituição e guerrilhas.

A mídia denuncia e a sociedade repudia cada vez mais as jornadas exaustivas de crianças e adolescentes no trabalho infantil, além dos abusos dos empregadores que utilizam essa mão-de-obra.

Países do mundo inteiro, sob coordenação da OIT, reuniram-se em 1998, em Haia (Holanda), quando articularam um movimento mundial denominado Marcha Global, rejeitando a abusiva exploração laboral da criança. Questionaram-se as formas intolerável e tolerável dessa força de trabalho. A primeira trata do tipo de trabalho mais explorado, abusivo, penoso, com longas jornadas, incapaz de se compatibilizar com a escola na vida da criança. A segunda forma refere-se à força de trabalho infantil invisível, que é socialmente aceita, por se entender que tem cumplicidade, conivência, sendo promovida e legitimada pela sociedade. É “lícita” para a sociedade e “ilícita” para a legislação. A forma dita tolerável

trata das atividades laborais que podem “combinar” trabalho com escola, evitando a ociosidade do tempo livre.

Dos calçados de Franca aos tapetes do Paquistão, do suco de laranja exportado do Brasil aos tênis produzidos no Sri Lanka, sabe-se hoje quais os países, por faixa etária, setor, sexo e cor, que mais violam os princípios da OIT, prioritariamente o referente a menores de 14 anos.

Em 2000, no mundo, mais de 351 milhões de crianças entre cinco e 17 anos de idade eram economicamente ativas. Destas, 245 milhões estavam efetivamente ocupadas, sendo 178 milhões nas piores formas de trabalho infantil, consideradas perigosas<sup>1</sup>. Na faixa etária entre cinco e 14 anos de idade, mais de 111 milhões estavam trabalhando em atividades consideradas penosas. Entre cinco e 17 anos, 8 milhões exerciam atividades ilícitas, como narcotráfico, prostituição, trabalho escravo, indústria pornográfica, ou mesmo soldados em guerras (OIT, 2002, p. 20).

Considerando-se a distribuição regional dos ativos na faixa etária de cinco a 14 anos de idade, a maior parte das crianças e adolescentes que trabalha concentra-se na Ásia e no Pacífico (60%), seguido da África Subsaariana (23%), América Latina e Caribe (8%). Vale ressaltar que, para as demais faixas etárias, não existem dados (SILVA; NEVES JR; ANTUNES, 2002, p. 21).

Uma característica do trabalho infantil no mundo é que, das crianças de cinco a 14 anos que trabalham, três quartos o fazem em negócios e atividades da própria família. Dessas, a maior parte não exerce atividades remuneradas.

A América Latina possui o terceiro pior desempenho em termos de continente quanto ao uso do trabalho infanto-juvenil. Consta no Relatório do IPEC (1998) que 7,6 milhões de crianças entre 10 e 14 anos estão trabalhando, o que representa 4% da população economicamente ativa. Dentre esses, 90% na economia informal; três em cada quatro deles não têm sequer dois anos de escolaridade. A média de jornada de trabalho é de 35 horas semanais, e 90% recebem salário inferior ao mínimo de seus países. Atingindo a idade adulta, conseguem um salário cujo valor atinge apenas 20% daquele que recebem os jovens que passaram a trabalhar com 18 anos e possuem em média sete anos de escolaridade.

---

<sup>1</sup> Atividades perigosas, penosas, insalubres ou degradantes na área urbana: comércio em feiras e ambulantes; lixões; engraxates, flanelinhas; distribuição e vendas de jornais, revistas e comércio de drogas. Na área rural: cultura de sisal, algodão e fumo; horticultura; cultura de laranja e outras frutas; coco e outros vegetais; pedreiras e garimpos; salinas, cerâmicas e olarias; madeireiras e marcenarias; tecelagem; fabricação de farinha e outros cereais; pesca; cultura da cana de açúcar e carvoaria (BRASIL, 2002, p. 3).

Segundo dados do IPEC, na Colômbia, um dos países mais exploradores de trabalho infantil do continente americano, 400 mil crianças não possuem nenhum grau de instrução. Argentina, Chile e Uruguai detêm melhor desempenho nesse quesito. Na Argentina, segundo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 1999), existem 252 mil crianças que trabalham e no Chile, 107 mil. Estas só podem trabalhar após concluírem a educação básica e receberem autorização dos pais (CIPOLA, 2001, p. 25).

No caso do trabalho semi-escravo, o IPEC cita dois países da América Latina. Um deles é o Brasil, onde se constatou a prática desse trabalho por crianças que exerciam atividades laborais, compelidas por suas próprias famílias (queima de carvão nos estados do Mato Grosso e Minas Gerais; e, nos estados de Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro, o cultivo da cana-de-açúcar). O outro país é a República Dominicana, com trabalho infantil na atividade canavieira.

A ausência de criança na escola e o trabalho infantil são fenômenos que caminham juntos. Por essa razão, as ações de combate devem envolver a criança com a escola. Nos países em que a incidência de trabalho infantil é maior, a educação elementar e gratuita apresenta-se deficitária, não atendendo à demanda, além de ser desvinculada da realidade da criança; assim, os pais não encontram estímulo para manterem seus filhos na escola. Estes fatores podem ser causadores do alto índice de trabalho infantil nesses países, inclusive no Brasil.

### 1.3. O TRABALHO INFANTIL NO BRASIL

Durante muito tempo, no Brasil, o trabalho infantil foi tratado ora como consequência da pobreza, ora como solução para amenizar seus efeitos. A sociedade concordava ou aceitava que o ideal para as crianças e adolescentes das camadas menos favorecidas seria aprender uma profissão o quanto antes, de modo a contribuir para a renda familiar e evitar a possibilidade de ingresso na marginalidade.

O Brasil, embora tenha uma média 50% inferior em relação ao continente, ainda é um grande explorador de mão-de-obra infantil. Tanto que a taxa de trabalho infantil no país é uma das três maiores da América Latina, se considerarmos o trabalho de crianças de cinco a 14 anos. Países com situação semelhante, como Honduras e Guatemala, têm renda *per capita* três vezes inferior à brasileira (CIPOLA, 2001, p. 25).

Na década de 70, correspondente à utilização da alta tecnologia e à expansão do trabalho assalariado, estudiosos destacam a ampliação do uso e visibilidade desta força de

trabalho, sem, no entanto, representar melhoria para as condições de vida do contingente de pessoas do campo. Ao contrário, isto significou apenas crescimento do subemprego, na forma de massa numerosa de trabalhadores clandestinos, desprotegidos da regulamentação legal do trabalho agrícola. Este fenômeno incide nas áreas de agricultura brasileira onde se concentra a maior parte da produção e do emprego precário em atividades de curto período de tempo. Esses trabalhadores geralmente vivem na periferia das pequenas ou médias cidades e são contratados por intermediários (GNACCARINI, 1993, p. 81-87).

A partir dos anos 90, no Brasil, prevenir e erradicar o trabalho infantil tornou-se questão crucial, de relevância nacional, por significar tema importante na agenda social e impactante no quadro internacional. A infância e a adolescência são etapas de vida essenciais à educação e à formação do indivíduo. Portanto, combater a exploração dessa força de trabalho tornou-se desafio para os países pobres. Abolir o trabalho infantil representa estratégia para melhorar os indicadores sociais e reduzir as desigualdades, contribuindo, ao nível regional, para o desenvolvimento local.

No país o trabalho infantil é proibido a crianças e adolescentes com idade inferior a 16 anos<sup>2</sup>, à exceção do trabalho na condição de menor aprendiz, a partir dos 14 anos. Segundo a PNAD (2001), havia 5,5 milhões de crianças e adolescentes entre cinco e 17 anos trabalhando. Destas, mais de um milhão não freqüentavam a escola e quase 49% trabalhavam sem remuneração. Entre os remunerados, 41,5% ganhavam até meio salário mínimo e 35,5% de meio a um salário. Isso significa que 77% das crianças e adolescentes ganhavam um salário mínimo ou menos. Somente 0,4% deles ganhavam mais que três salários mínimos de remuneração.

As atividades agrícolas concentravam 43,4% das crianças e adolescentes. Entre os aspectos pesquisados pela primeira vez, ressaltaram-se os inseridos nos programas sociais educacionais e o tempo de permanência na escola. Destes, 1,9 milhão na faixa de 10 a 14 anos e 296 mil de cinco a nove anos de idade. A pesquisa também revelou que reduziu o percentual de crianças e adolescentes trabalhando entre os anos de 1999 a 2001.

Segundo a PNAD (2001), em todas as faixas etárias e regiões há crianças e adolescentes trabalhando, detectando-se o maior índice na região Nordeste e menor na Sudeste.

A força de trabalho dessas crianças e adolescentes é utilizada tanto na área urbana, como na rural. Dentre as atividades agrícolas desenvolvidas, destaca-se o cultivo do alho,

---

<sup>2</sup> Constituição Federal (CF, 1988) art. 7º, inciso XXXIII.

cana-de-açúcar, milho, laranja, melancia, tomate, soja, cultivados sem condições de segurança, colocando em risco a vida das crianças.

A criança que trabalha quase sempre o faz em detrimento da escola, gerando adulto com baixa qualificação, dificuldade para competir no mercado de trabalho, e escassas chances de emprego e ascensão social. Esse fato contribui para que o indivíduo adulto, vivendo sob a sombra do desemprego, inclua filhos ainda na infância no trabalho, visando a garantir sustento da família. O trabalho precoce produz efeitos nocivos à educação e à formação da criança e do adolescente. Quanto à educação, inviabiliza freqüência às aulas, reduz aproveitamento e causa evasão escolar. Quanto à formação, o indivíduo ainda criança ou jovem com trabalho em regime integral e responsabilidade excessiva tende a apresentar estresse físico, social ou psicológico (SANTOS, 2002, p. 43).

Ressaltam-se determinados tipos de trabalho que contribuem para o desenvolvimento de habilidade e socialização da criança e do adolescente, desde que não interfiram na educação escolar, recreação e repouso. Esses são trabalhos de ajuda aos pais nos afazeres domésticos, lojas, supervisão de entidades públicas ou privadas, voltadas para o aprimoramento profissional (GONÇALVES, 1997 *apud* SILVA; NEVES JR; ANTUNES, 2002, p 35).

Desde os primórdios da agricultura canavieira, as tarefas consideradas mais “leves”, como retirar a palha da cana, capinar e vigiar o gado às margens do canavial, preferencialmente eram reservados aos mais novos. No Brasil, a vinculação do trabalho infanto-juvenil à produção da cana-de-açúcar faz parte de um modelo de uso de força de trabalho posto em prática por usineiros e produtores de cana. A presença de crianças e jovens trabalhando como canavieiros era tão comum que os juízes do trabalho passaram a tratá-los como tais: trabalhadores por inteiro, aceitando suas queixas e julgando-as sem que a precocidade do envolvimento trabalhista desses empregados mirins fosse um argumento que invalidasse suas reivindicações. Portanto, a exploração nas lavouras canavieiras é tão antiga quanto a própria cultura. O facão e a marmita, fazem parte do cotidiano de crianças que deixam de estudar e brincar para ajudarem os pais a aumentar a renda familiar, desrespeitando o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) sancionado pela Lei nº 8.069/90. A dificuldade financeira propicia o trabalho desde cedo para não “morrer de fome”. Embora não tenham vínculo empregatício com as usinas, crianças e adolescentes são contratados por empreiteiros (DOURADO; DABAT; ARAÚJO, 2004, p. 419).

O combate ao trabalho infantil requer ações preventivas e de erradicação, em substituição da repressão. As bases legais e institucionais quanto ao problema não se

restringem apenas ao cumprimento da lei, mas envolvem o tratamento das causas que geram esse ato de exploração. Portanto, ênfase deverá ser dada aos programas do Governo Federal designados a combater o trabalho infantil, principalmente nos municípios onde há incidência dessa prática.

#### 1.4. O TRABALHADOR INFANTIL EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

No município de Campos dos Goytacazes e em toda a região Norte-Fluminense, crianças e adolescentes trabalham em diversas atividades, destacando-se os canaviais.

A rotina deles começa na madrugada, quando preparam as vasilhas com comida. Posteriormente, esperam pelo ônibus de bóias-frias e iniciam a viagem rumo aos locais de trabalho. O motorista recorre a estradas sem calçamento para fugir da fiscalização da polícia rodoviária, devido à falta de segurança e irregularidade do transporte. Assim são transportados os trabalhadores infanto-juvenis de Travessão de Campos, por exemplo. Antes de começar o trabalho, comem e bebem água para enganar a fome que surge durante a jornada de trabalho de até 16 horas. Esforçam-se para que o ganho do final de semana seja satisfatório, obtendo o máximo no período da safra, que poderá permanecer por seis meses. Estas pequenas mãos cortam, em média, 100 metros de cana queimada e recebem em torno de R\$ 5,00 por dia, como revela uma mãe entrevistada em Travessão de Campos.

A maioria desses trabalhadores é formada por analfabetos, vivendo na miséria e sem expectativas de ascensão social. Além da enxada e da foice como instrumentos de trabalho, carregam no rosto a marca do cansaço; mesmo assim, encontram motivos para se manter no trabalho. Estudar, para essas crianças, não faz parte do cotidiano, tão pouco brincar. Vencidos pela exaustão, ao chegarem a casa acabam dormindo para recomeçarem no dia seguinte.

A demarcação das etapas da vida biológica é uma construção social, comportando singularidades culturais. Entre os trabalhadores da cultura da cana-de-açúcar no município de Campos dos Goytacazes, esta periodização corresponde aos meios de que as famílias podem se valer para garantir a produção. A infância é concebida como uma fase cujo limite se encontra entre os 12 e os 14 anos, dependendo do desenvolvimento físico. Desse modo, os jovens poderão se integrar ao mundo dos adultos através da responsabilidade pelo trabalho e do direito ao tempo livre fora do espaço familiar, como o da vizinhança.

Para Azevedo; Huzak; Porto (2002) o trabalho dos filhos, na compreensão dos pais, prioritariamente a partir dos 11 ou 12 anos, sempre foi justificado como necessidade de colaboração na sobrevivência. Portanto, está aí em questão o conceito de ciclo de vida referente ao término da infância e início da vida adulta. A partir dos 14 anos, dificilmente os genitores aceitam da prole comportamentos atribuídos à infância. Há obrigação, no mínimo, dos jovens se sustentarem.

A inclusão laborativa prematura dos filhos expressa uma divisão familiar do trabalho, quando estes, desde cedo, devem assumir responsabilidades na constituição dos bens fundamentais ao consumo. O sacrifício forçado valoriza a participação na vida familiar e dignifica o modo de pertencimento ao grupo e a construção da identidade do trabalhador. Esta visão local constitui elemento importante a ser considerado nas ações para controle do trabalho infantil (AZEVEDO; HUZAK; PORTO, 2002, p. 1-2).

Sob quaisquer circunstâncias, independente das condições, os pais consideram o trabalho precoce, “natural”, pelo fato da família ser numerosa e o rendimento do responsável pela unidade familiar não ser satisfatório à subsistência de seus dependentes. Essa característica é recorrente no processo de inserção de jovens, na geração dos avós, pais e filhos. Assim, associa-se o trabalho infantil ao processo de socialização seguindo os valores que referenciam este modo de vida.

As famílias que residiam como agregadas nas fazendas da usina ou de fornecedores incorporavam os filhos ao trabalho agrícola; entretanto, para tal condição, deviam admitir a imposição das crianças e adolescentes como trabalhadores marginais. O vínculo formal era garantido pelo pai, chefe de família, que respondia inclusive pela admissão laborativa dos filhos. Orgulhar-se de ter começado a trabalhar tão cedo é revelar o direito adquirido à formalização das relações de trabalho. Portanto, o trabalho infantil na cultura da cana, quanto à formação de trabalhadores livres, assalariados, permitia tanto a complementação do rendimento, como correspondia à socialização da força de trabalho e ao investimento dos trabalhadores na reprodução desse sistema de poder e trabalho, além de significar ações organizadas objetivando salvar ou assegurar o emprego.

Do lado dos donos dos canaviais pressionar pela inserção de crianças e adolescentes funcionavam como estratégia política, visando a assegurar a reprodução de gerações de trabalhadores na mesma situação, além da possibilidade de controlar a migração e reforçar o enraizamento ao lugar de origem. Assim, como as famílias estavam “protegidas” pelo trabalho, e pela residência dentro da fazenda, os administradores desta unidade de produção asseguravam certa autonomia e distância da legislação (NEVES, 1999, p. 65).

Na tentativa de conciliar estudo e participação financeira do filho, a mãe, embora reconheça o esforço antecipado do filho, não consegue liberá-lo em face da crescente desvalorização do salário, pois essa mão-de-obra constitui uma “ajuda”. Desse modo, são as condições do corte da cana que definem a participação das crianças como agregadas das mães, em atividades como limpar, capinar e plantar, ou, como eles dizem: “arremessar cana”. A divisão de trabalho que associa mãe e filho propicia ganhos inexpressivos para o olhar externo, mas significativos para quem está condenado a formas extorsivas do valor da força de trabalho.

#### 1.4.1. A degeneração da força de trabalho infantil: dos anos 70 aos 90

Na década de 70, as relações de trabalho foram alteradas em consequência do intenso processo de industrialização, reduzindo por falência ou fechamento voluntário um significativo número de usinas. Esse fato, agregado ao desrespeito à legislação trabalhista, marcada por atraso de pagamento de salários, férias e fundo de garantia, provocou maior empobrecimento dos trabalhadores e reduziu a capacidade de mobilização política. Assim, incorporou-se o trabalho de crianças e adolescentes, utilizando-se principalmente os filhos mais velhos; a obtenção do rendimento também se diferenciava entre meninos e meninas.

A expulsão dos trabalhadores das fazendas para a periferia urbana agravou a situação do trabalho infantil. As famílias, geralmente às margens das rodovias, ou na periferia urbana, passam a adotar hábitos voltados para o consumo mercantil e adquirem necessidades que exigem maiores gastos.

Na região canavieira de Campos dos Goytacazes, tem havido a participação dos meios de comunicação e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos e da Indústria de Açúcar, no sentido de denunciar a inclusão de crianças e adolescentes no corte da cana. Os interlocutores dos meios de comunicação utilizam diversas maneiras de divulgarem a exploração e a violência física provocada, sobressaindo aquela que retrata a desumanização do trabalhador. Desse modo, a explicitação do problema mostra as condições precárias de vida familiar, especialmente quanto à forma de organização, que se distancia dos padrões dominantes. No entanto, ressalta-se que os próprios órgãos de imprensa anunciam antecipadamente os rituais de fiscalização, colaborando para dissimular o problema e desqualificar a denúncia, através da interrupção temporária do trabalho, evitando o flagrante. Esse fato pode ser exemplificado pela publicação feita no *Jornal O Globo* de uma *blitz* que seria realizada pelo Ministério Público do Trabalho, devido à divulgação da notícia de que

havia 6 mil crianças entre sete e 14 anos de idade trabalhando no corte e moagem da cana-de-açúcar, 12 horas por dia, em 14 usinas de Campos (6 MIL..., 1995, p. 9).

A intervenção do Ministério do Trabalho vem sendo reclamada por dirigentes sindicais, comprovando a ineficácia dos mecanismos usados pelos representantes institucionais: ações isoladas e descontínuas. Embora o trabalho infantil exija punições e restrições, a prática dos profissionais vinculados ao Estado expressa formas contraditórias de participação. Quanto aos inúmeros acidentes, órgãos responsáveis pela assistência do trabalhador não se responsabilizam pelo atendimento, já que, por estarem na clandestinidade, estes trabalhadores não contribuem para a previdência social. O fato provoca efeitos perversos nos trabalhadores infanto-juvenis, em geral de saúde precária, devido ao trabalho desgastante e condições adversas de reprodução física e social. (NEVES, 1999 p. 41).

Tal situação torna-se visível quando crianças e adolescentes são utilizados no corte de cana em canaviais nas imediações das suas próprias residências, geralmente acompanhados dos pais. Assim, os empreiteiros transferem para os responsáveis a obrigação de esconderem os filhos incorporados ao trabalho, mediante relações de vizinhança e práticas submissas. Soma-se a isso o dever de assumirem o ônus da doença profissional ou do recorrente acidente de trabalho.

O caso do trabalho infanto-juvenil está quase sempre envolvido na luta política entre empregadores, sindicato de trabalhadores e representantes dos órgãos do governo, responsáveis pela fiscalização da legislação. Esse fato contribuiu para que atores sociais dedicados à erradicação do trabalho infantil se preocupassem em dimensionar quantitativa e qualitativamente o problema. Para isso, em 1997, colocaram em prática o mecanismo de cadastramento, sob a coordenação da Universidade Popular da Baixada<sup>3</sup> (UPB) de parte da população associada à cultura da cana-de-açúcar nos municípios de Campos dos Goytacazes, Carapebus, Cardoso Moreira, Conceição de Macabu, Quissamã, São Fidélis, São João da Barra e São Francisco do Itabapoana. Ressalta-se que esses trabalhadores estavam concentrados em áreas periféricas às cidades-sede de tais municípios ou em povoados urbanos, devido ao processo de expulsão de moradores do interior das fazendas. Desse modo, os critérios de delimitação do espaço coberto pelo cadastramento obedeceram a esta dispersão e concentração. Selecionaram-se ainda trabalhadores residentes em áreas rurais (NEVES, 1999, p. 45).

---

<sup>3</sup> A Universidade Popular da Baixada é uma ONG, que funciona na Baixada Fluminense – RJ e trabalha com pesquisas e projetos de consultoria voltados para políticas públicas (NEVES, 1999, p. 43).

A finalidade do cadastro foi projetar a quantidade de recursos financeiros necessários à mobilização de pais e trabalhadores infanto-juvenis, de modo que estes abandonassem o trabalho assalariado e mesmo familiar, desde que apresentasse obstáculo para frequentar a escola. No município de Campos dos Goytacazes foram cadastrados 4.330 domicílios que abrigavam crianças e adolescentes (56,4% entre sete e 14 anos de idade).

A cultura da cana-de-açúcar, embora seja predominante, não opera isoladamente, articulando-se a outras complementares ou paralelas. Desse modo, tendo como unidade de quantificação a família, outras ocupações absorvedoras de trabalho infanto-juvenil foram levantadas e consideradas para efeito de prevenção e erradicação. Assim, a gama de atividades retrata as inúmeras possibilidades de inserção, de exploração e de constrangimentos. Portanto, considerando-se os objetivos do cadastro, definiu-se que aquelas atividades que possibilitassem ajuda familiar impeditiva de frequentar a escola, por qualquer razão, seriam caracterizadas como trabalho infantil.

Nesse contexto, incorpora-se o trabalho doméstico – que, por se constituir no interior da unidade familiar e ser por ela acobertado, é difícil de ser constatado. Soma-se a pecuária, que intensifica o uso da força de trabalho infantil através da inclusão dos membros da família do campeiro. O cumprimento de tarefas relacionadas a essa atividade poderá se contrapor ao horário de funcionamento da escola. Além disso, as áreas apropriadas para pecuária estão mais concentradas em fazendas, geralmente distantes dos povoados, onde em regra está localizada a escola. Portanto, é provável que o horário de trabalho dos filhos de campeiros seja concomitante ao da escola, além da distância desta. Agregam-se outras atividades que poderão ser desenvolvidas paralelamente à canavieira, ou no período de entressafra, como: biscates, cultura da mandioca, artesanato de esteiras, cultura de arroz e feijão, hortigranjeiros, cerâmica e outros.

#### 1.4.2. A escolarização e o trabalho infantil

Em Campos dos Goytacazes, os mais pobres trocam a escola pelo trabalho; já os mais favorecidos, ou seja, aquelas famílias que recebem mais de dois salários mínimos, adiam a introdução dos filhos no mercado de trabalho, em favor da escola. Entretanto, até entre as pessoas de baixa renda, a noção da importância da escolaridade para o futuro da criança está presente, mesmo entre os que trabalham. (RIZZINI, 2004, p. 381).

Segundo a UPB, até 1997, das 1.010 crianças e adolescentes cadastrados que trabalhavam em Campos dos Goytacazes, 66,1% deixaram de estudar e, apesar de matriculados, não freqüentavam a escola diariamente, revelando que assumiam dupla tarefa, isto é, estudavam e trabalhavam nos canaviais. Além disso, 5,1% nunca haviam ido à escola.

Dentre os fatores causadores do abandono escolar estão a necessidade de complementação de renda familiar e o problema referente ao deslocamento da casa à escola, dificultado pela carência de transporte (AZEVEDO; HUZAK; PORTO, 2002, p. 2).

A baixa taxa de escolaridade prevalente entre trabalhadores infanto-juvenis é ampliada na zona rural, inerente ao modelo de “escola pública democrática”, cuja alta finalidade oficialmente não se desmente, embora não se cumpra. Para esses precoces trabalhadores, a escola aparece de modo idealizado: a infância deveria ser uma fase marcada por “um tempo para estudar, um direito”; e em nome dele, criticam o papel desempenhado pela escola. Tal valor, no entanto, se contrapõe à realidade da evasão escolar entre crianças e adolescentes. A escolaridade, que lhes está à mão, não se apresenta como canal de acesso a ocupações com alguma qualificação e particularmente como meio de mobilidade social. (GNACCARINI, 1993, p.1 01)

A vinculação escolar ou ao trabalho apresenta-se de forma ambígua para os pais. Estes admitem a necessidade de ampliar o grau de escolarização, entretanto, a maior parte dos jovens que entra precocemente no trabalho o faz não apenas por questões financeiras, mas em decorrência do deficiente desempenho escolar. Embora para os pais esta instituição seja fundamental para disciplinar seus filhos, a falta de assiduidade dos professores, o mau desempenho do aluno e o longo tempo necessário para a conquista de um saber que altere o seu destino tornam a escola uma instituição de certa forma descartável. Parte dos meninos, na faixa de 12 a 13 anos, prefere alcançar a independência com que o pequeno provento acena, a permanecer nesta posição ambígua. (NEVES, 1999, p. 90)

Se a escola representa o espaço onde se incute um propósito não concretizado, passa a ser secundarizada ou substituída por outro universo viável na aproximação do final da infância, isto é, o de disciplinar através do trabalho (AZEVEDO; HUZAK; PORTO, 2002, p. 2). Tal fato é demonstrado na fala da mãe entrevistada:

... Eu falo assim: -meu filho tem que estudá pra não tê o futuro de cortá cana como eu, melho ir prá escola que ficá na rua. As vez faz até um biquinho, ajuda, fica cansado, incosta o caderno. Mas também estuda, gasta ropa, calçado, não aprendi nada, termina os estudo na 4<sup>a</sup> séri e não tem o que faze acaba ficando a toa, sem profissão. Parado não podi ficá, aprendi o que não presta com coleguice, o jeito é voltá pra ajuda na cana, mesmo ganhando só pro pão. (Cortadora de cana, 45 anos, entrevistada em novembro de 2003, moradora em Travessão de Campos).

A ambigüidade do seu discurso revela a impossibilidade de construção de projetos para os filhos. A escola não apresenta alternativas mobilizadoras, o trabalho não é recompensado pelo salário. A entrevistada acaba por optar pela integridade moral, na tentativa do filho não engrossar a fileira dos delinquentes identificados pela vizinhança (NEVES, 1999, p. 96).

Esta percepção da inviabilidade das instituições e o medo da adesão dos filhos à delinqüência são fatores que terminam por valorizar positivamente o trabalho. A escola vai se revelando como um elemento estranho e distante da vida dessas famílias.

Enfatiza Rizzini (2004):

Adolescentes empregados... mencionavam com frequência que abandonaram os estudos por falta de vagas ou devido à longa distância da escola. Outros motivos declarados referiam-se à saúde: doenças, esgotamento físico, cansaço; à família quando esta passa por dificuldades financeiras, mudança de residência, necessidade de executar outras tarefas; e ao trabalho quando há incompatibilidade de horário, e longas distâncias a serem percorridas.

Segundo Neves (1999), a problemática da escolaridade dos precoces cortadores de cana em Campos dos Goytacazes identifica que a valorização da escola no meio rural envolve estreita relação com as expectativas de alguns pais para que os filhos possam superar as condições a que vêm sendo submetidos, embora muitos reconheçam que o sistema escolar não possibilita mobilidade e não responde aos estímulos requeridos por estes segmentos sociais. Ressalta-se, no entanto, que a escola não pode ser vista como a única instituição capaz de romper as relações de exploração às quais são submetidos esses trabalhadores filhos de famílias expropriadas do mundo dos cidadãos.

## 2. POLÍTICAS PÚBLICAS DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL: assistência social e educação

Nos anos 70, o sistema econômico brasileiro baseou-se numa estrutura assentada em baixos salários, alta concentração de renda e seus desdobramentos – miséria, subemprego e desemprego. Desse modo, desenvolveu-se um esquema assistencial denso, sobreposto, dirigido a grupos específicos, ditos “de risco”, que afetava a maior parte da população assalariada, definindo-se como critério de elegibilidade a renda familiar de até dois salários mínimos (DRAIBE, 1989, p. 10).

Nesse contexto, os programas assistenciais foram dirigidos a crianças, menores abandonados, dentre outros integrantes da grande maioria da população. Entretanto, a pobreza não se reduz à privação material; define lugares sociais, sociabilidades e identidades. “A pobreza é a velha idéia de que existem obrigações sem direitos correspondentes, como as obrigações de beneficência que derivavam da negação de que o beneficiário fosse titular de um direito”. (BOBBIO, 1992, p. 80).

No final dos anos 70, ocorreram alterações na política social brasileira frente à centralização, fragmentação e superposição de programas, somados às pressões e demandas sociais, crise e desemprego, inclusive omissão do Governo Federal, quando se reordenaram áreas da ação social no âmbito dos governos estaduais e municipais. Tais governos, especialmente os de oposição, tomaram medidas no campo social: alternativas de baixo custo, descentralização de decisão e gestão de programas. Associa-se a isto a ampliação do grau de participação popular na produção de bens e serviços, além de ações sociais dirigidas à clientela específica, especialmente a pessoas de baixa renda. Ainda que fossem parciais e fragmentadas, essas iniciativas abriram caminhos pró-democratização das políticas sociais. Argumentava-se nos discursos oficiais o resgate da chamada “dívida social” (MACEDO, 1988 *apud* DRAIBE, 1989, p. 26).

Desse modo, a proteção social passou a ser complementada com mecanismos assistenciais, como FUNABEM (Fundação Nacional de Bem Estar do Menor), LBA (Legião Brasileira de Assistência) dentre outros. Essa distribuição gratuita de bens e serviços de creches, recreação e iniciação ao trabalho pretendiam garantir condições de vida aos carentes pelo menos indo além da pura doação. No entanto, esses programas eram precários, indefinidos, não institucionalizados, descontínuos e raramente avaliados (MACEDO, 1988 *apud* DRAIBE, 1989, p. 11)

Ainda no final da década de 70, o espaço assistencialista reforçou a prática clientelista, fundada na relação de proteção em troca de apoio e submissão. Tal postura poderá ser até hoje a que mais obstaculiza a política social, afetando a alocação de recursos em decorrência de outras formas de “arranjos”, visando a centralizar a distribuição de benefícios em períodos eleitorais (DRAIBE, 1989, p. 12).

Nesse contexto, ressaltam-se três questões presentes nas políticas sociais brasileiras: a burocrático-organizacional, o padrão de financiamento do gasto social e a privatização das políticas sociais.

O organismo burocrático produz a ineficiência dos programas sociais e desvios de alvos, com tendência a menos benefícios às camadas populares. Quanto aos recursos financeiros, humanos e institucionais, apresentam deficiente processo de alocação e aplicação, ocasionando perda de absorção dos mesmos antes da sua real aplicação nos programas. O distanciamento entre formuladores, executores e beneficiários afeta a capacidade dos programas sociais face à demanda. A ausência de mecanismos de controle e avaliação impossibilita corrigir deficiências, clientelismos e fraudes dos benefícios. Soma-se a instabilidade e descontinuidade dos que exigem inovações, além da questão de ordem corporativa e privada nas definições e dinâmica de funcionamento da máquina social do Estado (DRAIBE, 1989, p. 16).

No que tange ao padrão de financiamento das políticas sociais, considera-se a questão extremamente regressiva quanto ao gasto social. A natureza dos recursos dirigidos ao financiamento do gasto social é de origem fiscal, correspondente à ação do Estado quanto aos gastos públicos e obtenção da receita pública. Entretanto, tendenciosamente, o gasto social apoiou-se cada vez mais nos fundos sociais e nos previdenciários, com participação cada vez mais reduzida dos recursos de origem fiscal (AZEREDO, 1987 *Apud* DRAIBE, 1989, p. 16).

Em relação à privatização das políticas sociais no Brasil, os usuários tenderam a pagar pelos serviços públicos, ainda que tenham contribuído direta ou indiretamente pelos mesmos. Houve penetração de interesses privados no aparelho do Estado, financiamento público na

produção e distribuição de bens e serviços sociais, redução da participação relativa do Estado no âmbito da educação e ampliação do setor privado na oferta de tal serviço, requerido por usuários capazes de pagamento. Em consequência, dá-se baixo impacto compensatório das políticas sociais brasileiras, marcadas pela intervenção social do Estado fundada na capacidade contributiva do trabalhador. Por sua vez, o baixo poder aquisitivo da produção afeta a qualidade dos serviços e benefícios.

Nos anos 80, sob o ponto de vista da ampliação de direitos sociais e das questões igualitárias, houve tendências universalizantes no sistema. No campo da previdência social, constituiu-se um movimento de homogeneização de benefícios e universalização de direitos, pelo menos aos assalariados urbanos inseridos no mercado de trabalho. No período 85/86, assiste-se ao movimento mais denso de alteração do perfil da proteção social no país. Instituíram-se os Planos de Emergência voltados para o combate à fome, desemprego e miséria.

Marcados por restrições financeiras e organizacionais, os programas voltados para as prioridades sociais selecionaram clientela com faixa de renda familiar de até dois salários mínimos. O executivo propôs criar comissões setoriais responsáveis por reformas na previdência e assistência social, saneamento, educação e habitação. Ressaltam-se estratégias de reorganização da proteção social: descentralização marcada pela municipalização, integração dos serviços e benefícios sociais, participação popular nos processos de decisão, controle dos programas sociais e uma concepção alternativa de produzir, organizar e distribuir bens e serviços sociais. Houve incorporação de associações comunitárias na distribuição e operação de serviços.

Vale atentar para o discurso oficial recorrente quanto à retirada das políticas sociais do assistencialismo, tutela, manipulação e do clientelismo, enfatizando o direito social de cidadania referente aos benefícios e serviços sociais públicos. Entretanto, a ausência de acompanhamento e avaliação denuncia resultados aquém das metas enunciadas. Os princípios proclamados de descentralização, participação e integração foram deficientes e as práticas assistencialistas e de clientelismo eleitoreiro parecem ter caracterizado as políticas sociais da Nova República.

## 2.1 REESTRUTURAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL A PARTIR DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

A Constituição de 88 representou avanço quanto ao padrão social vigente. Projeta-se um estilo institucional-redistributivo, indicando o modelo universalista e igualitário de organização da proteção social no país.

Nesse contexto, ao identificar a assistência social como parte integrante do campo da seguridade social, essa Carta realiza a passagem, ainda que nos limites do texto legal, das ações de “ajuda” para a órbita do “direito” e da responsabilidade do Estado. Embora de forma tímida, a CF/88 reconheceu novos direitos, em estreita consonância com as transformações sociais e políticas, que se desenvolviam na sociedade brasileira. Consta-se a multiplicação dos direitos, porque se ampliou a quantidade de bens que precisam ser protegidos; houve uma expansão do reconhecimento de alguns direitos a novos sujeitos, como a família, e até sujeitos diversos do ser humano, como a proteção ao meio ambiente. Sendo assim, o próprio homem passou a ser visto nas suas diversas maneiras de ser em sociedade, como criança, velho, doente, etc. (BOBBIO, 1992, p. 68)

Ao lado da ampliação dos direitos, processam-se formas de proteção social diversificada, ante as diferenças de condições físicas, idade, sexo e as demandas dos movimentos sociais que, além das lutas pela igualdade de direitos civis e políticos, colocam a questão da equidade como reivindicação (RAICHELIS, 2000, p. 163).

A assistência social prescreve avanço direcionado aos direitos da população independente de contribuições prévias. Prevê proteção à família, amparo à criança e adolescente carentes e promoção da integração ao mercado de trabalho. Em termos organizacionais, preconiza a municipalização das ações de assistência e participação da população na formulação e implementação das políticas.

No caso da Previdência Social, a equalização entre trabalhadores urbanos e rurais constituiu o passo mais importante na correção das desigualdades anteriores do sistema. Houve modificações de modo a permitir a introdução do critério da seletividade destinado ao segurado de baixa renda, seus dependentes e proteção ao desempregado involuntário. Quanto aos valores dos benefícios, houve forte alteração voltada para a vinculação ao piso nacional de salários e para os critérios de concessão e cálculo, visando à ampliação dos valores e garantia de sua manutenção.

Nesse contexto, inovações institucionais foram processadas nas políticas sociais redefinindo o aspecto institucional, sobretudo na operação de parte dos programas sociais em

três instâncias: político-institucional, social e das relações entre Estado, setor privado lucrativo e não lucrativo na produção e oferta de bens e serviços sociais.

No plano político-institucional, ocorreu forte tendência à descentralização político-administrativa direcionada para o local, constituindo forte posição ideológica progressista associada ao processo de democratização, principalmente no Brasil, e países latino-americanos. Argumenta-se, no caso das políticas sociais, maior aproximação entre decisões e demandas. Entretanto, descentralizar nem sempre significa democratizar, e poderá oportunizar comportamentos políticos autoritários (DRAIBE, 1989, p. 34 –35).

Com referência à sociabilidade básica das políticas sociais, ressalta-se tendência à participação popular, quanto ao processo de decisão e implementação de políticas. Associações de vizinhança, moradia, organismos comunitários e organizações voluntárias se formam com tendência a expressar um movimento social mais profundo, visando à reorganização do tecido social esgarçado pela política econômica vigente.

No que se refere às relações entre Estado, setor lucrativo e não-lucrativo no âmbito das políticas sociais através do qual o Estado se faz presente nas disputas e operações dos serviços sociais, há tendência de mudança na forma de produzir e distribuir bens e serviços sociais. Tramitam mecanismos sociais visando a alterar relações entre Estado e mercado; público e privado; sistemas de produção de um lado e os de consumo de outro. Registram-se “formas alternativas” marcadas por mutirões; associações voluntárias e ONGs (Organizações Não-Governamentais) no encaminhamento das políticas sociais. Tais aspectos representam novas formas de sociabilidade e reordenamento das relações da sociedade com o Estado e a economia.

O crescimento proporcional dos programas assistenciais do Governo, sem base contributiva, ou seja, os de distribuição gratuita de bens à população pobre, de promoção social, marcam o final da década de 80. No entanto, essa tendência de crescimento do *Welfare State* não é exclusividade brasileira uma vez que se faz presente em toda parte do mundo. O caráter “assistencialista” de proceder, este, sim, é forte característica do caso brasileiro (DRAIBE, 1989, p. 37).

## 2.2. A ESFERA PÚBLICA E A ASSISTÊNCIA SOCIAL NA DÉCADA DE 90

O Brasil atinge a década de 90 com tendências à política de parceria implementada em diferentes instâncias, principalmente no plano municipal. As iniciativas civis apontam para um movimento associativo que envolve um conjunto heterogêneo de entidades sociais,

como organizações empresariais e ONGs atuando em projetos sócio-educativos, prestação de serviços sociais e na assessoria a organizações populares de defesa de direitos. Tal fato denuncia a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade, transferindo parcela de sua responsabilidade para comunidades organizadas através de organizações não-governamentais, incluindo fundações e filantropia privada (FERNANDES, 1994 *apud* RAICHELIS, 2000, p. 78).

A partir do governo Collor, na década de 90, redirecionou-se o papel do Estado baseado nos avanços neoliberais. Em 1991, instituiu-se o Plano Brasil, projeto de reconstrução nacional, definindo-se como diretrizes de seu governo: “Estado menor, frágil, bem informado e modernização da economia fundamentada na iniciativa privada, cabendo ao Estado articular agentes privados”. (PEREIRA, 1996 *apud* RAICHELIS, 2000, p. 96).

A política de assistência social desse governo explicita a perspectiva adotada para esta área, concebendo-a de forma marginal, residual e emergencial. O Plano de Promoção e Assistência Social (PPAS) seleciona a criança como alvo dos programas sociais assistenciais, em detrimento de outros segmentos definidos pela Constituição. Tal fato justifica o veto do governo ao Projeto da Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) em 1991<sup>1</sup>, posteriormente aprovada pela Lei nº 8.742 de 07/07/1993, pelo Congresso Nacional. Nesse período, as ações dão prioridade à transferência das verbas públicas para o setor privado, notadamente às entidades assistenciais e filantrópicas, confirmando a tendência de filantropização da questão social (YAZBEK, 1995 *apud* RAICHELIS, 2000, p. 97).

O maior corte de recursos públicos na área de assistência social, em 1991, foi de 46,8% em relação a 1989. Já os convênios com entidades privadas para atendimento de crianças de 0 a 6 anos nas creches representam 66,7% do total de 11.481 convênios. O valor total dos recursos federais transferidos para entidades privadas no atendimento infantil representou 56% do total dos valores aplicados nos convênios (FERREIRA, 1993 *apud* RAICHELIS, 2000, p. 98).

No governo de Fernando Henrique Cardoso (1993), a estabilização da moeda, a privatização das empresas estatais, a redução do papel regulador do Estado, a desregulamentação do mercado de trabalho e a minimização das políticas sociais através dos cortes nos gastos públicos marcam a concepção econômica.

---

<sup>1</sup> Mensagem nº 672, no Diário Oficial da União de 18/09/90 justifica o veto: “entre as razões, sobressai a existência na proposição de dispositivos contrários aos princípios de uma assistência social responsável, limitada às camadas mais pobres da população, sem contudo comprometer-se com a complementação pecuniária de renda, papel este de uma ação voltada à maior disponibilidade de empregos e salários dignos.”

Em relação ao social, o período se baseia na LOAS que prevê formulação de programas de enfrentamento à pobreza e geração de renda, a partir da estruturação da política de assistência social com participação social e controle da sociedade civil através dos conselhos, criando, ainda, o Programa Comunidade Solidária<sup>2</sup>. Nessa mesma medida, extinguiu órgãos governamentais responsáveis pelas ações assistenciais, como o Ministério de Integração Regional e do Bem-Estar Social.

O projeto de reorganização dos órgãos federais de assistência está contido na Constituição Federal e na LOAS, a partir das diretrizes de descentralização, municipalização e da existência de comando único nas três esferas de poder. Tais propostas discutidas por forças sociais envolvidas na formulação da LOAS ressaltam a ressignificação da assistência social, visando a superar equívocos conceituais e práticos.

A LOAS regulamenta os artigos 203 e 204 da CF<sup>3</sup>/88, que tratam dos objetivos da assistência social e prestação dos serviços correspondentes. Refere-se ao perfil dos beneficiários, benefícios, origens de financiamento e diretrizes para ações do governo, destacando a descentralização político-administrativa e participação das organizações populares na formulação da política e controle das ações em todos os segmentos. Por fim, propiciou incorporação de organizações sociais e ONGs, convocadas à interlocução no debate da assistência social. Embrionariamente, tal iniciativa permite ações coletivas de usuários historicamente dispersos, além do baixo reconhecimento social e político. A organização dos conselhos de assistência social ampliou a discussão acerca do significado da assistência social, tendo em vista seu perfil histórico de filantropia privada.

A experiência do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), criado pela Lei nº 8.242/1991 e outros evidenciam certo “modelo” de gestão participativa que mostra flexibilidade na prática dos movimentos populares, sindicais, partidos de esquerda e do governo em suas diferentes instâncias. Buscam-se articulações entre o institucional e o social, através de mecanismos que atravessam o institucional com as conquistas sociais e suas organizações como sujeitos sociais.

---

<sup>2</sup>Anunciado na MP 813, de 01/01/95 do Governo Fernando Henrique, formalizado por Decreto-Lei nº 1.366 de 12/01/95 e pelo Decreto-Ato s/nº de 17/02/95 do Diário Oficial da União. Estratégia de articulação e gerenciamento dos programas sociais dos vários ministérios e órgãos governamentais. Seu objeto é a coordenação das ações governamentais dirigidas ao atendimento dos segmentos sociais sem meios de garantir subsistência, especialmente programas de combate à fome e à pobreza.

<sup>3</sup> A assistência social como outros dispositivos constitucionais, não é direito auto-aplicável, portanto, necessita de lei complementar para regulamentação (RAICHELIS, 2000, p. 123).

No caso de crianças e adolescentes, sua representação no CNAS realiza-se através do Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMRR). Trata-se de uma organização de expressão nacional que atua junto a diversos segmentos, através de estratégias que visam a mobilizar a participação ativa dos sujeitos. Vincula-se aos Estados e Municípios, originado da luta pela implantação do ECA e Conselhos Tutelares no país. No entanto, criança e adolescente precisam do adulto para a mediação, configurando-se processo de participação indireta. A prioridade do movimento decorreu da luta por direitos e o espaço privilegiado de participação e representação através dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente.

### 2.3. O TRABALHO INFANTIL E A ASSISTÊNCIA SOCIAL

No final da década de 70, em consequência da crise econômica e de governabilidade instalada no país, crianças e jovens foram atingidos pelo abandono do poder público e escasso desempenho do sistema educacional. Além disso, o crime organizado, especialmente no que se refere ao tráfico de drogas, mudou o quadro das organizações voltadas para os menores de idade. Crianças e adolescentes passaram a ocupar posição chave no negócio do crime, por serem mais ágeis, dóceis e imputáveis, o que motivou uma política de repressão contra jovens de origem pobre. (ZALUAR, 1994, p. 138).

Os críticos da política social apresentavam um diagnóstico bastante preocupante: pulverização de recursos aos níveis federal, estadual e municipal, superposição de programas, competição entre as instituições e burocratização. Soma-se a isto a indefinição das ações dos órgãos envolvidos, a ausência de planejamento para a área social e a exclusão da população-alvo na tomada de decisões e formulação de programas.

Até a década de 80, a política de atendimento à criança e adolescente seguia um modelo do período autoritário, fundado na prática de internamento e contenção do menor. No caso do infrator, usava-se afastá-lo da família, bairro, cidades, Estado, a fim de interná-lo em reformatório no Rio, Recife ou São Paulo. As visitas das famílias eram praticamente impossíveis, em decorrência da distância entre origem e destino dos mesmos.

A partir de meados dos anos 80, projetos alternativos de atendimento começaram a surgir para responder às demandas do setor, embora ainda num quadro de ausência de política preventiva clara. Na esfera pública, tais projetos sinalizaram programas emergenciais de iniciação profissional e de educação, através do esporte e do trabalho, norteados pela perspectiva da educação informal, sistema paralelo ou alternativo ao escolar. Tal fato gerou

distorções, que não estimularam ida à escola, nem propiciaram melhor inserção no mercado de trabalho, além de gerarem conflitos entre professores de estabelecimentos oficiais de ensino e educadores informais, no caso, assistentes sociais (ZALUAR, 1994, p.139).

Na década de 90, as comunidades de baixa renda, geralmente localizadas no entorno das áreas urbanas, e privadas de educação, moradia, saneamento, transporte, etc., passam a ser alvo das políticas de assistência. A partir dos Programas intitulados de Geração de Renda, pressupõe-se que, modificadas as condições financeiras das famílias mediante geração de renda, pode-se reverter o quadro de pobreza. Tal conduta parcial desconsidera que tais carências estão enraizadas na produção da riqueza. (COSTA, 1994, p. 101).

A problemática do trabalho infantil incluída na política de assistência reflete o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil: concentrador de renda, gerador de miséria, cujo subproduto é a criança e o adolescente no trabalho desgastante. Resulta do desemprego ou baixos salários pagos aos trabalhadores, o que força as crianças e adolescentes das classes trabalhadoras cada vez mais precocemente procurar atividade rentável para contribuir com o orçamento doméstico.

Os programas de assistência social voltados para a questão do trabalho infantil, parecem se deparar com empecilhos à sua realização e revelam suas limitações, por desconsiderar que o trabalho infantil, mesmo quando regulado por acordos entre governos e parceiros, submete-se à mesma ordem econômica, responsável pela exploração do trabalhador (COSTA, 1994, p.105).

#### 2.4. A EDUCAÇÃO NA ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL

No Brasil, a concepção adotada para a rede de proteção social estabelece um nexo entre os programas sociais de combate às desigualdades e à pobreza e a educação. Assim, a escola se coloca na condição de espaço socializado de intervenção no combate à exclusão. Entretanto, não se criaram estratégias e mecanismos concretos para consolidar proposta que envolva a escola como tal. Essa visão de escola requer uma mudança estrutural no sistema público de ensino, não apenas ação de programas ou órgãos isolados.

Nas escolas rurais, encontram-se crianças matriculadas engrossando a fileira de repetência e abandono por se ignorar que a frequência escolar é sazonal. Nas metrópoles, essa situação se repete à medida que a rua se torna mais lucrativa em alguns meses. Na área rural, há insuficiência de escolas próximas às residências para absorver todas as crianças em idade escolar. Além disso, o aprendizado fica bem prejudicado. Entre as conseqüências

resultantes do problema trabalho/escola, o atraso escolar é dominante. O problema se agrava à medida que aumenta a faixa etária, resultando no abandono. Além disso, o sistema educacional não se adequa nem oferece atrativo para servir de instrumento de combate ao trabalho infantil, mesmo associado a outras medidas de combate à miséria (NEGRELLOS; CALVI, 1997, p. 22).

A afirmação “lugar de criança é na escola” suscita questões referentes aos programas alternativos de combate ao trabalho infantil. Entretanto, estes deverão estar em consonância com a escola formal, considerando habilidades, vocação e aspectos regionais para uma inserção no mercado de trabalho. Crianças e adolescentes que não freqüentam a escola serão, no futuro, trabalhadores mal remunerados, ou pior, excluídos do mercado de trabalho (PARENTE, 2003, p. 32).

No que tange ao impacto do tipo de trabalho em relação à freqüência escolar, a pior situação é a dos que se dedicam ao trabalho agrícola. Em contraste, as modalidades mais informais de trabalho e o trabalho domiciliar não remunerado não parecem afetar demasiadamente o acesso do jovem à escola. O impacto aparente do trabalho sobre a educação não é muito diferente do impacto do local de residência das pessoas: mesmo entre os que não trabalham, viver na área urbana ou rural implica diferença de aproximadamente 8% na possibilidade de estar na escola. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 13).

Ao longo dos anos 90, a cobertura do sistema educacional brasileiro aumentou significativamente, tanto para os trabalhadores como para os que não trabalham. Apesar do acesso à escola estar praticamente generalizado, a situação da oferta educacional nas áreas rurais ainda é precária, sobretudo nas séries mais adiantadas. Ainda que existam escolas para jovens na faixa de 14 a 17 anos, é provável que, nas periferias urbanas e áreas rurais, as escolas funcionem de forma débil, com professores despreparados transmitindo informações descontextualizadas. Portanto, seja pela precariedade das escolas, pelo desestímulo do meio ou pela necessidade de obter renda própria, grande número de jovens desiste da escola quando se aproxima dos 14 anos e o trabalho passa a ser uma ocupação tolerável que traz ganhos monetários e evita ociosidade. Diante disso, não faz sentido proibir o trabalho, sem garantir condições efetivas de freqüentar a escola, motivando-os e despertando interesse. (SCHWARTZMAN, 2001, p. 14).

Considerando as mudanças ocorridas nas relações laborais no século XX e as exigências do mercado de trabalho quanto à qualificação, há entendimento de que a educação é um elemento básico para a inserção profissional de qualidade na vida adulta. Portanto, a visão tradicional do trabalho infantil como momento de aprendizado revela-se como

mistificação, uma vez que o contrário se processa: o trabalho infantil funciona como empecilho para o aprendizado e compromete toda a formação escolar, especialmente a base dessa formação, ou seja, a educação fundamental (OIT, 2003, p. 135).

#### 2.4.1. A questão da escola rural

A política educacional brasileira durante as décadas de 60 e 70, não visava a um projeto escolar autônomo, técnico e pedagogicamente estruturado. Isto porque a discussão à época estava centralizada na questão econômica interna e externa, onde a educação entrava como mais um indicador do subdesenvolvimento do país (LEITE, 2002, p. 42-43).

A promulgação da Lei nº 5.692 (11/08/1971), que reformulou o ensino de primeiro e segundo graus, apontou mudanças nesta estrutura. Dentre as alterações, uma das mais importantes foi a de ampliar a obrigatoriedade escolar para oito anos, com a fusão do antigo curso primário e ginásio, ou seja, institui-se a obrigatoriedade escolar para a faixa etária entre os sete e 14 anos. Entretanto, como toda legislação educacional do regime militar, não trouxe transformações profundas: permanecia a escassez das escolas e do número de vagas existentes, bem como a baixa qualidade do ensino (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2002, p. 39).

Nesse contexto, deu-se a municipalização do ensino rural, tendo por retaguarda administrativa/financeira projetos destinando a subsidiar os órgãos municipais de ensino. Estes deveriam organizar o cadastramento das escolas, alunos e professores, acompanhar a distribuição da merenda e realizar um diagnóstico do município em relação à escolaridade nas comunidades rurais.

Segundo Leite (2002), a escola rural, em relação ao trabalho e produção, possui suas peculiaridades e valores, como a questão do exercício da cidadania; a busca do reconhecimento do saber rural; a contextualização da produção e vida rural na atualidade social e econômica; a profissionalização rural e o trabalho cooperativo, além da intensificação da identidade cultural. Considerando que a vida campesina se orienta pela transmissão dos valores adquiridos ao longo das gerações, produção, sobrevivência, reconhecimento pessoal, politização, além da valorização do habitat ecológico do rurícola, contribuem para a estruturação do processo escolar rural, do fazer pedagógico campesino.

A problemática da escola rural se amplia, na medida que a escolaridade campesina até então havia servido apenas de suporte para uma sociedade desigual e de preparo mínimo de mão-de-obra. No entanto, no conjunto das condições sócio-históricas, a escola rural

atualmente vivencia situação tão ou mais complexa que a urbana, tendo como pano de fundo a Lei nº 9.394 de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 20/12/96). Essa Lei promoveu a desvinculação da escola rural dos meios e da atuação escolar urbana, requerendo para a primeira um planejamento vinculado à vida rural e de certo modo desurbanizado. Entretanto, não estão claramente definidos os princípios e as bases de uma política educacional para as populações camponesas, apesar da educação pretender alcançar dimensões sociais, políticas e culturais baseadas na cidadania e nos princípios de solidariedade. Para isso, “a educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (LDB 9.394/96, art 1º, § 2º).

Desta forma, ao longo de sua história, a escola rural tem-se deparado com problemas referentes à carência de valorização da cultura do campo, principalmente quanto ao atendimento às necessidades básicas e vitais. Esse fato contribui para a evasão e a repetência escolar, geralmente fundamentadas na relação escolaridade/produção, já que o calendário de atividades escolares não contempla um planejamento a partir da sazonalidade do sistema de plantio e colheita. Desse modo, a escola nem sempre se constitui como força entre os rurícolas, uma vez que a sobrevivência material da família conduz ao trabalho em troca da escolaridade.

O art. 28 da LDB/96 dispõe: “na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”, contemplando os dispositivos do art. 32 e seus incisos, no que se refere à organização e à estrutura do ensino fundamental. Ressalta-se que a escolaridade camponesa poderá voltar-se para a consciência ecológica, preservação dos valores culturais e práxis rural.

Por fim, educar significa trocar experiências referentes às questões que envolvem as diferentes classes, embora a problemática ligada à escola rural abranja ainda outras questões sócio-políticas, dentre as quais destacam-se também: a formação urbana do professor, o clientelismo político na convocação dos docentes e a distância da escola em relação aos locais de moradia e trabalho. Somam-se a isso a falta de participação da comunidade no processo escolar, o currículo inadequado e as precárias instalações físicas. São raros os municípios que realizam uma política voltada para a educação rural, alegando ausência de recursos financeiros, humanos e materiais (LEITE, 2002, p. 56).

Municipalização ou prefeiturização? Pensadores da educação se posicionam de forma reticente quanto à participação municipal como elemento de suporte na autonomia

descentralizada do sistema escolar. Gadotti (1992) *apud* Leite (2002), por exemplo, afirma que:

... a municipalização só será democrática e consolidará o processo de democratização na medida em que ela for articulada com as diferentes esferas de governo, como está escrito na Constituição, que prevê o “regime de colaboração” entre os sistemas de ensino (...) Há uma grande diferença entre municipalização e prefeiturização. A ampliação das responsabilidades dos municípios em matéria de educação constitui-se num passo importante para a descentralização.

Os adeptos da descentralização entendem a redistribuição tributária como meio de assegurar o custo operacional do processo escolar. No formato de socialização de recursos que o capitalismo moderno propicia, estudiosos em educação acreditam no gerenciamento local para aplicação adequada de recursos, considerando a gestão democrática permitida pela descentralização. Visam, nesse caso, ao atendimento ao ensino fundamental municipal.

Referente a tais discussões, grupos municipalistas e educadores se articulam juridicamente visando ao atendimento às suas reivindicações quanto à descentralização escolar, concomitante à tentativa de romper com questões corporativas que se manifestam. Portanto, fundado na democracia e no direito, vem tomando corpo o embate sobre a gestão participativa, mas municipalizada, ou participativa da educação e formulação das novas propostas educacionais. Em face das necessidades do ensino nacional, prioritariamente a nova LDB, entende-se que a descentralização, além de necessária, é conduta pedagógica a ser estabelecida.

#### 2.4.2. Ações educativas contra o trabalho infantil

Os países com apoio do IPEC têm adotado medidas para assegurar educação e escolaridade às crianças e adolescentes retirados do trabalho, aos que permanecem e aqueles que poderão nele entrar. Para isso, pais e comunidades deverão estar informados dos direitos e da importância da educação. Aqueles que obtiveram experiências positivas na infância se desenvolvem melhor na escola, e é menos provável que a abandonem em prol do trabalho infantil.<sup>4</sup>

O México exemplifica essa postura, ao adotar o Programa Nacional dos Jornaleiros Agrícolas da Secretaria de Desenvolvimento Social, abordando a necessidade dos filhos de trabalhadores migrantes que trabalham com suas famílias poderem se ausentar da escola em

---

<sup>4</sup> N. Haspels y colaboradores: Action against child labour: Strategies in education (Genebra, OIT, 1999).

que estão matriculados e freqüentar outra<sup>5</sup> no lugar onde a família provisoriamente trabalha. Além disso, o Governo vem desenvolvendo um Programa de Educação Não Formal (ENF) para crianças e adolescentes urbanos que trabalham nas ruas. Objetivou atender 90% das crianças e adolescentes. Atualmente funciona em 35 cidades e se propõe a cobrir as demais.<sup>6</sup>

Diferentes formas de ENF têm sido ensaiadas e provadas, obtendo resultado crucial no sentido de suavizar a passagem do trabalho para a escola, dos precoces trabalhadores que não estão preparados para a escola formal. Programas não formais que combinam ensino básico com a prática da vida, de modo que os preparem de acordo com suas necessidades, permitem melhor reintegração ao mercado de trabalho. O ENF normalmente não é utilizado como alternativa do sistema formal estatal vigente, mas apresenta possibilidade de incorporação de crianças e adolescentes às escolas formais quando estes já estiverem preparados. A orientação geral do IPEC é que criança abaixo dos 10 anos ingresse no sistema de ensino corrente; entre 11 e 12 anos, mantenha-se inserida no sistema formal e durante um ano obtenha ENF; quanto à de maior idade, o ENF poderá conduzir tanto à incorporação, como à formação profissional, ao ensino superior ou ao emprego (OIT, 2002, p.114).

As escolas adaptadas às necessidades de crianças e adolescentes podem proporcionar aprendizagem, acesso equitativo e reconhecimento dos direitos e obrigações desses. Portanto, a participação de pais, crianças, líderes comunitários, empregadores, proprietários voluntários e representantes localmente eleitos são essenciais na sistematização de programas que dêem suporte à escolaridade dos precoces trabalhadores. Agregam-se horários flexíveis e outras formas de ensinar, ajustadas às suas necessidades (OIT, 2002, p.115).

Há outros mecanismos atuantes nesse propósito e que influem na mudança da freqüência escolar, como bolsas de estudos e suplementos alimentares, além do aperfeiçoamento profissional para as famílias, visando a ingressarem nos programas de microcrédito.

Quanto às ações governamentais brasileiras direcionadas à erradicação do trabalho infanto-juvenil, destaca-se o Programa Bolsa Escola, pioneiramente desenvolvido a partir de 1994. Tratava-se da concessão de uma renda mensal às famílias pobres, desde que mantivessem os filhos entre sete e 14 anos na escola. O Programa obteve êxito na retirada das crianças do trabalho precoce e na reinserção na educação formal. Posteriormente, esse

---

<sup>5</sup> Ministerio de Trabajo de los Estados Unidos: *By the sweat and toil of children*. Vol. V: Efforts to eliminate child labor (Washington, D. C. United States Department of Labor, 1998), capítulo 4.

<sup>6</sup> OIT: *Examen de las memorias anuales con arreglo a la Declaración*. Parte II (Ginebra, 2002). Memoria Del Gobierno de México. Págs. 450-460.

Programa foi ampliado e outros, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) foram implantados em todas as regiões do Brasil.

### 3. O PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL – PETI

Na década de 90, o combate ao trabalho infantil, como desdobramento da preocupação internacional, passou a integrar os programas sociais de diversas instituições brasileiras. Medidas normativas voltadas à prevenção e erradicação se tornaram expressivas, tendo como eixos a denúncia, mobilização social, fiscalização, ações complementares à escola, atividades sócio-educativas junto às famílias e incremento da renda (AMARAL; SILVEIRA; CARPINTEIRO, 2000 *apud* SILVA; NEVES JR; ANTUNES, 2002, p. 36). Participaram entidades governamentais, não-governamentais, entidades de classes, igreja, poder legislativo e judiciário, sob a coordenação do Ministério do Trabalho, apoiado pelo UNICEF e OIT.

Dentre as iniciativas não-governamentais, destaca-se a Fundação Abrinq, vinculada à Associação Brasileira de Fabricantes de Brinquedos, através do Programa “Empresa Amiga da Criança”, que objetiva formar rede de empresas que não explorem trabalho infantil e promovam projetos de apoio à formação de crianças de baixa renda ou capacitação profissional de jovens. As empresas engajadas recebem um selo do programa em seus produtos. Essa medida enquadra-se num processo mais amplo de responsabilidade social das empresas, movimento que se difunde no Brasil nos anos 90.

Na mesma linha, foi criado por empresários de Franca, São Paulo, o Instituto Pró-Criança, objetivando combater o trabalho infantil na indústria de calçado. Aliado a esse procedimento, os empresários mantêm creches e concedem bolsas-educação e contam, entre outros atores, com a participação do Sindicato de Sapateiros e o apoio financeiro do UNICEF.

Associado a tais iniciativas está o trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego que elabora periodicamente um “Mapa de Indicativos do Trabalho da Criança e do Adolescente” no país, apresentando atividades, municípios e condições em que trabalham as crianças e adolescentes.

O Ministério do Trabalho e Emprego age na fiscalização repressiva, voltada a retirar crianças do trabalho, considerando a Constituição Federal e demais instrumentos legais. Entretanto, há situações em que a ação repressiva esbarra em limitações legais, como as crianças executando atividades informais, em regime de economia familiar, trabalho doméstico, etc. Atuam nesse Ministério os Grupos Especiais de Combate ao Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente (GECTIBA), vinculados às Delegacias Regionais do Trabalho em todas as unidades da federação. Atuam no combate ao trabalho ilegal de crianças e na regularização do trabalho de adolescentes.

Destaca-se, como dispositivo legal brasileiro referente ao tema, o ECA, em substituição ao Código de Menores. Regula conquistas obtidas na Constituição Federal de 88, favorável à infância e à adolescência.

O ECA visa a assegurar às crianças e aos adolescentes pleno desenvolvimento físico, mental, moral e social em condições de liberdade e dignidade. Além dos direitos consagrados na Constituição Federal, garante direito à convivência familiar e comunitária, direito à educação, cultura, esporte e lazer, além de regular questão referente à profissionalização e proteção ao trabalho. O estímulo à aprendizagem voltada para formação técnico-profissional subordina-se à garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular, além de assegurar ao aprendiz os direitos trabalhistas e previdenciários. No entanto, segundo Tuma (2003).

O Estatuto da Criança e do Adolescente... para garantir proteção integral aos menores de 18 anos, tratando-os com direitos e deveres, e dividir as responsabilidades entre a família, o Estado e a sociedade... é pouco conhecido. Apenas 55% dos municípios brasileiros implantaram o Conselho Tutelar, órgão fundamental na assistência aos direitos dos meninos e meninas e seus familiares.

O trabalho infantil vem recebendo expressivo volume de regulamentos. Dentre estes, estão as normas estabelecidas pela OIT sobre trabalho infantil, destacando-se as Convenções 138, que estabelece 15 anos como a idade mínima para o trabalho; e 182, que regula as piores formas de trabalho infantil. O trabalho proibido pela Convenção 182 referencia aquele exercido por pessoas abaixo da idade mínima especificada pela legislação nacional que supõe tarefas lesivas à educação ou ao desenvolvimento pleno da criança ou adolescente. Trata-se do trabalho perigoso que coloca em risco o bem-estar físico, mental ou moral da criança, somado ao trabalho infantil mediante escravidão, prostituição, conflitos armados, pornografia e outras atividades ilícitas.

A atuação de organismos internacionais, como OIT e UNICEF, associados ao ECA e à conseqüente implantação de uma rede de Conselhos de defesa dos direitos desses segmentos - Conselhos Municipais, Estaduais e Nacional de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente têm mobilizado grupos sociais envolvidos com o tema. Tal fato contribuiu para a disseminação de ações institucionais de erradicação do trabalho infantil e para um tratamento mais central do tema na agenda social brasileira.

Aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente compete formular e deliberar a política de proteção integral da infância e juventude, articular órgãos públicos com iniciativa privada, visando à proteção integral. Tais conselhos, criados por leis estaduais ou municipais, são autônomos.

Na esfera federal, o CONANDA, tem centrado atuação na implementação de uma política destinada a conceder atenção integral para a infância e a adolescência, dentre outras atribuições.

Em 1994, com apoio da OIT e do UNICEF, instituiu-se no país o Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil, coordenado pelo Ministério do Trabalho, visando a desenvolver projetos no país. Este fato intensificou a política institucional voltada para a erradicação do trabalho infantil e culminaria com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI).

Para a implantação do PETI, foi feito um levantamento prévio referente aos aspectos socioeconômicos das regiões selecionadas para o atendimento. Tal diagnóstico destinou-se a auxiliar na elaboração do Plano de Ações Integradas, contendo informações sobre: caracterização da região quanto aos aspectos demográficos e econômicos; educação; saúde; habitação; saneamento básico; transporte; renda familiar; atividades econômicas; perspectivas futuras de desenvolvimento local sustentável; programas e outros projetos desenvolvidos nos municípios. Essas informações visaram a subsidiar discussões no âmbito das Comissões Estaduais de Erradicação do Trabalho Infantil, bem como a elaboração dos Planos Municipais de Ações Integradas (BRASIL, 2002, p. 16).

O Governo Federal, em 1996, com base na experiência piloto desenvolvida no Estado de Mato Grosso do Sul, através da Secretaria Nacional de Assistência Social, institucionalizou PETI, visando a atuar nas regiões e atividades econômicas priorizadas pelo Fórum Nacional<sup>1</sup> Esse programa foi lançado na região produtora de cana-de-açúcar em 1997, em Pernambuco, nas sisaleira e pedreira na Bahia, e nas carvoarias em Mato Grosso do Sul. Em 1998, o

---

<sup>1</sup> Secretaria Nacional de Assistência Social. Assistência Social – Gestão 1997. Brasília, 1998.

PETI foi ampliado pela Secretaria de Assistência Social (SAS), objetivando atender a crianças nas áreas de produção de laranja, carvão e erva-mate, sisal e pedreiras, garimpo e cana-de-açúcar (RELATÓRIO..., 1998, p. 9).

Com base no “Diagnóstico preliminar sobre focos do trabalho da criança e do adolescente;”<sup>2</sup> a equipe dos “Núcleos de combate ao trabalho infantil”<sup>3</sup> fiscalizou as áreas de incidência identificadas no documento e verificou as denúncias recebidas. Esses núcleos vêm incentivando a criação de fóruns e comissões de prevenção e erradicação do trabalho infantil nas unidades da federação constituídas por órgãos públicos e representação da sociedade. Vinculados ao Ministério do Trabalho, visam, ainda, a analisar as formas mais intoleráveis dessa modalidade de trabalho (RELATÓRIO..., 1998, p. 9).

O Programa visa a eliminar, em parceria com os governos Estaduais, Municipais e sociedade civil, o trabalho infantil em atividades perigosas, insalubres e degradantes. Priorizam-se famílias atingidas pela pobreza, com renda *per capita* de até meio salário mínimo, que tenham filhos na faixa etária de sete a 15 anos, em trabalho marcado por atividades dessa natureza. Destina-se a possibilitar acesso, permanência e bom desempenho de crianças e adolescentes na escola; e fomentar, incentivar e ampliar o universo de conhecimento, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer no período complementar à escola, ou seja, na jornada ampliada (BRASIL, 2002, p. 3).

Em relação à aplicação da verba destinada ao Programa, há uma parceria das três esferas. O Governo Federal custeia a Bolsa Criança-Cidadã e o monitor; o Estado repassa recursos; o município aloca-os, somando-se a merenda, material didático, contratação e pagamento de pessoal, espaço destinado à jornada ampliada e uniforme.

O PETI envolve ações a cargo da Secretaria de Estado da Assistência Social (SEAS) e do Ministério do Trabalho e Emprego. Suas linhas básicas de atuação envolvem a complementação de renda das famílias através da Bolsa Criança-Cidadã. Soma-se a implementação da jornada ampliada, nas unidades escolares ou de apoio. Contempla, ainda, apoio e orientação às famílias por meio de ações sócio-educativas. Além disso, se engaja na qualificação profissional e implementação de programas e projetos de geração de trabalho e renda para as famílias.

Entre 1996 e 2001, o número de crianças e adolescentes brasileiros atendidos pela Bolsa passou de 3.170, em 1996; para 117.200 em 1998; e 749.353 em 2001. Entretanto, a

---

<sup>2</sup> Documento de abrangência Nacional realizado pelo Ministério do Trabalho em 1996.

<sup>3</sup> Criados em 1997 pelo Ministério do Trabalho no âmbito das Delegacias Regionais do Trabalho.

maior cobertura na concessão de Bolsa ocorreu entre 1998 e 2001, atendendo, aproximadamente, a 25% dos municípios brasileiros (SILVA; NEVES JR; ANTUNES, 2002, p. 38).

A política do governo brasileiro para erradicação do trabalho infantil assenta-se num conjunto de programas que integram o Plano Plurianual – PPA 2000-2003, dentre os quais destacam-se os programas de renda mínima, geração de emprego e renda e, em especial, o PETI.

O PETI, embora caracterizado como um programa de assistência social, estimula a centralidade da educação na formação de crianças e adolescentes com histórias de trabalho precoce, exigindo reflexão sobre o papel da escola. Sendo assim, ao mesmo tempo em que é um instrumento de erradicação do trabalho precoce, constitui também um programa de renda mínima, cujo requisito central é o ingresso e a permanência das crianças e adolescentes na escola. Esta característica exige repensar a prática educativa no sentido de que esta não se apresente como “contrapartida” para o recebimento da Bolsa Criança-cidadã. Desse modo, a escola não pode se apresentar como um local “alternativo”, visando a resolver a questão do trabalho infantil, mas um espaço para edificar uma consciência de direitos, partilhada entre a criança e a família (COSTA; AMORIM; SILVA, 2001, p. 32).

### 3.1. O PETI NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ao se implementar o PETI, os Estados priorizados foram os que apresentaram maior índice de trabalho infantil em atividades consideradas penosas. O Estado do Rio de Janeiro foi incluído nesse grupo, em virtude desses trabalhadores estarem atuando em canaviais, cerâmicas, citricultura, oleicultura, pedreiras, serviços domésticos, trabalho de rua e lixões.

A Procuradoria Regional do Trabalho, em conjunto com a Promotoria da Infância e do Adolescente, detectou inicialmente mão de obra infantil em municípios como São Fidélis (catadores de lixo e corte de banana verde para indústria de doce); Pati de Alferes (utilização de agrotóxico nas plantações de tomate); São Francisco do Itabapoana, São João da Barra e Campos dos Goytacazes (nas lavouras de cana-de-açúcar) (COELHO, 1998, p. 20).

Segundo a Comissão Estadual de Emprego, na Ata da sua 88ª Reunião Ordinária, o PETI no Estado do Rio de Janeiro promove ações em 47 Municípios, atendendo a 19.613 crianças e adolescentes, incluídos aqueles envolvidos no Plano Nacional de Segurança Pública. Objetiva-se retirar crianças e adolescentes entre sete e 15 anos do trabalho infantil

através de ações que possibilitem inserção na escola e ampliação do seu universo cultural e social (NAGEL, 2002, p. 2).

### 3.2. AS PRIMEIRAS INICIATIVAS EM CAMPOS DOS GOYTACAZES: O Programa Desafio

Em 1991, representantes da administração do município de Campos dos Goytacazes, em parceria com a OIT, desenvolveram programas pontuais para assistência às crianças envolvidas no trabalho da cultura da cana-de-açúcar e aquelas que se encontravam na rua. Pretendia-se incorporá-las à escola, com concessão de uma bolsa no valor de 40 dólares e jornada escolar ampliada fundamentada no reforço escolar e orientação profissionalizante, através das Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento e Promoção Social. O programa atendia a 350 crianças na faixa etária de sete a 14 anos, forçadas ao abandono da escola para enfrentarem a dura vida na lavoura canavieira, visando a ajudar no orçamento doméstico (NEVES, 1999, p. 187).

Neste ano, em Campos dos Goytacazes, houve a implantação de uma política distributiva voltada para a erradicação do trabalho infantil. Tal iniciativa possibilitou o programa denominado “Bolsa Aprendizagem”, executada pela Fundação Municipal do Menor (FMM) responsável pela política de atendimento à criança e ao adolescente no âmbito municipal. O Programa funcionou em núcleos preventivos nos bairros periféricos e distritos, objetivando fixar jovens de 14 a 18 anos na escola regular através da concessão de uma bolsa no valor de meio salário mínimo, atividades de esporte, oficinas-escola, recreação e reforço escolar. Esse Programa revelava a preocupação referente à evasão escolar em virtude da entrada precoce de crianças e adolescentes no trabalho.

O programa, denominado Desafio, foi incrementado e mantido pelas Secretarias Municipais de Educação e de Desenvolvimento e Promoção Social, posteriormente em parceria com a Fundação Estadual do Menor (FEM) e Fundação para Infância e Adolescência (FIA). Esta instituição doava cesta básica para crianças pertencentes às famílias de maior carência financeira.

O Programa Desafio vinculava-se a outros investimentos na área de promoção social, concebidos a partir da concepção de garantia do acesso aos recursos básicos referentes à saúde, escola, lazer e habitação (NEVES, 1999, p. 188).

Durante sua execução, os recursos eram escassos, e a demanda por trabalho infantil se ampliava, conseqüência do funcionamento das usinas, que posteriormente encerram suas atividades em decorrência de falência.

As campanhas dos sindicatos, críticas da imprensa local, pressão do Ministério do Trabalho e redução da força de trabalho em relação ao volume de canas plantadas, somadas ao uso de instrumentos mecanizados, reduziram a incorporação do trabalho infanto-juvenil. A adesão dos pais ao Programa Desafio viabilizou a liberação dos administradores das usinas dessa força de trabalho, devido ao desgaste público por tal utilização. Pais e dirigentes sindicais admitem que a vinculação de crianças e adolescentes ao trabalho tem sido feita por fornecedores de cana e empreiteiros, destinados a terceirizar atividades ligadas ao processo produtivo. Tal procedimento pode ser viabilizado com o consentimento dos pais devido à cumplicidade, relação de parentesco e vizinhança.

A execução do Programa Desafio relativizava sua eficácia por atrasar a oferta das bolsas de alimentos. A entrega assistemática e a demanda diária contribuía para a incorporação dos filhos ao trabalho para suprirem alimentação da família. Havia insegurança quanto à continuidade e critério de redistribuição dos recursos; mães argumentavam que o programa de assistência poderia ser provisório por se tratar de instituição pública. Entretanto, os efeitos da “ajuda” foram considerados positivos a partir do bom desempenho escolar, embora a dedicação aos estudos fosse limitada pela necessidade de colaborar com os pais no trabalho.

A vinculação das 350 crianças e adolescentes atendidos com redistribuição de bolsas e estágio remunerado com valores aproximados do que recebiam no corte da cana era alternativa valorizada por parte dos pais e beneficiários do programa. Essa experiência restrita foi ampliada com a implantação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil.

### 3.3. O PETI EM CAMPOS DOS GOYTACAZES

Em 1996, decorrente da inclusão dos assalariados da atividade canavieira, em especial daqueles localizados no Estado do Rio de Janeiro, como público-alvo do PETI, instituiu-se no Município de Campos dos Goytacazes a comissão municipal para elaborar e viabilizar as condições de aplicação do programa. Ampliavam-se recursos para continuidade e expansão do atendimento às famílias dos trabalhadores da cana-de-açúcar constituídos de filhos em idade inferior a 14 anos inseridos no mercado de trabalho.

Diante da realidade de que crianças e adolescentes exerciam principalmente atividades canavieiras, a Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social (SMDPS) criou o PETI. Numa ação conjunta dos governos Federal, Estadual e Municipal, foi estabelecida uma comissão interinstitucional para desenvolver o programa de ações integradas, visando à erradicação do trabalho infantil na região canavieira do município. No período, foi realizada uma oficina de planejamento objetivando a elaboração de um plano de ação sistemática.

Foi diagnosticada a situação, identificando-se os principais problemas relacionados ao trabalho precoce em cerâmicas, pedreiras, trabalho informal, fruticultura e lixões. A partir daí, foi priorizado o Programa para crianças em situação de risco social, com dificuldades em relação à escola, na faixa etária de maior risco, de famílias desajustadas e de baixas condições sócio-econômicas, de área rural, periférica e/ou urbana.

Em 1998, em Campos dos Goytacazes, o PETI contabilizou 2.614 crianças e adolescentes entre sete e 14 anos, anteriormente exercendo ou por exercer as atividades produtivas subjacentes à cultura da cana-de-açúcar, mandioca e fruticultura, segundo identificação do cadastro. Baseados neste universo, os planejadores do programa visaram à prevenção e erradicação. Pretenderam ações em áreas de risco social apontada pela UPB e Ministério da Justiça para protegerem crianças e adolescentes da exploração do seu trabalho. Soma-se, ainda, a ampliação do conhecimento e das habilidades através de atividades culturais desportivas e de lazer no período complementar ao da jornada do ensino regular, além de mobilizar a sociedade, comprometendo-a com o desenvolvimento integral da criança e do adolescente.

Em relação às famílias, concederam auxílio financeiro através da Bolsa Criança-Cidadã, viabilizando acesso, permanência e sucesso na escola dos inscritos no PETI. Objetivou-se melhoria da qualidade de vida das famílias através de mudanças de hábitos garantidas através da estreita relação escola/comunidade (PROJETO TÉCNICO do PETI, 1998, p. 1).

Os objetivos referenciados no Programa remetem às disposições consagradas pela OIT quanto ao empenho em impedir o emprego de crianças de escolaridade obrigatória incompleta ou idade para ingressar no trabalho. Agrega-se a esta organização internacional a CF/88 quando dispõe no art. 277:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A comissão municipal de erradicação do trabalho infantil comporta representação de entidades públicas e privadas locais, entre as quais destaca-se a Universidade Estadual Norte Fluminense – UENF, a Universidade Federal Fluminense – UFF, o Conselho Tutelar de Menores, o Conselho da Criança e o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Campos. Destina-se à elaboração e aprovação de políticas, principalmente ajustes adaptativos à situação social na qual o Programa se aplica. Somam-se o Conselho de Assistência e o Conselho da Criança, voltados para prestação de contas dos recursos transferidos para aplicação do Programa (NEVES, 1999, p. 194).

O PETI inclui ações de instituições e programas vinculados à administração federal, através do Ministério da Previdência e Assistência Social e Secretaria de Assistência Social; ao âmbito estadual, mediante a Secretaria de Trabalho e Ação Social; e à esfera municipal, por meio das Secretarias de Educação, de Desenvolvimento e Promoção Social e da Fundação Municipal da Infância e Juventude.

O Núcleo Central do PETI, sediado na SMDPS, compõe-se de representantes da administração municipal, cuja função é de coordenar e supervisionar unidades de execução do Programa.

Inicialmente, para a operacionalização do PETI, constituíram-se 14 pólos de atendimento; destes, 10 em povoados da zona rural e quatro na cidade de Campos dos Goytacazes. As unidades de atendimento funcionavam tanto em escolas como em outras instituições - igrejas, clubes e associações - destinadas às atividades complementares que compõem a jornada ampliada. As crianças e adolescentes eram atendidos em dois turnos e freqüentavam estes locais numa relação inversa ao horário de funcionamento na rede escolar. Desenvolveram atividades distribuídas em reforço escolar, como orientação das atividades escolares e oficinas de criação, onde os usuários são estimulados a valorizar expressão de diferentes linguagens: oral, escrita, cênica e corporal, além de práticas esportivas e culturais.

A SMDPS assegura a realização de atividades complementares que circulam entre os pólos, através de um ônibus equipado com televisão, vídeo e biblioteca, intitulado “Caravana do Saber”, constituída de equipe multidisciplinar voltada para assistências médica e odontológica preventivas e à oferta de atividades culturais e recreativas através de peças teatrais, gincanas e contos de histórias.

As Secretarias Municipal e Estadual de Educação participam através da utilização das escolas vinculadas às respectivas redes de ensino, além de ampliarem o programa de capacitação dos professores de forma a adequá-los aos objetivos propostos pelas pretensões institucionais de prevenir e erradicar o trabalho infantil.

Segundo Neves (1999), a Secretaria Estadual de Educação, no processo de implantação do programa, participou com a contratação de 100 professores que passaram a ser identificados como monitores, orientados para relativizar o valor do ensino formal como recurso único de formação de crianças e adolescentes, ou para viabilizar expansão das funções da escola. Estes professores colocam-se como profissionais polivalentes designados ao reforço escolar e as atividades de caráter recreativo e cultural. Para admissão destes, havia exigência que os educadores fossem habilitados ao exercício da função com o curso de formação de professores.

Ao Governo Federal cabe a transferência de recursos financeiros (calculados em *per capita*) para concessão da Bolsa Criança-Cidadã, de valor mensal correspondente a R\$ 40,00 para a área urbana e R\$ 25,00 para a rural. Esse valor pode ser adotado apenas nas capitais, regiões metropolitanas e municípios com mais de 250.000 habitantes. Nos demais municípios, o valor é de R\$ 25,00 *per capita*. Além disso, é fornecido também o valor de R\$ 25,00, também *per capita*, para constituição complementar dos recursos institucionais, especificamente material para atividade extra-classe e oferta de lanches e refeições.

O responsável pela criança ou adolescente recebe mensalmente o valor da Bolsa, mediante carteira de identidade específica concedida pelo Programa. Até 1999, cada família poderia obter no máximo R\$ 120,00, valor que se aproximava do salário mínimo. Tal valor foi objeto de reflexão em função da quantidade de filhos e da capacidade dos pais manterem a família.

Atualmente, cada família poderá receber quantidade de Bolsas correspondente ao número de filhos de sete a 15 anos que forem efetivamente retirados do trabalho. Entretanto, a continuidade do benefício dependerá das avaliações sucessivas e da redefinição de novos beneficiários, já que o programa não pode ultrapassar a cota definida a partir do processo de cadastramento (BRASIL, 2002, p. 7).

Até o ano de 2003, em Campos dos Goytacazes foram inscritos mais 1.067, totalizando 3.681 crianças e adolescentes no PETI. Além disso, a faixa etária, que anteriormente era de sete a 14 anos, foi ampliada para até 15 anos. São atendidas atualmente 500 pessoas na zona urbana e 3.181 na zona rural, distribuídas em 36 pólos, sendo cinco considerados urbanos e 31 rurais.



Figura 1

Fonte: Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social, 2004.

### 3..3.1. Caracterização do PETI

A execução do PETI é de responsabilidade direta dos municípios. No caso de Campos dos Goytacazes, isto ocorreu quando os monitores, de posse de listagem prévia, feita pela UPB, encarregaram-se de localizar as crianças e adolescentes que trabalhavam na própria lavoura canavieira.

Atualmente, a inserção de uma criança no PETI poderá ocorrer através da indicação dos pais ou responsáveis, de representante da associação de moradores da comunidade, de um monitor da jornada ampliada ou da SMDPS. Esta também responde pela exclusão, seja por idade ou evasão. Cada criança é identificada por um número. O assistente social é o interlocutor entre a família e os coordenadores do Programa. As estagiárias, ao receberem denúncias, fazem levantamento e sindicância na residência da criança. Ao constatarem que se trata de família de baixa renda, elaboram relatório, transformam a chamada “ficha de sondagem” em cadastro e analisam a possibilidade de inclusão, já que o Programa prioriza o atendimento a pessoas com rendimento menor ou igual a meio salário mínimo.

As famílias das crianças e adolescentes caracterizam-se por serem de baixa renda, pela incidência de alcoolismo, e por serem constituídas, em grande proporção, de mães jovens e alguns filhos consumidores de droga e prática de prostituição. Os pais, ou responsáveis, ocupados na roça, justificam o trabalho dos filhos como forma de coibir a ociosidade, a marginalidade e sustentar a família.

Nem todos os pais trabalham, salvo em época de moagem, quando se ausentam desde as quatro horas da manhã para empreitada na roça; na entressafra ficam desempregados. A média de renda das famílias é menor que o salário mínimo. Ao iniciar este estudo, deparou-se com a penúria das famílias, decorrente do atraso no pagamento da Bolsa, acarretando denúncias dos pais aos meios de comunicação local como, por exemplo, se viu em matéria publicada em 31 de outubro, pelo jornal *Folha da Manhã* (TRABALHO... 2003, p. 6).

O PETI inicialmente tinha caráter preventivo e de erradicação, o que propiciou a inclusão dos que trabalhavam e também aqueles que apresentavam probabilidade de fazê-lo. No entanto, em 2000, o Governo Federal alterou a proposta do Programa, transformando-o de preventivo para exclusivamente de erradicação. No momento presente, declarações feitas pelos coordenadores e pela própria secretária municipal de promoção social reafirmam o objetivo central do Programa: a erradicação.

Segundo uma pedagoga entrevistada, há, na Secretaria de Promoção Social, em torno de mil cadastros visando a avaliar o perfil de crianças para inserção no Programa.

Tal procedimento depende da meta, isto é, da verba estipulada pelo governo federal para cada município.

A condição para que a criança seja mantida no Programa é abandonar o trabalho e garantir 75% de frequência na escola regular e na jornada ampliada. Uma pedagoga admite haver denúncias e constatação de crianças que continuam sendo exploradas no trabalho, sem, no entanto, estarem incluídas no Programa, por falta de vaga. Nesse caso, para essas crianças é feito um pré-cadastro objetivando a inclusão. Porém, a problemática consiste no fato de que a oferta de vagas não atende à demanda, visto que a inserção de uma criança depende do desligamento de outra, como relata a coordenadora.

A fiscalização do Governo Federal e Estadual nos pólos acontece em média a cada dois anos. São fiscais do Ministério do Trabalho e da Secretaria de Estado. Quanto à instância municipal, a visita da secretária, subsecretária, assistente social e coordenadora não acontece com frequência. No caso da pedagoga, segundo relato próprio, esta o faz quinzenalmente, em consequência da precariedade de transporte para deslocar-se da SMDPS até os pólos.

No início do ano letivo, elabora-se um plano de ação, visando a desenvolver temas para debate, como sexualidade, violência, família, idoso, meio ambiente e direito da criança, que são aplicados nos pólos mensalmente. Quanto ao planejamento diário elaborado pelo monitor, prioriza-se o reforço escolar, ministrado no mínimo três vezes por semana, abrangendo crianças e adolescentes desde as primeiras séries do Ensino Fundamental ao Ensino Médio.

Realiza-se anualmente, durante 15 dias, a feira pedagógica, evento realizado pela SMDPS e que se destina à apresentação dos trabalhos feitos pelas crianças na jornada ampliada. Entretanto, como relata um adolescente, houve pouco entusiasmo com a feira, devido à falta de material pedagógico e ao atraso no pagamento da Bolsa Criança-Cidadã, embora haja empenho de monitores na montagem de trabalhos para exposição, enfatizando prioritariamente a família, o meio ambiente e as drogas. Ressalta-se, nesse evento, questionamentos feitos pelos jovens quanto à profissionalização e ausência de cursos de qualificação que propiciem inserção no mercado de trabalho para os egressos do PETI.

Em cada pólo encontra-se caderno de atividades, diário-de-classe e certidão de nascimento, objetivando atestar data da retirada da criança do PETI caso tenha completado 15 anos e 11 meses. Segundo uma monitora: “há exigência da pedagoga para que seja elaborado um caderno de síntese para a jornada ampliada, diariamente, e se cumpra o conteúdo planejado no início do ano letivo”. Tal postura é avaliada pelos monitores como

“asneira”, pois entendem que os coordenadores exigem que se desenvolvam atividades consideradas impraticáveis, como demonstram na sua fala:

tudo no PETI está nascendo ainda, algumas idéias são absurdas. A exploração dessa mão-de-obra é relativa, o dinheiro da Bolsa demora tanto, que, se essas crianças não ajudarem os pais, morrem de fome. O dinheiro recebido semestralmente, além de atrasado, não é pago corretamente. Esse é o maior problema, recorrente, e há casos de retorno ao trabalho concomitante à frequência na jornada ampliada.

O pagamento da Bolsa Criança-Cidadã efetua-se em cinco dias de atendimento, obedecendo à ordem alfabética de duas ou quatro letras por dia. No caso de Campos, o poder executivo municipal estendeu para a área rural o valor de R\$ 40,00 equiparando-o à área urbana.

As pessoas não recebem por procuração, o que resulta em usuários passando mal nas filas durante a espera, como idosos, gestantes, enfermos e menores de idade. Nesse dia, distribuem leite com biscoito, recusado por muitos pais pela baixa qualidade do lanche. O pai ou responsável, de posse do contracheque adquirido na SMDPS, desloca-se para a sede da Secretaria Municipal de Campos dos Goytacazes no ônibus do PETI, onde receberá o dinheiro. A demora é de 12 horas, em média, nos dois lugares, e muitos dormem na fila. Havendo ocorrência de erro no pagamento, são encaminhados ao serviço social.

No decorrer da pesquisa, de agosto a dezembro de 2003, foram pagos de uma só vez três meses, o que aconteceu em novembro. Mesmo assim, muitos receberam o valor incorreto. Quatro meses ainda ficaram pendentes. Em 23 de dezembro de 2003, segundo os pais entrevistados, foram pagos os quatro últimos meses em atraso, quando foi distribuída uma cesta de Natal contendo refrigerante, bombons e balas.

### 3.3.2. Os pólos rurais

#### 3.3.2.1. Travessão de Campos

Travessão de Campos, 7º distrito de Campos dos Goytacazes, localiza-se no Km 15 da BR 101 no sentido da estrada Campos-Vitória, no limite do município de Campos com o de São Francisco do Itabapoana. Embora seja um distrito que venha se desenvolvendo gradualmente, mantém características de zona rural. Um morador argumenta: “hoje temos

fábrica de mariola, comércios, posto de saúde e escolas; mas a gente ainda precisa se deslocar para o centro de Campos para bancos e outros serviços”. Falta saneamento básico, considerado problema grave na comunidade, produzindo várias doenças em crianças e na população em geral. Soma-se a essa questão o fato dos moradores consumirem água proveniente de poço artesiano, portanto, desprovida de tratamento. (RODRIGUES, 2003, p. 5).

O pólo rural de Travessão de Campos é o maior e primeiro estabelecido no município. Consta de 172 crianças e adolescentes inscritos e 10 monitores. Destes, nove estão desde a inauguração do Programa; cinco cursaram ensino superior e os outros têm formação de professor. Dois moram em Travessão de Campos e os demais na cidade de Campos.

A jornada ampliada funciona em dois turnos, em imóvel residencial locado pelo poder público municipal. Desde a implantação do pólo, em 1998, o mesmo já exerceu suas atividades em três lugares diferentes. Atualmente, encontra-se num imóvel residencial onde a garagem e a varanda são espaços improvisados para atendimento às crianças e adolescentes, bem como as mesas e cadeiras utilizadas nas salas de aula são inadequadas para os usuários do Programa pois se trata de mobiliário de bar.

O imóvel onde se localiza o pólo custa R\$ 400,00 de aluguel. A infra-estrutura precária do prédio, sem segurança, causa roubos freqüentes, prioritariamente de gêneros alimentícios. Esse fato obrigou que a merenda escolar fosse guardada nas casas próximas. Outra questão se refere à falta de água, fato recorrente e que permaneceu durante três meses. Essa situação desloca crianças para residências vizinhas em busca do líquido, quando o carro-pipa não aparece para abastecimento. Há iminência quanto à nova mudança de local; por isso, narra um monitor:

a proposta do Programa é boa, porém a infra-estrutura é deficitária. A água não é tratada, não há recreação orientada por profissionais especializados na jornada ampliada e a merenda é de péssima qualidade. Crianças e professores são obrigados a exercerem diferentes atividades; revezam afazeres no pólo desde confecção de merenda à limpeza, em decorrência da ausência de pessoas encarregadas para tais funções, o que vem causando repúdio, inclusive nos pais.

Ao iniciar a pesquisa, não havia pessoa encarregada para confecção da merenda e limpeza, o que era feito por professores e principalmente crianças. Posteriormente, admitiu-se uma mãe de aluno como merendeira para prestação de serviço por três meses. Vencido esse prazo, substituiu-se por outra. Trata-se do Projeto Renda Mínima que não gera vínculo empregatício.

Ao ser solicitada a presença dos pais para realizar entrevistas, obteve-se dos monitores o pedido para a pesquisadora adiar tais encontros, pois os mesmos vinham há sete meses sem receber o dinheiro da Bolsa Criança-Cidadã, o que implicava também num reduzido número de crianças na jornada ampliada.

### 3.3.2.2. Três Vendas

Três Vendas se localiza no 1º distrito de Campos dos Goytacazes, distante 18 Km do centro da cidade. Encontra-se no limite entre Campos e o município de Cardoso Moreira, onde está instalada a Indústria Açucareira de Outeiro, atualmente desativada. Segundo um monitor, morador da localidade, esse povoado constitui-se de comunidade incidente em violência, baixa renda e habitações sem infra-estrutura, desprovidas de abastecimento de água e tratamento de esgoto. As residências construídas em áreas de risco submetem-se a constantes desabamentos e desalojamento de famílias, o que constantemente é veiculado pela imprensa, como demonstra a seguinte reportagem: “em Três Vendas, distrito de Campos, a defesa civil montou 15 barracas, depois que o rio Muriaé começou a invadir quintais na tarde de ontem. Moradores afirmaram que o problema se repete a cada verão” (MONTEIRO, 2004, p. 8).

No lugar, predominantemente agrícola, a cana-de-açúcar é a atividade econômica principal, embora a pecuária e o comércio sejam também praticados. Nas proximidades desse local, encontra-se a Indústria Açucareira de Sapucaia, que terceiriza serviços através de empreiteiros encarregados de contratar trabalhadores, o que propicia exploração da mão-de-obra infantil em atividades atreladas à cana-de-açúcar. Paga-se por dia de serviço infanto-juvenil na roça, em média, R\$ 5,00; outros trabalhadores dessa modalidade sequer são remunerados.

Em Três Vendas, a associação de moradores viabiliza a execução de atividades direcionadas ao pólo, agregada ao fato da forte vinculação político-partidária. Assim, na comunidade funciona três vezes por semana uma escolinha de futebol criada pelo poder público municipal para atendimento aos moradores da localidade em geral, inclusive aos inseridos no PETI. Entretanto, diz um monitor: “há boca de fumo, crianças no tráfico de drogas, prostituição e violência”. A Prefeitura de Campos dos Goytacazes distribui produto nutricional às crianças subnutridas para suprir carência das pessoas da comunidade e de outras localidades.

Três Vendas, 2º maior pólo rural, superado apenas pelo de Travessão, funciona desde 1998. Começou com dois monitores e hoje são seis. Atende a 135 crianças e adolescentes residentes no próprio local e em seu entorno (Sapucaia, Boa Vista, Solar da Baronesa, Fazenda Pontal e Brejo Grande). Pela dificuldade de locomoção dessas crianças da sua casa até o local da jornada ampliada utiliza-se como meio de transporte ônibus ou bicicleta. O pólo funciona em imóvel residencial locado pelo poder público municipal, que paga em torno de R\$ 250,00/mês ao proprietário do imóvel.

No primeiro dia da pesquisa, a comunidade preparava-se para a festa junina no campo de futebol, atrativa para as crianças do pólo. A participação dos integrantes do pólo em eventos anteriores, como festas juninas anuais organizadas pelos monitores, havia possibilitado aquisição de aparelho de som, estantes, DVD, fogão e televisão. Um carro de som já anunciava dias de *show* para o povoado. Encontrava-se no local trio-elétrico disponível para a festa, que transcorreria durante três dias, fato corrente no município de Campos dos Goytacazes.

Nesse pólo, os usuários apresentam quadro de desnutrição, sendo a merenda escolar incentivo para mantê-los na jornada ampliada. Embora no início da pesquisa a sopa predominasse, há, entre os adolescentes excluídos por terem completado idade, os que retornam diariamente à jornada ampliada para merendarem. Posteriormente, incluiu-se no cardápio arroz, macarrão, salsicha, achocolatado, biscoito e suco, apesar da água imprópria para consumo.

Não havia servente nesse pólo. A preparação da merenda era atribuição dos monitores. Quanto às crianças, a elas cabia lavar louças, limpar a sala-de-aula, o banheiro, o quintal e coletar lixo, no tempo em que deveriam estar obtendo socialização ou reforço escolar. No entanto, no decorrer da investigação, tal problema foi amenizado através da admissão de um servente no pólo. Essa indicação foi feita por professores e através de terceiros, selecionando uma mãe usuária do Programa para prestar serviço durante três meses, quando poderá ser substituída por outra, a exemplo do que ocorre em Travessão de Campos. Entretanto, o valor e a data de pagamento são ignorados pela mesma, cuja carga horária é de oito horas diárias. Nesse pólo há vigia responsável pela segurança.

Dos seis monitores atuantes nesse pólo, um deles cursou ensino superior; os demais possuem formação de professor. Desses profissionais, quatro residem em Três Vendas e dois na cidade de Campos, mas todos são originários do lugar, o que facilita o relacionamento com usuários do Programa.

Dos pólos analisados, Três Vendas é o único atendido de forma sistemática no Centro Cultural, localizado em Guarus, 2º distrito de Campos, espaço onde as crianças e adolescentes semanalmente realizam atividades de lazer, ministradas por profissionais nem sempre especializados para as funções que exercem, excetuando-se os capoeiristas. São profissionais contratadas pelo poder público municipal. Das atividades propostas, a capoeira é a única que permite intercâmbio entre os pólos dos municípios circunvizinhos.

No pólo, o propósito de entrevistar os pais, como ocorreu em Travessão de Campos, levou os monitores a solicitarem à entrevistadora que apenas o fizesse após o pagamento da Bolsa, pois a mesma estava atrasada há sete meses: “assim eles estariam menos revoltados”. Quanto aos monitores, ora reticentes, ora solidários e participativos, cederam salas para realizar as entrevistas. Na véspera de receber o dinheiro da Bolsa Criança-Cidadã, alguns pais demonstravam inércia, e outros, revolta.

### 3.3.2.3. Santa Cruz

Em 1945, formava-se um povoado próximo à estrada RJ 256, em Campos dos Goytacazes. Era Santa Cruz, hoje bairro de periferia que se localiza a sete quilômetros do centro da cidade, à margem da rodovia que liga Campos ao município de São Fidélis.

Os primeiros moradores chegaram com a instalação da Indústria Açucareira de Santa Cruz, originária de investimento feito por imigrantes italianos em Campos dos Goytacazes, que adquiriram 970 hectares de terra. Na época, o cultivo do café era predominante na região, posteriormente substituído pela cana-de-açúcar. A sede da administração da indústria fica no interior de São Paulo, numa fazenda denominada Santa Cruz - daí o nome da usina e, posteriormente, do lugar onde se instalou. A fábrica contribuiu para o crescimento populacional e infra-estrutura da comunidade. Embora as construções das casas datem da instalação da usina, são habitadas até hoje, embora desprovidas de saneamento básico. (USINA..., 2003, p. 4).

O pólo de Santa Cruz, implantado na sede do distrito em 1998, inicialmente funcionou no estádio de futebol União de Santa Cruz. Atualmente localiza-se à margem da estrada, próximo à indústria açucareira, em imóvel comercial locado pelo poder público municipal, adaptado para fazer funcionar a jornada ampliada como nos demais pólos pesquisados.

A infra-estrutura do prédio é precária, porém não há perspectiva de mudança do mesmo. O acesso é feito pela praça central do distrito, onde as crianças permanecem a maior parte do tempo fazendo revezamento com o espaço designado à jornada ampliada. O pólo possui 82 inscritos, são moradores da própria comunidade e de outras, como: Itereré, Deserto, Rio Preto, Figueira e Fazenda Grande.

Em 2003, a fiscalização do Ministério do Trabalho recebeu denúncias de pessoas trabalhando sob regime escravo em fazendas da indústria açucareira local. Houve divulgação pela imprensa e constatou-se que, dentre estes trabalhadores, havia adolescentes. Soma-se a isto a situação atual de crianças e adolescentes ocupados no comércio, atividade doméstica, pecuária, economia informal e pescaria. O predomínio do trabalho na atividade canavieira deriva da Indústria Açucareira de Santa Cruz ser responsável pela geração de emprego na localidade.

Casualmente, as crianças vão ao Centro Cultural, espaço destinado às atividades culturais. Nesse dia, fecha-se o pólo. Embora o Centro Cultural se proponha a desenvolver atividades recreativas diversificadas, como dança, teatro, artesanato, natação, educação física e computação, rotineiramente pratica-se apenas capoeira. Diz uma monitora: “esse pólo não é atendido de forma sistemática no Centro Cultural”. Acrescenta ainda:

o PETI foi uma semente que se plantou lindamente, o Brasil precisava, é bom, funciona em parte. Entretanto, essas crianças, quando desligadas do PETI, por falta de expectativa, abandonam a escola, retornam ao trabalho no canavial ou são exploradas em outras atividades. Esse período no programa faz vislumbrar um mundo não encontrado lá fora. O PETI carece de infra-estrutura, argumenta-se falta de dinheiro e não há transparência na aplicação dos recursos. O eixo para o Programa caminhar depende do monitor. Em 2002 foram comprados lápis, borracha e caderno pelo próprio educador.

Anualmente, no mês de maio, durante as festividades da padroeira da comunidade, há desocupação do pólo, e o material utilizado pelas crianças é transferido para o Centro Cultural. Nessa época, o espaço transforma-se em botequim, fato legitimado através de contrato entre o locatário, isto é, a Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes e o locador. Tal situação provoca liberação das crianças da jornada ampliada, permanecendo estes em casa durante 15 dias, sem orientação e assistência dos monitores do Programa. Nesse pólo, apesar da baixa frequência no período de atraso do pagamento, há pouca evasão, por conta do atrativo da merenda. Há um responsável pela confecção da merenda e limpeza. Entretanto, a ausência de cardápio diversificado propicia reclamação das crianças e pais. No decorrer da pesquisa, observou-se aprimoramento qualitativo e quantitativo dos alimentos,

quando a tradicional sopa foi substituída por biscoito, mingau, macarrão, salsicha, vitamina, risoto, suco e doce.

No pólo de Santa Cruz há três monitoras: duas graduadas em educação, outra em curso de formação de professor; todas residem na cidade de Campos dos Goytacazes. Deslocam-se diariamente para exercerem suas funções em Santa Cruz.

#### 3.3.2.4. O cotidiano da jornada ampliada nos três pólos

Há crianças que saem da escola regular direto para a jornada ampliada, quando são submetidas ao reforço escolar. Outras brincam dispersas e desprovidas de orientação, isto é, fora deste espaço, permanecendo no pólo no máximo três horas, especialmente no de Santa Cruz. Nesse pólo há casos de duas crianças que moram em bairros periféricos de Campos atendidos no pólo em Santa Cruz. Uma dessas crianças, ao ser questionada sobre o Programa, responde: “não tenho com quem ficar em casa porque minha mãe trabalha o dia todo; quando saio da escola, em vez de ficar à toa na rua, fico aqui, pelo menos tenho o que comer”.

O atraso no pagamento da Bolsa Criança-Cidadã contribuiu para que crianças e adolescentes demonstrassem insatisfação com o Programa. Essa postura manifesta-se através de atividades desenvolvidas na jornada ampliada, quando elaboraram um painel intitulado: “O Brasil que queremos”, chamando o dinheiro de “cascalho, bufunfa, merreca e verdinho”. Associado à problemática apresentada, os usuários questionaram a infra-estrutura do pólo, pressupondo que o pesquisador pudesse mediar suas reivindicações. Os adolescentes criticaram a falta de assistência e transparência do poder público municipal, carência de uniforme, imóvel inadequado e visitas assistemáticas ao Centro Cultural. Ao constatarem a neutralidade do entrevistador, mostraram-se decepcionados e revelaram: “não adianta a gente falar, as pessoas pensam que não temos sonhos, o que queremos é outro pólo e gente para fazer merenda e limpeza, senão, nós é que somos obrigados a trabalhar aqui”.

Dentre as dificuldades na jornada ampliada, ressalta-se ausência de quadro-de-giz e de salas apropriadas e deficiência de material pedagógico. Houve época em que as crianças ficaram sem lanche durante três meses por falta de gás, permanecendo na jornada ampliada apenas por duas horas, em Travessão de Campos.

Durante a pesquisa, foi constatada a baixa frequência no período de atraso no pagamento, mostrando o desestímulo das mesmas. A recreação era realizada de forma aleatória e sem acompanhamento de profissional habilitado. As crianças matriculadas no CIEP (Centro Integrado de Educação Popular) não freqüentavam a jornada ampliada, apesar

de estarem incluídas no Programa em Travessão de Campos, devido à incompatibilidade do horário da escola. Daí ser o CIEP considerado pólo itinerante, cujo relatório de frequência é enviado diretamente para a SMDPS.

Ao distribuir o questionário, constatou-se considerável número de crianças e adolescentes faltosos, dificultando, inclusive, a aplicação do mesmo. Um monitor justificou que se tratava da Semana da Criança. Entretanto, o que se verificou foi também a falta ou licença de monitores, provocando a permanência dos beneficiários do programa em casa ou redistribuídos entre outros monitores em Travessão de Campos. A média é de 15 crianças para cada monitor, nesse período.

Durante a aplicação do questionário, crianças e adolescentes argumentaram em uníssono: “se a gente depender desse dinheiro, morre de fome, eles levam até sete meses sem pagar a Bolsa”. Reagiam como se estivessem diante de uma fiscalização, ora ousados, ora reticentes e receosos quanto às respostas que seriam autorizadas pelos monitores. Muitos reivindicavam passeio, outros perguntavam se era “provão” da SMDPS. Além disso, as crianças sentiam dificuldade de interpretação dos quesitos e temiam respondê-los.

Em 2003, 25 adolescentes abandonaram o PETI em Travessão de Campos e Três Vendas; destes, 15 completaram a idade-limite. Os demais voltaram à atividade canavieira, trabalho doméstico e economia informal. Dos desligados, apenas três permaneceram na escola. Um monitor afirma: “os adolescentes excluídos do pólo se desinteressam pela escola e retornam ao trabalho na roça junto com os pais, concomitante às tarefas domésticas, visando a contribuírem na subsistência familiar”.

O impacto gerado pela evasão da criança do PETI é demonstrado através da fala de um monitor: “é o retorno ao trabalho e abandono da escola principalmente no período de recesso da jornada ampliada. Não há projeto pós-PETI”. Os educadores admitem que deveria haver curso profissionalizante ou acompanhamento para os desligados do PETI.

No período em que crianças e adolescentes são atendidos pelo PETI, os monitores incentivam a comunidade a denunciar casos atendidos pelo Programa e que continuem trabalhando. Por outro lado, abonam as faltas justificadas pelos mesmos. Um adolescente de 13 anos, do pólo de Três Vendas, no horário de folga do PETI e da escola, trabalha entregando gás no comércio local em troca de biscoito para suprir carência alimentar. Sua frequência no pólo visa a suprir esta necessidade. Origina-se de família constituída de seis irmãos, órfão de mãe, respondendo pelo lar.

Relata um monitor:

há criança problemática, violenta, viciada em drogas e faltosa na jornada ampliada movida pela ausência de assistência familiar, inclusive, portando arma; um já ameaçou de morte um monitor. Há casos de agressão entre adolescentes provocando suspensão do PETI. A assistente social não tentou solucionar esses problemas, daí os educadores se sentirem sem segurança. Apontam-se crianças agressivas, desajustadas, além de fazerem biscates: ajudam na roça, limpeza de igreja, vendedores de salgado, leite e carregador de compras.

Há adolescentes que abandonam o PETI para estudarem à noite devido ao envolvimento em rede de prostituição. No relatório de frequência fornecido pela escola regular, detectam-se faltosos que insistem em permanecer no PETI, de forma irregular, por preferirem as brincadeiras e merenda, fato encontrado nos três pólos. No caso de Três Vendas, crianças e adolescentes assistem a qualquer programação na TV, inclusive novela, preferida pelos mesmos. Desse modo, não se sentem estimulados a efetuarem as tarefas escolares, como propõe o Programa.

Segundo os adolescentes, em 2002 participaram de eventos que possibilitaram exercitar a dança e a capoeira, além de serem incluídos em peça infantil referente ao Dia da Criança. Em 2003, ficaram desprovidos de atividades atrativas. Fizeram apenas excursão aos prédios históricos da cidade: Vila Maria, Liceu de Humanidades, Igreja da Lapa e Jardim São Benedito. Objetivou-se identificação dos espaços turísticos, constituindo-se um passeio cultural.

Dentre as queixas dos adolescentes, destacou-se a “Caravana do Saber”. Segundo eles, a visita desta aos pólos acontece anualmente, embora esteja agregado a essa iniciativa o atendimento médico-odontológico relacionado ao Projeto “Sorrindo Legal”.

Na jornada ampliada, crianças e adolescentes devem ficar quatro horas diárias; não há férias, visando a impedir retorno ao trabalho. Há um período de recesso constituído de 15 dias em julho e 10 dias em janeiro, quando acontece a colônia de férias, espaço designado para realização das atividades de recreação, podendo ocorrer no próprio local onde funciona o pólo, no CIEP próximo ou Centro Cultural. Nessa época, deveria haver atividades diversificadas e modificação no cardápio do lanche. Entretanto, no mês de janeiro, os adolescentes deslocam-se para as praias, participando do comércio informal, na tentativa de suprir e compensar a carência alimentar, já que a colônia de férias acontece duas vezes por semana.

O mês de outubro na jornada ampliada é dedicado à recreação, baseada em jogos visando à integração do grupo e exercícios de dramatização, trabalhos com material reciclado

e artes, priorizando-se a leitura e a escrita. No “cantinho de mensagem”, um adolescente elabora texto, narra sua história, enfatiza o trabalho infantil na lavoura canavieira e a importância do PETI em sua vida:

era uma vez, um menino que se chamava Pedrinho, ele não podia estudar, porque trabalhava para ajudar em casa. Mas ele tinha vontade de estudar e brincar como seus amigos, que moravam perto de sua casa. Sempre que Pedrinho ia para o trabalho via seus amiguinhos indo para o PETI. Um dia a assistente social foi a sua casa e resolveu matriculá-lo no PETI. Quando recebeu seu primeiro pagamento ficou muito alegre e nunca mais teve que trabalhar para ajudar seus pais. (Douglas, 15 anos, morador em Travessão de Campos).

Através das atividades realizadas na jornada ampliada, os adolescentes enfatizaram os direitos e deveres dispostos no ECA, questionando o cumprimento deste, além de ressaltarem a questão referente à sexualidade, aliciamento de menores e prostituição. Tal realidade provocou palestras e debates destinados à prevenção de gravidez na adolescência, recorrente na faixa etária de 12 a 14 anos, motivando abandono da escola e precoce trabalho infantil. O cotidiano dessas crianças assenta-se em vocabulários como “peixe, piranha, raçuda, taruda”, etc, escritos e desenhados em cadernos, paredes, prioritariamente nos banheiros. Crianças e adolescentes reclamam de despreparo do educador ao tratar do assunto, apelando para o aspecto moral e disciplinar.

No pólo de Três Vendas, crianças e adolescentes ameaçaram realizar protesto na jornada ampliada e na SMDPS devido ao atraso no dinheiro do Programa . A notícia do pagamento em novembro trouxe crianças de volta ao PETI. Além disso, chegaram não só produtos para lanche como material escolar: folha, hidrocor, tinta, papel A4, pardo e crepom, material de limpeza, lápis-de-cor e álcool.

#### 3.4. OS EXECUTORES DO PETI NOS PÓLOS

Inicialmente, o processo seletivo dos monitores no PETI fez-se pelo Estado através de prova de título. Segundo eles, o valor do salário publicado em Diário Oficial era de R\$ 600,00 e afirmam já ter recebido essa quantia. Entretanto, o primeiro pagamento dos proventos saiu com seis meses de atraso. Atualmente, são 218 profissionais envolvidos no PETI, sendo 160 monitores (para os 36 pólos do município), admitidos por contrato temporário através de indicação do poder executivo ou legislativo municipal, com salário de R\$ 430,00 até o ano de 2003.

O monitor da jornada ampliada tem carga horária de 20 horas semanais, não tem férias e é também responsável pelo controle da frequência mensal fornecida pela unidade de ensino onde a criança está matriculada.

Há indignação dos educadores, ainda que velada, quanto às dificuldades do PETI e à manutenção do baixo salário. Acrescenta-se a isso o fato da não inclusão dos mesmos em seminários e palestras. “O que acontece na Secretaria não tem transparência”, diz um monitor, que acrescenta: “reivindicação salarial torna-se impraticável; se a gente exigir aumento de salário eles transferem para pólos distantes ou mandam a gente embora”. Inicialmente, esses profissionais não recebiam salário todos os meses; atualmente, o contrato, embora seja de março a dezembro, cobre também os meses de janeiro e fevereiro.

Os monitores assinalam, ainda, as dificuldades quanto às informações em relação ao funcionamento do Programa no município; as mesmas estão centradas e controladas na SMDPS, onde estão cadastradas as famílias. Esses profissionais alegam desconhecê-las e, portanto, questionam a aplicação da verba disponibilizada para o Programa em Campos dos Goytacazes. Sugerem ação investigativa, pró-ativa e cidadã quanto ao destino dos recursos públicos no município. Referem-se à falta de fiscalização dos planejadores do Programa, prioritariamente dos órgãos federais sobre as demais instâncias de governo.

Durante as entrevistas com os monitores, observou-se a angústia devido ao atraso no pagamento da Bolsa e à falta de comprometimento dos envolvidos no programa quanto aos problemas pendentes, em especial do imóvel onde funciona a jornada ampliada. Ressalta um dos monitores: “há pressão dos coordenadores do programa subestimando-nos, numa relação marcada por dominação”. Verificam-se temores em algumas falas, reservas e manifestação contrária contida.

Segundo um monitor há revezamento entre eles, assistente social, pedagogos e psicólogos, nos diferentes pólos, dificultando a sistematização do trabalho. Relata, inclusive, que todo o quadro de funcionários do Programa é admitido também por indicação político-partidária. De acordo com outro monitor, tem sido freqüente a contratação de diferentes categorias no PETI, em consequência da proximidade de ano eleitoral. Um monitor, ao ser demitido por excesso de faltas, foi substituído imediatamente pela irmã no pólo de Travessão de Campos.

Há, em média, três pólos para cada assistente social. Entretanto, têm sido escassos os eventos no sentido de conscientizar pais e comunidade quanto ao trabalho infantil. Eventualmente, a assistente social e a psicóloga visitam a jornada ampliada.

Os coordenadores do Programa reúnem-se com pais ou responsáveis; no entanto, há dificuldade de integração entre os encarregados do Programa e pais, devido ao comparecimento esporádico, exceto quando estes últimos se sentem ameaçados em perder o dinheiro da Bolsa. Nesses encontros, tratam da auto-estima, evasão, baixa frequência, sexualidade, violência, drogas e planejamento familiar. Os profissionais enfatizam a problemática do abandono de crianças do PETI e da escola quando há o atraso no pagamento da Bolsa Criança-Cidadã, o que provoca a permanência no PETI concomitante ao trabalho. Nas entrevistas concedidas, pedagogos afirmaram que a frequência escolar anterior era em média de 60%; após a inserção dessas crianças e adolescentes no Programa, se ampliou para mais de 85%.

### 3.5 O PETI: uma análise dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz

#### 3.5.1 Os pais

As entrevistas com os pais ocorreram em dois momentos. As primeiras feitas nas filas, em novembro de 2003, durante cinco dias em que se realizaram o pagamento. As demais, nos próprios pólos, quando foram convocados alguns pais. Estes reclamavam pelo pagamento atrasado, ameaçavam abandonar o Programa e fazer retornar as crianças ao trabalho.

Através da análise dos resultados das entrevistas dos pais das crianças e adolescentes inseridos nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, permitiu-se constatar que há predominância de pais na faixa de 30 a 40 anos de idade. Em Três Vendas, esta faixa representa 46,34% deles (TAB. 1).

TABELA 1: Percentual por faixa etária dos pais inseridos no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|        | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|--------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|        | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 20  | 6                   | 84   | 7,14  | 7           | 41   | 17,07 | 1          | 31   | 3,23  |
| b. 30  | 34                  | 84   | 40,48 | 19          | 41   | 46,34 | 10         | 31   | 32,26 |
| c. 40  | 29                  | 84   | 34,52 | 9           | 41   | 21,95 | 12         | 31   | 38,71 |
| d. 50  | 10                  | 84   | 11,90 | 3           | 41   | 7,32  | 6          | 31   | 19,35 |
| e. >60 | 5                   | 84   | 5,95  | 3           | 41   | 7,32  | 2          | 31   | 6,45  |

Fonte: elaboração própria

Quanto à origem dessas famílias, em Travessão de Campos e Santa Cruz mais de 50% delas nasceram na própria localidade, exceto Três Vendas (31,71%); os demais

deslocaram-se dos locais mais próximos e dos municípios limítrofes. São provenientes, geralmente, das fazendas de usinas de cana-de-açúcar atualmente desativadas, como a de Outeiro e São João ou outros povoados abandonados pelas enchentes. Existem, ainda, aqueles que nasceram em bairros periféricos da cidade de Campos, como relata um pai: “eu morava no parque Santa Rosa em Campos, a prefeitura deu uma casa, vim para Travessão de Campos”. Verificou-se um fluxo de pessoas para áreas da periferia urbana, onde os terrenos são de baixo preço, o que possibilita as construções (TAB. 2).

TABELA 2: Percentual da origem das famílias inseridas no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes- RJ, 2003.

|                               | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------------------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                               | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Travessão de Campos        | 46                  | 84   | 54,76 | 0           | 41   | 0,00  | 1          | 31   | 3,23  |
| b. Campos dos Goytacazes      | 15                  | 84   | 17,86 | 8           | 41   | 19,51 | 3          | 31   | 9,68  |
| c. Morro do Coko              | 2                   | 84   | 2,38  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| d. São João da Barra          | 5                   | 84   | 5,95  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| e. S. Francisco do Itabapoana | 6                   | 84   | 7,14  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| f. Três Vendas                | 0                   | 84   | 0,00  | 13          | 41   | 31,71 | 0          | 31   | 0,00  |
| g. Sapucaia                   | 0                   | 84   | 0,00  | 6           | 41   | 14,63 | 0          | 31   | 0,00  |
| h. Outeiro                    | 1                   | 84   | 1,19  | 4           | 41   | 9,76  | 0          | 31   | 0,00  |
| i. Lagoa de Cima              | 0                   | 84   | 0,00  | 0           | 41   | 0,00  | 6          | 31   | 19,35 |
| j. Santa Cruz                 | 2                   | 84   | 2,38  | 0           | 41   | 0,00  | 16         | 31   | 51,61 |
| k. Vila Nova                  | 3                   | 84   | 3,57  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| l. Outros                     | 4                   | 84   | 4,76  | 10          | 41   | 24,39 | 5          | 31   | 16,13 |

Fonte: elaboração própria

Em relação ao período de tempo em que essas famílias residem nos locais de moradia (TAB. 3), verificou-se que, em Santa Cruz, 80,65% delas moram há mais de 20 anos no mesmo lugar e em Três Vendas, são 58,54% delas.

TABELA 3: Percentual do período de tempo de moradia das famílias do PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes- RJ, 2003.

|                   | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                   | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Menos de 1 ano | 2                   | 84   | 2,38  | 2           | 41   | 4,87  | 0          | 31   | 0,00  |
| b. 2 a 4 anos     | 6                   | 84   | 7,14  | 3           | 41   | 7,32  | 2          | 31   | 6,45  |
| c. 5 a 7 anos     | 4                   | 84   | 4,76  | 5           | 41   | 12,20 | 1          | 31   | 3,23  |
| d. 8 a 10 anos    | 13                  | 84   | 15,48 | 7           | 41   | 17,07 | 3          | 31   | 9,68  |
| e. >20 anos       | 59                  | 84   | 70,24 | 24          | 41   | 58,54 | 25         | 31   | 80,65 |

Fonte: elaboração própria

Em relação à escolaridade dos pais (TAB.4) verificou-se que 22,58%, em Santa Cruz, são analfabetos, seguidos de Três Vendas e Travessão de Campos com média de 19%. Dos pais escolarizados, verificou-se que, em Três Vendas, apenas 14,63% conseguiram concluir o primeiro segmento do Ensino Fundamental. Ressalta-se que, entre os alfabetizados, muitos admitiram saber apenas escrever o nome e fazer as quatro operações de matemática.

TABELA 4: Percentual da escolaridade dos pais atendidos pelo PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                   | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                   | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 1 <sup>a</sup> | 3                   | 84   | 3,57  | 3           | 41   | 7,32  | 4          | 31   | 12,90 |
| b. 2 <sup>a</sup> | 7                   | 84   | 8,33  | 8           | 41   | 19,51 | 6          | 31   | 19,35 |
| c. 3 <sup>a</sup> | 16                  | 84   | 19,05 | 5           | 41   | 12,20 | 3          | 31   | 9,68  |
| d. 4 <sup>a</sup> | 28                  | 84   | 33,33 | 6           | 41   | 14,63 | 11         | 31   | 35,48 |
| e. 5 <sup>a</sup> | 6                   | 84   | 7,14  | 5           | 41   | 12,20 | 0          | 31   | 0,00  |
| f. 6 <sup>a</sup> | 2                   | 84   | 2,38  | 2           | 41   | 4,88  | 0          | 31   | 0,00  |
| g. 7 <sup>a</sup> | 1                   | 84   | 1,19  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| h. 8 <sup>a</sup> | 2                   | 84   | 2,38  | 1           | 41   | 2,44  | 0          | 31   | 0,00  |
| i. Ensino Médio   | 3                   | 84   | 3,57  | 3           | 41   | 7,32  | 0          | 31   | 0,00  |
| j. Não estudou    | 16                  | 84   | 19,05 | 8           | 41   | 19,51 | 7          | 31   | 22,58 |

Fonte: elaboração própria.

No que tange ao número de filhos em cada família, o pólo de Santa Cruz possui o maior índice: 29,03% das famílias possuem mais de sete filhos (TAB. 5). Em relação ao número de pessoas que residem na mesma casa, e que são incorporados aos membros da família, Santa Cruz responde por um índice de 45,16% das famílias com mais de sete pessoas morando na mesma casa (TAB. 6).

TABELA 5: Percentual de filhos por família nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|       | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|       | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 1  | 2                   | 84   | 2,38  | 2           | 41   | 4,88  | 2          | 31   | 6,45  |
| b. 2  | 9                   | 84   | 10,71 | 8           | 41   | 19,51 | 3          | 31   | 9,68  |
| c. 3  | 21                  | 84   | 25,00 | 10          | 41   | 24,39 | 4          | 31   | 12,90 |
| d. 4  | 17                  | 84   | 20,24 | 8           | 41   | 19,51 | 5          | 31   | 16,13 |
| e. 5  | 12                  | 84   | 14,29 | 1           | 41   | 2,44  | 3          | 31   | 9,68  |
| f. 6  | 7                   | 84   | 8,33  | 7           | 41   | 17,07 | 5          | 31   | 16,13 |
| g. >7 | 16                  | 84   | 19,05 | 5           | 41   | 12,20 | 9          | 31   | 29,03 |

Fonte: elaboração própria

TABELA 6: Percentual de pessoas que compõem a família inscrita no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes- RJ, 2003

|       | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|       | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 1  | 0                   | 84   | 0,00  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| b. 2  | 0                   | 84   | 0,00  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| c. 3  | 8                   | 84   | 9,52  | 7           | 41   | 17,07 | 0          | 31   | 0,00  |
| d. 4  | 12                  | 84   | 14,29 | 7           | 41   | 17,07 | 6          | 31   | 19,35 |
| e. 5  | 24                  | 84   | 28,57 | 12          | 41   | 29,27 | 5          | 31   | 16,13 |
| f. 6  | 14                  | 84   | 16,67 | 6           | 41   | 14,63 | 6          | 31   | 19,35 |
| g. >7 | 26                  | 84   | 30,95 | 9           | 41   | 21,95 | 14         | 31   | 45,16 |

Fonte: elaboração própria

Quanto ao número de pessoas que trabalham por família (TAB. 7), nos pólos de Travessão de Campos e Três Vendas, em mais de 40% das famílias apenas uma pessoa trabalha. Em Santa Cruz 29,03% possuem três pessoas que contribuem com a renda familiar. Verificou-se, ainda, um considerável número que não trabalha: 31,71% em Três Vendas, 19,05% em Travessão de Campos e 16,13% em Santa Cruz.

TABELA 7: Percentual de pessoas que trabalham nas famílias inseridas no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                  | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                  | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 1             | 46                  | 84   | 54,76 | 17          | 41   | 41,46 | 2          | 31   | 6,45  |
| b. 2             | 11                  | 84   | 13,10 | 11          | 41   | 26,83 | 7          | 31   | 22,58 |
| c. 3             | 8                   | 84   | 9,52  | 0           | 41   | 0,00  | 9          | 31   | 29,03 |
| d. 4             | 3                   | 84   | 3,57  | 0           | 41   | 0,00  | 2          | 31   | 6,45  |
| e. 5             | 0                   | 84   | 0,00  | 0           | 41   | 0,00  | 4          | 31   | 12,90 |
| f. 6             | 0                   | 84   | 0,00  | 0           | 41   | 0,00  | 2          | 31   | 6,45  |
| g. Não trabalham | 16                  | 84   | 19,05 | 13          | 41   | 31,71 | 5          | 31   | 16,13 |

Fonte: elaboração própria

Quanto ao período de atendimento dos pais no Programa (TAB. 8) em Travessão de Campos e Santa Cruz mais de 50% estão, em média, há cinco anos no PETI; em Três Vendas, este índice é o de três anos são de 29,27%. Em relação à forma como as famílias se inscreveram no Programa (TAB. 9), 16,13% dos pertencentes ao pólo de Santa Cruz admitiram ter sido por indicação de terceiros; no entanto, o que predomina é o cadastro feito na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social, embora muitos pais tenham declarado que o acesso ao cadastro muitas vezes é mediado por pessoas influentes nessa Secretaria.

TABELA 8: Percentual do período de atendimento das famílias inseridas no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|      | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|      | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 1 | 6                   | 84   | 7,14  | 4           | 41   | 9,76  | 2          | 31   | 6,45  |
| b. 2 | 8                   | 84   | 9,52  | 4           | 41   | 9,76  | 7          | 31   | 22,58 |
| c. 3 | 14                  | 84   | 16,67 | 12          | 41   | 29,27 | 3          | 31   | 9,68  |
| d. 4 | 10                  | 84   | 11,90 | 9           | 41   | 21,95 | 2          | 31   | 6,45  |
| e. 5 | 46                  | 84   | 54,76 | 12          | 41   | 29,27 | 17         | 31   | 54,84 |

Fonte: elaboração própria

TABELA 9: Percentual do procedimento das famílias para inscrição no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes- RJ, 2003.

|                      | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|----------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                      | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. nas residências   | 55                  | 84   | 65,48 | 17          | 41   | 41,46 | 15         | 31   | 48,39 |
| b. na SMDPS          | 10                  | 84   | 11,90 | 14          | 41   | 34,15 | 5          | 31   | 16,13 |
| c. nos pólos do PETI | 16                  | 84   | 19,05 | 8           | 41   | 19,51 | 6          | 31   | 19,35 |
| d. outros            | 3                   | 84   | 3,57  | 2           | 41   | 4,88  | 5          | 31   | 16,13 |

Fonte: elaboração própria

No que diz respeito ao quantitativo de filhos inseridos no Programa (TAB.10) constatou-se que 70,24% dos pais em Travessão de Campos possuem apenas um filho, seguido de 46,34% em Três Vendas. Em Santa Cruz, 45,16% possuem dois filhos no PETI.

TABELA 10: Percentual de crianças e adolescentes por família inseridos no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|      | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|      | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 1 | 59                  | 84   | 70,24 | 19          | 41   | 46,34 | 11         | 31   | 35,48 |
| b. 2 | 18                  | 84   | 21,43 | 17          | 41   | 41,46 | 14         | 31   | 45,16 |
| c. 3 | 7                   | 84   | 8,33  | 5           | 41   | 12,20 | 6          | 31   | 19,35 |
| d. 4 | 0                   | 84   | 0,00  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| e. 5 | 0                   | 84   | 0,00  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |

Fonte: elaboração própria

Em relação às atividades exercidas pelas crianças e adolescentes antes da inserção no Programa (TAB. 11), segundo os pais, 61,90% do pólo de Travessão de Campos não trabalhavam, seguidos por 54,84% em Santa Cruz e 39,02% em Três Vendas. Daqueles que trabalhavam, a predominância era a lavoura canavieira: 23,81% em Travessão de Campos,

22,58% em Santa Cruz e 19,51% em Três Vendas. As demais atividades eram diversificadas entre catador de lata (17,07%) e ajudante no comércio local (9,76%), sendo que em Três Vendas 7,32% ocupava-se na pecuária. O trabalho doméstico foi também detectado, obtendo-se em Santa Cruz o maior índice (9,68%).

TABELA 11: Percentual do tipo de trabalho exercido pelas crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz antes da inserção no PETI. Campos dos Goytacazes-RJ, 2003.

|                       | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-----------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                       | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Lavoura            | 20                  | 84   | 23,81 | 8           | 41   | 19,51 | 7          | 31   | 22,58 |
| b. Pecuária           | 4                   | 84   | 4,76  | 3           | 41   | 7,32  | 0          | 31   | 0,00  |
| c. Catador de lata    | 2                   | 84   | 2,38  | 7           | 41   | 17,07 | 2          | 31   | 6,45  |
| d. Comércio           | 4                   | 84   | 4,76  | 4           | 41   | 9,76  | 2          | 31   | 6,45  |
| e. Trabalho doméstico | 2                   | 84   | 2,38  | 3           | 41   | 7,32  | 3          | 31   | 9,68  |
| f. Não trabalhava     | 52                  | 84   | 61,90 | 16          | 41   | 39,02 | 17         | 31   | 54,84 |

Fonte: elaboração própria

Quanto à atividade exercida pelo filho inserido no Programa, no período não concomitante ao PETI e à escola (TAB. 12), o pólo de Travessão de Campos (22,62%) apresentou o maior índice entre aqueles que trabalham, seguido de Santa Cruz (19,35%) e Três Vendas (9,76%). O argumento usado pelos pais quanto às atividades laborais exercidas pelos filhos vincula-se, principalmente, ao atraso no pagamento da Bolsa Criança-Cidadã. Segundo eles, completava-se em novembro de 2003, mês em que estavam sendo feitas as entrevistas, sete meses de atraso no pagamento. Um pai entrevistado em Santa Cruz respondeu: “meu filho faz o mesmo serviço que fazia antes do PETI; corta cana porque o dinheiro atrasa muito e não pode passar fome, trabalhando principalmente, no período de festas e feriados, em que não vai para o pólo”. Os pais do pólo de Travessão de Campos ressaltaram que seus filhos estudam (34,52%), ao chegarem a casa, quando vêm da escola e do PETI.

TABELA 12: Percentual da ocupação da criança e adolescente nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz no período não concomitante à jornada ampliada e à escola regular. Campos dos Goytacazes- RJ, 2003.

|                  | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                  | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Estuda        | 29                  | 84   | 34,52 | 8           | 41   | 19,51 | 6          | 31   | 19,35 |
| b. Brinca        | 10                  | 84   | 11,90 | 14          | 41   | 34,15 | 8          | 31   | 25,81 |
| c. Trabalha      | 19                  | 84   | 22,62 | 4           | 41   | 9,76  | 6          | 31   | 19,35 |
| d. Ajuda em casa | 13                  | 84   | 15,48 | 13          | 41   | 31,71 | 5          | 31   | 16,13 |
| e. Outros        | 13                  | 84   | 15,48 | 2           | 41   | 4,88  | 6          | 31   | 19,35 |

Fonte: elaboração própria

Quanto à atividade exercida pelos pais das crianças e adolescentes inscritos no PETI (TAB.13) a lavoura canvieira era a atividade predominante, sendo 54,84% desses em Santa Cruz, 44,05,% em Travessão de Campos e 41,46% em Três Vendas. Entretanto, muitos desses pais tinham contrato temporário nas usinas às quais eram vinculados e no período de entressafra eram dispensados do trabalho. Havia um considerável número de desempregados na época em que foi realizada a pesquisa. No caso de Três Vendas (31,71%), o maior índice, seguido de Travessão de Campos (19,05%) e Santa Cruz (16,13%). Os demais se diversificavam em outras atividades.

TABELA 13: Percentual de atividades exercidas pelos pais atendidos pelo PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                 | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-----------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                 | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Lavoura      | 37                  | 84   | 44,05 | 17          | 41   | 41,46 | 17         | 31   | 54,84 |
| b. Comércio     | 2                   | 84   | 2,38  | 1           | 41   | 2,44  | 2          | 31   | 6,45  |
| c. Autônomo     | 4                   | 84   | 4,76  | 5           | 41   | 12,20 | 2          | 31   | 6,45  |
| d. Desempregado | 16                  | 84   | 19,05 | 13          | 41   | 31,71 | 5          | 31   | 16,13 |
| e. Aposentado   | 1                   | 84   | 1,19  | 5           | 41   | 12,20 | 2          | 31   | 6,45  |
| f. Outros       | 24                  | 84   | 28,57 | 0           | 41   | 0,00  | 3          | 31   | 9,68  |

Fonte: elaboração própria

Em relação à renda de todos os membros da família (TAB.14) constatou-se que, em Santa Cruz, 58,06% estão na faixa de R\$ 200,00, seguido de Travessão de Campos (46,43%) e Três Vendas (24,39)%.

TABELA 14: Percentual da faixa salarial das famílias inseridas no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                 | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-----------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                 | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. < R\$ 100,00 | 0                   | 84   | 0,00  | 3           | 41   | 7,32  | 0          | 31   | 0,00  |
| b. R\$ 100,00   | 14                  | 84   | 16,67 | 9           | 41   | 21,95 | 3          | 31   | 9,68  |
| c. R\$ 200,00   | 39                  | 84   | 46,43 | 10          | 41   | 24,39 | 18         | 31   | 58,06 |
| d. R\$ 300,00   | 8                   | 84   | 9,52  | 5           | 41   | 12,20 | 2          | 31   | 6,45  |
| e. R\$ 400,00   | 6                   | 84   | 7,14  | 1           | 41   | 2,44  | 3          | 31   | 9,68  |
| f. > R\$ 500,00 | 1                   | 84   | 1,19  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| g. Desempregado | 16                  | 84   | 19,05 | 13          | 41   | 31,71 | 5          | 31   | 16,13 |

Fonte: elaboração própria

Quanto ao salário que o chefe de família recebia ao final de cada mês (TAB.15) constatou-se que em Santa Cruz (51,61%), seguindo-se Travessão de Campos (34,52%) e Três Vendas (26,83 %) estão na faixa de R\$ 200,00, o que significa, no caso de Santa Cruz, que mais da metade dos que estão inscritos no PETI ganham mais de meio salário mínimo, seguido dos dois outros pólos.

TABELA 15: Percentual do salário dos chefes de família nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes- RJ, 2003.

|                 | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-----------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                 | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. < R\$ 100,00 | 1                   | 84   | 1,19  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| b. R\$ 100,00   | 22                  | 84   | 26,19 | 11          | 41   | 26,83 | 5          | 31   | 16,13 |
| c. R\$ 200,00   | 29                  | 84   | 34,52 | 11          | 41   | 26,83 | 16         | 31   | 51,61 |
| d. R\$ 300,00   | 9                   | 84   | 10,71 | 3           | 41   | 7,32  | 2          | 31   | 6,45  |
| e. R\$ 400,00   | 6                   | 84   | 7,14  | 3           | 41   | 7,32  | 3          | 31   | 9,68  |
| f. > R\$ 500,00 | 1                   | 84   | 1,19  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| g. Desempregado | 16                  | 84   | 19,05 | 13          | 41   | 31,71 | 5          | 31   | 16,13 |

Fonte: elaboração própria

Ao serem questionados quanto à utilização dos recursos oriundos do PETI (TAB. 16) mais de 50% dos pais admitiram que utilizam na compra de objetos como cama e sofá, no reparo da casa, além de gás e luz elétrica. Em Travessão de Campos 26,19%, 22,58% em Santa Cruz e 21,95% em Três Vendas empregam em alimentação. No caso de Travessão de Campos, 10,71% usam os recursos em medicamento. Os demais diversificam entre a compra de material escolar e brinquedo, enfatizando que as dívidas, nas “vendas” e armazéns onde compram gêneros alimentícios, geralmente são acumuladas no período do atraso no pagamento.

TABELA 16: Utilização dos recursos da Bolsa Criança-Cidadã pelas famílias inseridas no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                     | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|---------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                     | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Uso familiar     | 45                  | 84   | 53,57 | 25          | 41   | 60,98 | 19         | 31   | 61,29 |
| b. Alimentação      | 22                  | 84   | 26,19 | 9           | 41   | 21,95 | 7          | 31   | 22,58 |
| c. Medicamento      | 9                   | 84   | 10,71 | 2           | 41   | 4,88  | 2          | 31   | 6,45  |
| d. Material escolar | 1                   | 84   | 1,19  | 4           | 41   | 9,76  | 2          | 31   | 6,45  |
| e. Outros           | 7                   | 84   | 8,33  | 1           | 41   | 2,44  | 1          | 31   | 3,23  |

Fonte: elaboração própria

Entretanto, os entrevistados acrescentaram que não poderiam contar com o dinheiro proveniente da Bolsa Criança-Cidadã, pois ele era incerto, relatando uma mãe do pólo de Três Vendas: “a qualquer momento esse dinheiro pode acabar, e vem praticamente duas vezes no ano; a gente não pode confiar no governo que faz pouco pelo pobre”.

Em relação ao período que os pais levam para receber os recursos da Bolsa (TAB. 17), 85,71% em Travessão de Campos, 60,98% em Três Vendas e 58,06 em Santa Cruz responderam de sete a nove meses.

TABELA 17: Período de intervalo do pagamento da Bolsa Criança-Cidadã às famílias inseridas no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|----------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 1 a 3 meses | 0                   | 84   | 0,00  | 0           | 41   | 0,00  | 0          | 31   | 0,00  |
| b. 4 a 6 meses | 12                  | 84   | 14,29 | 16          | 41   | 39,02 | 13         | 31   | 41,94 |
| c. 7 a 9 meses | 72                  | 84   | 85,71 | 25          | 41   | 60,98 | 18         | 31   | 58,06 |

Fonte: elaboração própria

No que tange à melhoria de vida após a inserção no Programa (TAB.18), mais de 50% dos pais dos três pólos admitiram ter ocorrido. Ressaltaram inclusive que o PETI contribui na ocupação dos filhos, visando a retirá-los da rua, das amizades e das “coisas ruins”, referindo-se às drogas e à violência. Desse modo, as pessoas reconhecem que o dinheiro funciona como “ajuda”, em Três Vendas 39,02%, em Santa Cruz 35,49% e em Travessão de Campos 34,52%. Em virtude da demora no pagamento da Bolsa, acrescentam, inclusive, que não incluem esse recurso na renda porque é “duvidoso”. Há aqueles que acham que nada mudou. Entretanto, no entendimento desses, o Programa deve permanecer, pois assim permitirá que os filhos façam duas refeições por dia, uma na escola regular e outra na jornada ampliada.

TABELA 18: Melhoria na vida das famílias atendidas nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz após inserção no PETI. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                 | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-----------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                 | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Mudou muito  | 52                  | 84   | 61,90 | 22          | 41   | 53,66 | 18         | 31   | 58,06 |
| b. Ajudou pouco | 29                  | 84   | 34,52 | 16          | 41   | 39,02 | 11         | 31   | 35,49 |
| c. Nada mudou   | 3                   | 84   | 3,57  | 3           | 41   | 7,32  | 2          | 31   | 6,45  |

Fonte: elaboração própria

Quanto à participação dos pais nas reuniões do PETI (TAB.19) constatou-se que mais de 50% dos três pólos pesquisados participam. Os que não frequentam, 29,03% de Santa Cruz justificaram impossibilidade em decorrência do trabalho na lavoura.

TABELA 19: Participação das famílias nas reuniões realizadas nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|             | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|             | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Sim      | 64                  | 84   | 76,19 | 28          | 41   | 68,29 | 16         | 31   | 51,61 |
| b. Não      | 6                   | 84   | 7,14  | 2           | 41   | 4,88  | 9          | 31   | 29,03 |
| c. Às vezes | 14                  | 84   | 16,67 | 11          | 41   | 26,83 | 6          | 31   | 19,35 |

Fonte: elaboração própria

Em relação às reivindicações dos pais quanto ao Programa (TAB. 20), 80,49% em Três Vendas, 63,10% em Travessão de Campos e 51,61% em Santa Cruz desejam que o pagamento seja efetuado mensalmente. Quanto à forma do mesmo, relatou uma mãe do pólo de Três Vendas:

levo horas nessa fila, isso é um sofrimento, aqui tem gente doente, gestante e com criança pequena que dorme nas filas. Dessa vez, até que está melhor, mesmo assim cheguei aqui às 20 horas de ontem, dormi e Deus sabe a hora em que vou chegar a casa. Isso aqui é humilhação, já deu briga de tesoura. Os pais querem que o pagamento seja feito por cartão magnético.

Alguns pais do pólo de Santa Cruz (19,35%) reivindicaram a melhoria da infraestrutura do pólo (tratamento de esgoto, abastecimento de água e segurança). Em Travessão de Campos 19,05% enfatizou a necessidade de projetos para os filhos, de modo que proporcionassem acompanhamento e dessem continuidade aos desligados do Programa. Reclamaram quanto à qualificação dos filhos para o trabalho, expressam verbalmente o desejo de profissionalização para os mesmos, como relata um pai de Santa Cruz: “queria que meu

filho aqui no PETI ou na escola aprendesse uma profissão”. Segundo o entrevistado, as crianças saem do PETI sem profissão e, por falta de opção, voltam para o trabalho na cana.

TABELA 20: Reivindicação feita para o PETI pelas famílias nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                          | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|--------------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                          | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Pagamento mensal      | 53                  | 84   | 63,10 | 33          | 41   | 80,49 | 16         | 31   | 51,61 |
| b. Projetos para criança | 16                  | 84   | 19,05 | 3           | 41   | 7,32  | 4          | 31   | 12,90 |
| c. Infra-estrutura       | 6                   | 84   | 7,14  | 2           | 41   | 4,88  | 6          | 31   | 19,35 |
| d. Cursos para pais      | 6                   | 84   | 7,14  | 2           | 41   | 4,88  | 4          | 31   | 12,90 |
| e. Não sabe              | 3                   | 84   | 3,57  | 1           | 41   | 2,44  | 1          | 31   | 3,23  |

Fonte: elaboração própria

Houve ainda aqueles que pediram cursos para os pais, que possibilitassem o trabalho imediato, inclusive para trabalhar nos próprios pólos, em decorrência de ausência de pessoas para serviços gerais, como Três Vendas e Travessão de Campos. Nesses pólos, as crianças são utilizadas na limpeza e na preparação da merenda juntamente com professores. Trataram ainda da falta de assiduidade de professores e do ensino “fraco”.

Quanto ao projeto de vida para os filhos (TAB.21), 67,74% dos pais entrevistados em Santa Cruz, 54,76% em Travessão de Campos e 46,34% em Três Vendas desejam que os filhos trabalhem após o desligamento do PETI. Em Três Vendas, 43,90% anseiam que os filhos estudem, seguidos de 39,29% em Travessão de Campos e 25,81% em Santa Cruz. Outros querem os filhos estudando e trabalhando. Os demais não sabiam prever o destino dos filhos e responderam: “Deus é quem sabe”.

Ressaltaram que “a lei não deixa fazer nada com menos de 16 anos”, daí as crianças vão para o PETI, brincam, não aprendem a leitura e quando desligados do programa não têm opção, como expressa um pai do pólo de Três Vendas: “crianças com 15 e 16 anos têm que aprender uma profissão. Tenho dois filhos que saíram do PETI porque completaram a idade: um voltou para a roça de cana e a filha é empregada doméstica”; outro de Travessão de Campos ressalta: “têm que aprender algo para ter responsabilidade e ajudar na despesa da casa”. Estudar “formar para alguma coisa e ser alguém na vida” é o que almejam os pais, considerando que o filho poderá ter um futuro melhor que o seu “arranjando um bom emprego”; que os filhos não tivessem o mesmo futuro dos pais, isto é, na atividade canavieira. Um pai do pólo de Travessão de Campos expressa: “queria que meu filho fizesse curso no PETI para melhorar a vida dele”. Uma mãe residente em Santa Cruz argumenta: “se não arrumar nada, vai prá roça porque a gente que mora aqui não tem outra saída, a não ser morrer

na lavoura”. Houve casos de pais que enfatizaram a questão da honestidade como legado para os filhos.

TABELA 21: Projeto das famílias para os filhos atendidos pelo PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                      | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|----------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                      | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Trabalhar         | 46                  | 84   | 54,76 | 19          | 41   | 46,34 | 21         | 31   | 67,74 |
| b. Estudar           | 33                  | 84   | 39,29 | 18          | 41   | 43,90 | 8          | 31   | 25,81 |
| c. Trabalhar/estudar | 2                   | 84   | 2,38  | 2           | 41   | 4,88  | 1          | 31   | 3,23  |
| d. Não sabe          | 3                   | 84   | 3,57  | 2           | 41   | 4,87  | 1          | 31   | 3,23  |

Fonte: elaboração própria

### 3.5.1.1.O Programa Geração de Emprego e Renda

Quanto à disponibilidade de cursos de geração de emprego e renda para os pais (TAB. 22) nos três pólos, a maioria negou a sua ocorrência: em Santa Cruz 93,55%, Travessão de Campos 89,29% e em Três Vendas 68,29%. Houve pais que desconheciam o programa e expressavam: “lá não tem isso não, senhora!” Outros afirmavam: “disseram que ia ter curso prá preparar para o trabalho, mas até hoje não apareceu”. Os que afirmaram ter feito eram de mães que realizaram cursos de corte-costura, manicure, cestaria e confecção de bijuteria em sua maioria. Para os pais houve curso de mecânica. Uma mãe entrevistada do pólo de Três Vendas comenta:

inicieii fazendo curso de corte e costura, mas o material é caro e as roupas no centro da cidade são baratas, por isso esse curso não compensa fazer, essa profissão não tem valor. Vou para a roça porque quem não tem estudo, só tem esse fim, pelo menos, garante o prato de comida, ainda que na entressafra a gente fique parada.

TABELA 22: Percentual de famílias inseridas no Programa de geração de emprego e renda nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|        | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|--------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|        | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Sim | 9                   | 84   | 10,71 | 13          | 41   | 31,71 | 2          | 31   | 6,45  |
| b. Não | 75                  | 84   | 89,29 | 28          | 41   | 68,29 | 29         | 31   | 93,55 |

Fonte: elaboração própria

A realização de atividades que envolvam as famílias em projetos de geração de renda tem sido exigência do Governo Federal para os municípios, com o objetivo de construir formas alternativas de sobrevivência e, ao mesmo tempo, possibilitar a abertura de novos horizontes ocupacionais. A concepção da coordenação local do Programa é que o trabalho

com famílias é imprescindível, porém não pode se restringir à geração de renda. Segundo a secretária da SMDPS, outras atividades devem ser implementadas, como por exemplo: “encaminhar o pai para a documentação, sugerir curso de alfabetização, sensibilizar os responsáveis da importância do filho na escola”.

Há cursos de geração de emprego e renda para pais oferecidos pelo SENAI (Serviço Nacional de Indústria) em parceria com a Fundação para o Desenvolvimento do Norte Fluminense (FUNDENOR). Tais cursos são ministrados em espaços cedidos pela própria comunidade, ou na sede dos órgãos competentes. A parceria FUNDENOR/SENAI oferece cursos para mães (bolsas, bijuterias, corte-costura) e aos pais, de solda mecânica com duração de três meses. Essa proposta do programa visa à qualificação das famílias para inserção no mercado de trabalho.

O Programa Geração de Emprego e Renda em Travessão de Campos iniciou-se em 1992 e a inclusão dos usuários do PETI se deu em 2001. Funciona num galpão locado pela Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. A professora ministra aulas de tricô, manicure, cabeleireiro, corte-costura, pintura, depilação, bordado e cestaria (este, de grande aceitação no comércio local), sendo o material fornecido pela SMDPS. Há inclusão de pessoas da comunidade sem vínculo com o PETI. Os profissionais encarregados por este Programa em Travessão de Campos são do CQP (Centro de Qualificação Profissional), da SMDPS.

Das 275 pessoas inscritas no Programa, em Travessão de Campos, 20 estão vinculadas ao PETI. As demais são pessoas da comunidade. A coordenadora é funcionária efetiva da prefeitura de Campos dos Goytacazes, tem dupla jornada e recebe salário de auxiliar de serviço escolar em torno de R\$ 450,00.

Em Três Vendas, em 2002, foram implantados em caráter temporário, cursos de artesanato e corte-costura para 22 mães usuárias do PETI. Dessas, poucas permaneceram na confecção de bolsas e bijuterias devido à carência de investimento. As que continuaram vendem seus artefatos no Espaço do Trabalho, na FEPE (Feira de Ponta de Estoque) e “Mãos de Campos”. São feiras de artesanato da cidade, onde se realiza a comercialização dos produtos gerados pelos artesãos. Quanto aos pais, a introdução no curso de solda mecânica se deu através de sorteio e os 25 já trabalhavam na Indústria Açucareira de Sapucaia.

Quanto ao pólo de Santa Cruz, embora no decorrer das entrevistas dois pais respondessem que já participaram do Programa, o que se tem notícia - e como confirmam monitores e coordenadores - é que esse pólo não foi ainda atendido.

### 3.5.2. As crianças e os adolescentes

Em relação à análise do questionário aplicado às crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, verificou-se que a maior incidência entre os inscritos está na faixa dos 13 a 15 anos de idade nos pólos de Travessão de Campos e Três Vendas, exceto Santa Cruz, onde o maior percentual está na faixa dos 10 a 12 anos (FIG. 2).

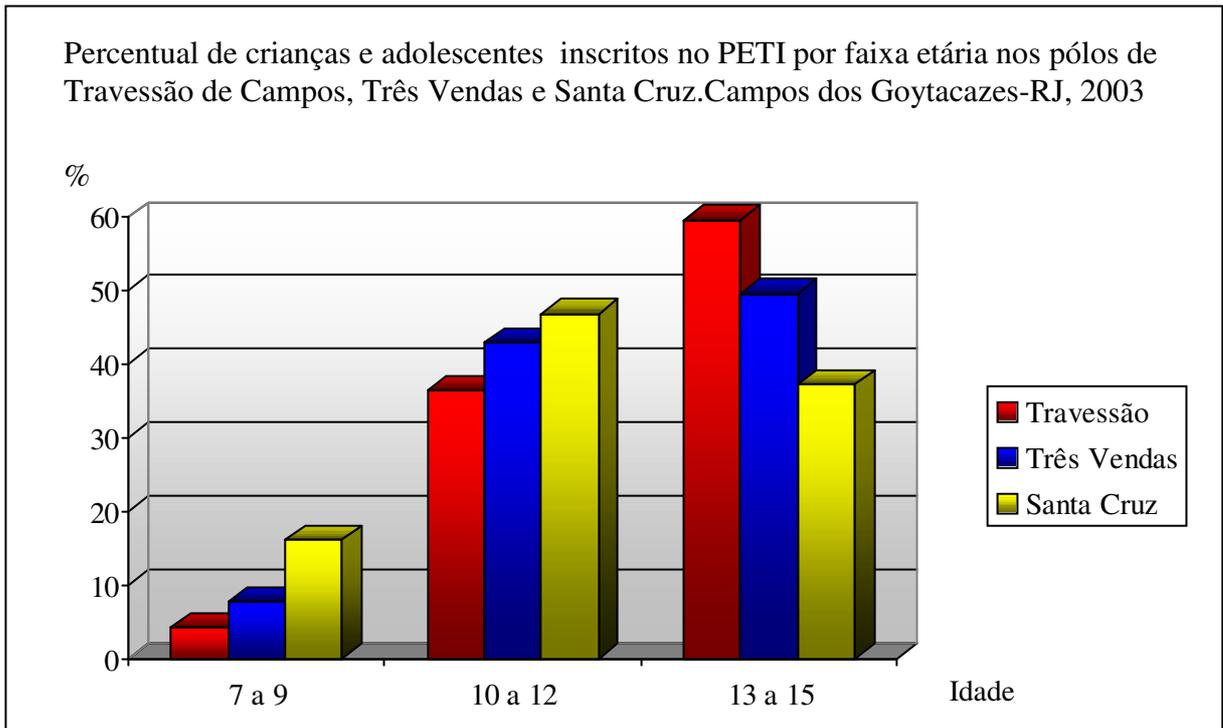


Figura 2. Fonte: elaboração própria

No quesito série, constatou-se que as crianças e adolescentes inscritos nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz cursam entre a 5ª e 6ª séries do Ensino Fundamental (FIG.3).

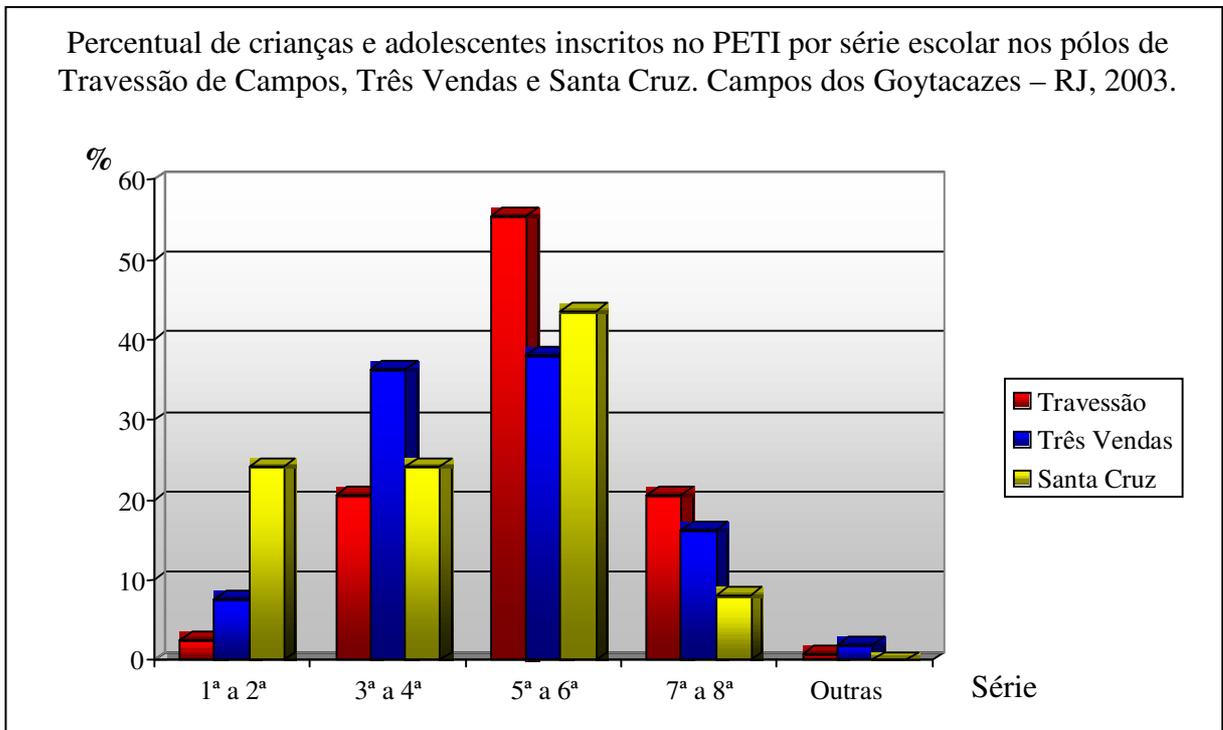


Figura 3. Fonte: elaboração própria

À medida que aumenta o grau de escolaridade reduz-se o número dos que cursam as séries posteriores. Considerando que Travessão de Campos e Três Vendas a maioria está na faixa de idade compreendida entre 13 e 15 anos, constatou-se que há uma defasagem idade-série entre os inscritos no PETI.

Verificou-se que há predominância do sexo feminino entre os inscritos nos pólos de Santa Cruz (53,23%) e Três Vendas (52,38%), em Travessão de Campos são 53,72% meninos (TAB. 23).

TABELA 23: Percentual de crianças e adolescentes, por gênero, nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|              | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|--------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|              | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Masculino | 65                  | 121  | 53,72 | 50          | 105  | 47,62 | 29         | 62   | 46,77 |
| b. Feminino  | 56                  | 121  | 46,28 | 55          | 105  | 52,38 | 33         | 62   | 53,23 |

Fonte: elaboração própria

Em relação ao trabalho que crianças e adolescentes executavam antes da inserção no programa, quando respondido pelos mesmos, constatou-se um resultado semelhante à pergunta efetuada aos pais, com exceção de Travessão de Campos. Neste, o percentual dos

que não trabalhavam foi de 29,75%, bastante diferente do obtido através dos pais (61,90%). Por que esta divergência?

Quanto à carga horária exercida pelas crianças e adolescentes (TAB. 24) verificou-se que em Travessão de Campos, 12,40% em Santa Cruz, 11,29% e em Três Vendas 6,67% trabalhavam de oito a 10 horas por dia. Em Travessão de Campos, 14,88% não responderam a esse quesito.

TABELA 24: Percentual da carga horária de trabalho de crianças e adolescentes inscritas nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz antes da inserção no PETI. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                   | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                   | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. 2 a 4 horas    | 41                  | 121  | 34    | 51          | 105  | 48,57 | 18         | 62   | 29,03 |
| b. 5 a 7 horas    | 9                   | 121  | 7,44  | 9           | 105  | 8,57  | 4          | 62   | 6,45  |
| c. 8 a 10 horas   | 15                  | 121  | 12,40 | 7           | 105  | 6,67  | 7          | 62   | 11,29 |
| d. >11 horas      | 2                   | 121  | 1,65  | 3           | 105  | 2,86  | 3          | 62   | 4,84  |
| e. não trabalhava | 36                  | 121  | 29,75 | 35          | 105  | 33,33 | 30         | 62   | 48,39 |
| f. não respondeu  | 18                  | 121  | 14,88 | 0           | 105  | 0,00  | 0          | 62   | 0,00  |

Fonte: elaboração própria

Embora a maioria dos monitores considere a jornada ampliada como sendo objetivo do PETI, a erradicação do trabalho infantil não aparece como questão central nas respostas mencionadas pelas crianças e adolescentes (TAB. 25). Para 74,29% em Três Vendas, 69,35% em Santa Cruz e 62,81% em Travessão de Campos, aprender constitui o principal objetivo da jornada ampliada, seguido pelo reforço escolar com 28,10% em Travessão de Campos, 16,13% em Santa Cruz e 14,29% em Três Vendas. Quanto às atividades culturais foram pouco consideradas nos três pólos.

A realização do reforço escolar durante a jornada ampliada possibilita fazer “tarefas de casa”, trabalhos escolares e aprofundamento de conteúdos em que o aluno apresente dificuldades de aprendizagem. Desse modo, a jornada ampliada configura-se como espaço possível de aprimoramento educativo. No entanto, a definição de elementos integradores entre conteúdos programáticos, planejamentos e atividades propostas por professores e monitores pareceu incipiente, dificultando a articulação entre as duas jornadas, transformando-se em contatos informais e eventuais, fato recorrente nos três pólos estudados.

TABELA 25: Objetivo da jornada ampliada para crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                                    | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|------------------------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                                    | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Aprender                        | 76                  | 121  | 62,81 | 78          | 105  | 74,29 | 43         | 62   | 69,35 |
| b. Ampliar frequência escolar      | 5                   | 121  | 4,13  | 5           | 105  | 4,76  | 5          | 62   | 8,06  |
| c. Realizar atividades culturais   | 6                   | 121  | 4,96  | 4           | 105  | 3,81  | 2          | 62   | 3,23  |
| d. Reforçar os conteúdos da escola | 34                  | 121  | 28,10 | 15          | 105  | 14,29 | 10         | 62   | 16,13 |
| e. Abandonar o trabalho infantil   | 0                   | 121  | 0,00  | 3           | 105  | 2,86  | 2          | 62   | 3,23  |

Fonte: elaboração própria

Quanto à ocupação fora do horário da jornada ampliada e da escola regular (TAB. 26), 43,81% em Três Vendas responderam que brincam. Em Travessão de Campos 42,98%, em Três Vendas 42,86% e em Santa Cruz 29,03% estudam. Verificou-se, ainda, que em Santa Cruz 12,90% trabalham.

TABELA 26: Ocupação das crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, no horário em que estão fora da escola e da jornada ampliada. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|             | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|             | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Brinca   | 42                  | 121  | 34,71 | 46          | 105  | 43,81 | 26         | 62   | 41,94 |
| b. Estuda   | 52                  | 121  | 42,98 | 45          | 105  | 42,86 | 18         | 62   | 29,03 |
| c. Rua      | 11                  | 121  | 9,09  | 5           | 105  | 4,76  | 2          | 62   | 3,23  |
| d. Trabalha | 11                  | 121  | 9,09  | 3           | 105  | 2,86  | 8          | 62   | 12,90 |
| e. Outros   | 5                   | 121  | 4,13  | 6           | 105  | 5,71  | 8          | 62   | 12,90 |

Fonte: elaboração própria

Quanto ao projeto de vida após o desligamento do PETI, 72,73% em Travessão de Campos, 61,29% em Santa Cruz e 55,24% em Três Vendas pretendem estudar e trabalhar. Em Três Vendas 36,19%, seguido de 32,26% em Santa Cruz e 23,97% em Travessão de Campos pretendem apenas estudar (TAB. 27).

TABELA 27: Projeto das crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, após o PETI. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                        | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|------------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                        | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Trabalhar           | 4                   | 121  | 3,31  | 9           | 105  | 8,57  | 3          | 62   | 4,84  |
| b. Estudar             | 29                  | 121  | 23,97 | 38          | 105  | 36,19 | 20         | 62   | 32,26 |
| c. Trabalhar / estudar | 88                  | 121  | 72,73 | 58          | 105  | 55,24 | 38         | 62   | 61,29 |
| d. Outros              | 0                   | 121  | 0,00  | 0           | 105  | 0,00  | 1          | 62   | 1,61  |

Fonte: elaboração própria

No que tange à destinação do dinheiro da Bolsa Criança-Cidadã, 64,52% em Santa Cruz, 59,05% em Três Vendas e 49,59% em Travessão de Campos responderam que aplicam na compra de objetos pessoais, seguidos de “ajuda” familiar (TAB. 28).

TABELA 28: Destinação dos recursos adquiridos no PETI pelas crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                     | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|---------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                     | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Família          | 59                  | 121  | 48,76 | 37          | 105  | 35,24 | 21         | 62   | 33,87 |
| b. Objetos pessoais | 60                  | 121  | 49,59 | 62          | 105  | 59,05 | 40         | 62   | 64,52 |
| c. Lazer            | 2                   | 121  | 1,65  | 3           | 105  | 2,86  | 1          | 62   | 1,61  |
| d. Outros           | 0                   | 121  | 0,00  | 3           | 105  | 2,86  | 0          | 62   | 0,00  |

Fonte: elaboração própria.

Para as crianças e adolescentes, a finalidade do PETI é a permanência na escola: 64,52% em Santa Cruz, 53,33% em Três Vendas e 43,80% em Travessão de Campos (TAB. 29). A compreensão da importância da escola para as crianças e adolescentes revela que, mesmo entre esses que precocemente chegam ao trabalho, estudar ainda poderá ser um meio de transformar suas vidas. Muitos relacionaram o PETI ao dinheiro que recebem e outros admitiram que o Programa contribui para afastá-los da criminalidade ou dar-lhes a possibilidade de merendar.

TABELA 29: Finalidade do PETI para crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                              | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|------------------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                              | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Receber dinheiro          | 28                  | 121  | 23,14 | 23          | 105  | 21,90 | 8          | 62   | 12,90 |
| b. Merendar                  | 13                  | 121  | 10,74 | 12          | 105  | 11,43 | 3          | 62   | 4,84  |
| c. Permanecer na escola      | 53                  | 121  | 43,80 | 56          | 105  | 53,33 | 40         | 62   | 64,52 |
| d. Adquirir objetos pessoais | 13                  | 121  | 10,74 | 6           | 105  | 5,71  | 1          | 62   | 1,61  |
| e. Evitar criminalidade      | 14                  | 121  | 11,57 | 8           | 105  | 7,62  | 10         | 62   | 16,13 |

Fonte: elaboração própria.

Quanto à vida que essas crianças e adolescentes tinham antes de serem inscritos no Programa, verificou-se que em Três Vendas a vida era ruim para 40% delas porque as atividades que exerciam eram exaustivas. Era boa para 43,55% em Santa Cruz e 42,15% em Travessão de Campos (TAB. 30).

TABELA 30: Condição de vida das crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, antes da inserção no PETI. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|             | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|-------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|             | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Ruim     | 37                  | 121  | 30,58 | 42          | 105  | 40,00 | 13         | 62   | 20,97 |
| b. Boa      | 51                  | 121  | 42,15 | 39          | 105  | 37,14 | 27         | 62   | 43,55 |
| c. Brincava | 4                   | 121  | 3,31  | 0           | 105  | 0,00  | 5          | 62   | 8,06  |
| d. Rua      | 4                   | 121  | 3,31  | 10          | 105  | 9,52  | 1          | 62   | 1,61  |
| e. Trabalho | 12                  | 121  | 9,92  | 14          | 105  | 13,33 | 3          | 62   | 4,84  |
| f. Estudava | 13                  | 121  | 10,74 | 0           | 105  | 0,00  | 13         | 62   | 20,97 |

Fonte: elaboração própria

Entre as crianças e os adolescentes investigados, 68,60% no pólo de Travessão de Campos, 46,77% em Santa Cruz e 39,05% em Três Vendas relataram que após a inserção no PETI, a vida melhorou, associando ao dinheiro que recebem.

As reivindicações formuladas pelas crianças e adolescentes para melhoria do Programa foram as mesmas dos pais, inclusive a ordem de prioridade: primeiramente, regularizar a frequência do pagamento e, a seguir, a adequação da infra-estrutura dos pólos.

Quanto ao sonho que cada uma dessas crianças e adolescentes tinha para si mesma após o desligamento do PETI (TAB. 31) no pólo de Três Vendas 37,14% responderam trabalhar. Em Santa Cruz 32,26% e em Três Vendas 23,81% ressaltaram que almejam ser professores. Desejam ser jogadores de futebol 19,35% dos pesquisados em Santa Cruz. Em Travessão de Campos (22,31%) e em Três Vendas (17,14%) enfatizaram: “quero ser alguém”.

TABELA 31: O maior sonho das crianças e adolescentes nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz após o desligamento do PETI. Campos dos Goytacazes – RJ, 2003.

|                                 | Travessão de Campos |      |       | Três Vendas |      |       | Santa Cruz |      |       |
|---------------------------------|---------------------|------|-------|-------------|------|-------|------------|------|-------|
|                                 | TOTAL               | 100% | %     | TOTAL       | 100% | %     | TOTAL      | 100% | %     |
| a. Comprar veículo              | 10                  | 121  | 8,26  | 6           | 105  | 5,71  | 6          | 62   | 9,68  |
| b. Ser alguém                   | 27                  | 121  | 22,31 | 18          | 105  | 17,14 | 4          | 62   | 6,45  |
| c. Adquirir casa                | 17                  | 121  | 14,05 | 0           | 105  | 0,00  | 0          | 62   | 0,00  |
| d. Cursar faculdade             | 6                   | 121  | 4,96  | 0           | 105  | 0,00  | 0          | 62   | 0,00  |
| e. Ser professor                | 7                   | 121  | 5,79  | 25          | 105  | 23,81 | 20         | 62   | 32,26 |
| f. Jogar futebol                | 5                   | 121  | 4,13  | 10          | 105  | 9,52  | 12         | 62   | 19,35 |
| g. Receber a Bolsa mensal       | 10                  | 121  | 8,26  | 0           | 105  | 0,00  | 0          | 62   | 0,00  |
| h. Trabalhar                    | 22                  | 121  | 18,18 | 39          | 105  | 37,14 | 10         | 62   | 16,13 |
| i. Adquirir objetos eletrônicos | 17                  | 121  | 14,05 | 7           | 105  | 6,67  | 10         | 62   | 16,13 |

Fonte: elaboração própria

O estudo do PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz possibilitou escutar a fala incisiva das crianças e adolescentes de “querer ser alguém”. Merece registro para que não pereça no tempo e sensibilize os responsáveis pelo PETI, ouvi-los e transformar a realidade de vida desses vitimados pela pobreza. Verificou-se que associam a possibilidade de ascensão social ao fato de estarem vinculados ao trabalho, projetando para suas vidas essa aspiração: trabalhar. Com isso, espelham uma cultura de longas gerações, principalmente de seus próprios pais, mas, além disso, acumulam sonhos de serem, principalmente, jogadores de futebol e professores. Como enfatiza Dourado; Dadat; Araújo (2004):

... Olhando para o passado de tantas gerações de cortadores de cana que perderam sua infância nos canaviais, vemos o quanto é difícil encontrar o registro do que eles pensavam e diziam, quando eram crianças. Hoje esses trabalhadores ‘invisíveis’ não precisam mais correr em meio às plantações de cana-de-açúcar, para esconder a exploração da qual foram vítimas durante cinco séculos. Suas vozes estão sendo ouvidas e sonhos tão simples como o de ‘viver muitos e muitos anos para estudar e ser professora’ podem virar realidade, pois suas vidas não serão mais ceifadas na rapidez dos golpes da foice, como era no passado.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A problemática do trabalho infantil exige leitura crítica, explicações e entendimento das contradições e desigualdades sociais produzidas pelo modelo econômico concentrador de renda, marcado pela pobreza de parcela da população brasileira. A questão ainda envolve particularidades de cada região e município.

Em Campos dos Goytacazes, nos pólos rurais de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, o PETI contribuiu para reduzir o trabalho infantil na atividade canavieira e manteve crianças e adolescentes na escola, cuja frequência escolar foi ampliada em 25%. Entretanto, a “interrupção” do trabalho para aqueles que efetivamente o realizavam não garante a sua erradicação devido aos aspectos culturais, estruturais e de ordem econômica que a questão envolve. Na prática, há casos de crianças e adolescentes frequentando a escola regular e a jornada ampliada, embora permaneçam no trabalho.

O Programa opera alguns impactos nas condições de vida das crianças, adolescentes e suas respectivas famílias. Todavia, por ser caracterizado como programa de renda mínima e de assistência social, a efetivação das ações que lhe são pertinentes tornam-se secundárias (COSTA, 1994, p. 13). São poucas as atividades implementadas na família, um dos sujeitos ativos na erradicação do trabalho infantil, seja em termos de trabalho e renda, seja de desenvolvimento social, cultural e político. No caso dos três pólos estudados, tais iniciativas são pontuais, obstaculizando o êxito do Programa como se verificou em Santa Cruz, em que os pais não são devidamente contemplados pelo Programa de Geração de Emprego e Renda. Além disso, há precariedade nas iniciativas sócio-educativas de apoio psicológico, educação de adultos e formação sistemática para a cidadania.

A transformação do programa emergencial em política universal, e atingindo todas as crianças e adolescentes requer tomada de consciência da sociedade civil e do Estado, no sentido de garantir esse direito social. Entretanto, um grande desafio consiste na

própria administração do PETI no âmbito municipal. O Programa prevê atuação articulada da administração local, o que não se constatou nos pólos investigados. Há atraso no pagamento da Bolsa de forma recorrente, além da falta de informações quanto ao funcionamento do Programa. Soma-se a questão da falta de fiscalização, do critério de seleção de pessoal especializado para as atividades lúdicas e artísticas, bem como do deficitário meio de transporte e a infra-estrutura dos imóveis, sede dos pólos. Essa situação provoca reclamação constante, tanto dos beneficiários, como dos monitores dos três pólos analisados.

Quanto à jornada ampliada, verificou-se, no início da pesquisa, um embate travado entre monitores, mães e crianças, quanto à preparação do lanche. Destaca-se a habilidade dos pólos de Travessão de Campos e Três Vendas na mediação do problema. Durante a pesquisa, duas iniciativas foram tomadas e solucionaram a questão: admissão de merendeiras e diversificou-se o lanche. Isso significa que há um esforço, prioritariamente dos monitores, no sentido de oferecer uma alimentação regular e mais saudável em relação àquela recebida por crianças e adolescentes em suas casas.

Ainda em relação à jornada ampliada, verificou-se que o reforço escolar, um dos principais expoentes de unidade com o ensino regular, denota insuficiente articulação entre ambas, o que significa contatos informais e eventuais entre professores e monitores, e não uma atuação conjunta. Quanto às atividades lúdicas e artísticas, contribuem para a socialização e formação das crianças e adolescentes. Entretanto, apontam-se problemas: são assistemáticas e pelo deficitário meio de transporte provoca, nos três pólos analisados, a dispensa de crianças e adolescentes, rotineiramente, uma hora antes do programado para a jornada ampliada.

Segundo Mota (2001), as necessidades da infância não se limitam à questão educacional, mas envolvem também a prevenção, a promoção, a assistência à saúde, com acompanhamento por equipe de profissionais desta e de outras áreas, contribuindo com o seu desenvolvimento global e harmonioso, como dever-se-ia propiciar a todas as crianças e adolescentes desse município. Exige-se para isso condições de salubridade dos locais de moradia, da escola e da jornada ampliada e ainda uma administração articulada intersetorialmente, considerando-se as implicações que afetam o funcionamento do Programa e da vida dessas crianças e adolescentes.

No decorrer da pesquisa, monitores, pais e adolescentes deram ênfase às atividades voltadas para a formação de habilidades e ofícios. Para Padilha (2001), esse fato poderá gerar profissionalizações precoces e incentivar a educação para o trabalho, em detrimento de um ensino crítico, criativo e propiciador do desenvolvimento integral infanto-juvenil. Nos três

pólos, detectou-se esta tendência, constituindo-se um grande desafio para o PETI, pois a questão vincula-se à “cultura do trabalho”. Ainda hoje o trabalho é concebido separadamente da formação política. Além disso, o sentido da vida está no trabalho, invertem-se os valores, ao invés de trabalhar para viver, o homem vive para trabalhar (PAIVA, 2002, p.56). Estes valores se reproduzem entre os pais, especialmente naqueles que acreditam que seus filhos deverão exercer as mesmas atividades não qualificadas que eles exercem.

Se todos são iguais perante a lei, todos devem receber a mesma formação e têm o direito de estudar, não para garantir uma profissão, mas para se realizar como ser humano. O Estado tem a obrigação de proporcionar meios que viabilizem o direito à educação. Cabe à família e à sociedade exigirem o cumprimento deste direito (GENTILI, 1998 *apud* DEL PINO, 2002, p. 80). Portanto, numa perspectiva emancipatória, uma educação de qualidade deverá não só habilitar crianças e adolescentes a escolherem suas profissões, como atuarem no mundo como sujeitos da história. Para isso, o retorno ou ingresso à escola devolve a auto estima, principalmente se estiver de acordo com a realidade dessas crianças e adolescentes (PADILHA, 2001, p. 13).

Em decorrência da finalidade do PETI, verificou-se a necessidade de um acompanhamento sistemático, por parte do órgão coordenador do Programa, estimulando e viabilizando a integração entre as secretarias, prioritariamente as de Ação Social e Educação e os monitores, visando a qualificar o debate e as ações para erradicar o trabalho infantil. Para isso, é preciso desenvolver encontros, palestras, seminários, informações sobre o programa, recursos financeiros, capacitação de pessoal e elaboração de projetos que possuam interface com o Programa.

A participação da sociedade civil através da Comissão de Erradicação do Trabalho Infantil e dos Conselhos é fundamental e desempenham papel crucial no acompanhamento e avaliação do Programa. Quanto à fiscalização, acontece eventualmente, inclusive houve reivindicação dos monitores para que os órgãos federais e estaduais assim procedessem. Faz-se necessária a articulação das comissões e conselhos municipais para uma atuação em conjunto.

Em relação à gestão e articulação com outros programas e políticas sociais para erradicar a miséria, possibilitando às famílias condições para seu sustento, reclama-se por uma política de trabalho e renda justa e não apenas de programas de renda mínima que amenizam a situação. Segundo Mustafá; Silva; Duarte (2001): “o que impede a criança de freqüentar a escola não é apenas o trabalho, mas as condições das famílias para comprar material e uniforme, culminando com o abandono”.

No tocante ao pagamento, o Programa parece conviver com questões de inadimplência e repasse de verbas desde o processo de implantação. No município de Campos dos Goytacazes, conforme menciona Beatriz Póvoa de Souza Guimarães, proprietária do imóvel locado no ano de 1997 (entrevista concedida em agosto de 2003) onde se instalou a Universidade Popular da Baixada (responsável pelo cadastramento de crianças e adolescentes), o aluguel dos últimos cinco meses do ano de 1998 não foi pago. Relata que houve “esbanjamento de recursos”, quando se acumulavam carros particulares para locomoção de pessoas para cadastrar crianças e adolescentes, ao preço de R\$ 100,00 por dia (ano de 1997). No que tange ao atraso no pagamento do imóvel, a lesada impetrou ação judicial, como constou no processo nº 7.339/99. Tal fato resultou na posse pela proprietária de todo o material abandonado no prédio: mesas, cadeiras, estantes, etc. e os documentos foram para o arquivo municipal de Campos dos Goytacazes.

Por fim, com relação aos recursos, como consta nas entrevistas dos coordenadores, monitores, pais, crianças e adolescentes, o atraso no repasse da verba e, conseqüentemente, o retardamento no pagamento da Bolsa Criança-Cidadã, segundo a Secretária de Ação Social: “é um dos mais graves problemas do Programa”.

O trabalho da criança e do adolescente não pode ser analisado sob a visão da eficácia e abrangência de uma legislação protetora como o ECA. Ela diz respeito às relações sociais historicamente vigentes na sociedade capitalista. O art. 68 § 1º e 2º não só legitima o trabalho para formação da criança e do adolescente, como também facilita o exercício laboral através da implementação de atividades geradoras de rendas. Sendo assim, possibilita atividades pedagógicas, enfatizando profissionalizações precoces e reforçando a educação para o trabalho (PADILHA, 2001, p. 20).

Desse modo, vale destacar que o PETI reúne ações e atividades voltadas para um conjunto de políticas: assistência social, educação, saúde, saneamento, emprego e renda. Tal particularidade evidencia que as políticas não poderão ser fragmentadas, setorizadas, na superação das condições de vida das famílias. A articulação e a integração de iniciativas envolvendo as necessidades da população-alvo deverão nortear as políticas voltadas para o PETI. Para efetivá-las, exige-se a reflexão da gestão político-administrativa dos gestores dos municípios, coordenadores e demais envolvidos no Programa, quanto ao papel de política de combate à pobreza.

O PETI, como instrumento de erradicação do trabalho precoce e incentivador do ingresso e permanência das crianças e adolescentes na escola, demanda uma reflexão sobre o seu papel, prioritariamente na área rural, visando não somente um meio de viabilizar o

recebimento da Bolsa, nem como redentora para erradicar o trabalho infantil, mas de iniciativas transformadoras. Trata-se da construção do saber na escola como processo coletivo, no qual a participação de todos os atores envolvidos deve ser assegurada. Exige a formulação de propostas articuladas e consistentes a partir de uma concepção que se volte para o saber popular e sistematizado, no sentido de interagir e contribuir com o desenvolvimento das comunidades. Esse saber realizado pela escola deverá confrontar e promover a articulação do saber científico e popular, contribuindo para a prática dos professores, auto-estima de pais e alunos. Desse modo, na escola rural o manejo do solo, o trato com animais e a organização dos trabalhadores rurais devem ser assuntos tratados em sala-de-aula.

Não resta dúvida, segundo Passetti (2004) que um grande desafio atualmente é a nova filantropia que tem se mostrado uma fonte segura de empregos em torno da criança abandonada e trabalhadora. Observou-se isso nos monitores, quanto à possibilidade do PETI se extinguir. Portanto, se faz necessário estabelecer um critério na seleção de profissionais para atuar no Programa.

Por fim, verificou-se que o PETI não contempla realmente todas as crianças e adolescentes vitimados pelo trabalho penoso. Constatou-se, nessa pesquisa, que um número significativo dos inscritos não trabalhava, embora desde o ano 2000, segundo a Secretária de Promoção Social e coordenadores: “o Programa deixou de ser preventivo para ser de erradicação”. Sendo assim, aqueles que efetivamente trabalham podem estar fora do PETI. Esse fato reforça o caráter assistencialista, na medida que não atende “a todos”. Para mediar tais questões, solicita-se ação conjunta e integrada dos envolvidos com o Programa, visando a modificar a história de vida das crianças e adolescentes trabalhadores. Assim, poderão percorrer outro caminho, fazendo uma trajetória inversa, isto é: do trabalho para a escola, para que, no futuro, não abandonem o trabalho por causa da escola.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABERRAÇÃO no século XXI: PF investiga trabalho escravo na usina Santa Cruz. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 14 maio 2003. Parte Geral, p. 7.

ARIÉS, Philippe. *História social da criança e da família*. 2. ed. Rio de Janeiro: LTC – Livros Técnicos e Científicos, 1981. p. 10-38.

AZEVEDO, Jô; HUZAK, Iolanda; PORTO, Cristina. *Serafina e a criança que trabalha*. 12. ed. São Paulo: Ática, 2002. 64 p.

BOBBIO, Norberto. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro, Campus, 1992. p. 49 – 83.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Promulgada em 5 de Outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

\_\_\_\_\_. *Estatuto da Criança e do Adolescente: lei 8.069/90* apresentado por Siro Darlan de Oliveira. 4. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. 156 p. (Coleção legislação brasileira, v. 11).

\_\_\_\_\_. Ministério da Previdência e Assistência Social. *Lei Orgânica da Assistência Social: Lei 8.742 de 07/07/1993*. Brasília, 1994. 27 p.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: manual de orientações*. Brasília, D. F., 2002. 44 p.

CAMPOS DOS GOYTACAZES (RJ). *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil: projeto técnico*. Campos dos Goytacazes, 1998. 51 p. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social de Campos dos Goytacazes. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)*. Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

\_\_\_\_\_. Secretaria Municipal de Planejamento, Coordenação e Controle Geral. *Projeto Cooperando: geração de emprego e renda em Campos dos Goytacazes*. Campos dos Goytacazes, RJ: FUNDENOR, 2002. Relatório. 10 p. Mimeografado.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo a artigo*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998. 220 p.

CASTANHA, Neide. *Políticas sociais e oferta institucional frente ao trabalho infantil doméstico no Brasil*. Brasília: OIT, 2002. p. 4 –7.

CIPOLA, Ari. *O Trabalho infantil*. São Paulo: Publifolha, 2001. 90 p. (Folha explica).

COELHO, Jefferson Luis Pereira (coord.). *Atividades do Ministério Público do Trabalho na erradicação do trabalho infantil*. Brasília, DF: v.1, s.n., maio 1998. Relatório. 45 p.

COSTA, Ana Kelly Almeida da; AMORIM, Cláudia Francisca de; SILVA, Maria das Graças. A dimensão pedagógica do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil- PETI em Pernambuco. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). Série: *políticas sociais: a política de erradicação do trabalho infantil em debate*. Recife, vol. 1, nº 2, p. 27-35, ago. 2001. Mimeografado.

\_\_\_\_\_. Antonio Gomes da. *O estatuto da criança e do adolescente e o trabalho infantil no Brasil: trajetória, situação atual e perspectivas*. São Paulo: LTR, 1994. 70 p.

\_\_\_\_\_. Maria de Fátima Vasconcelos da. Trabalho infantil na política de assistência social: um estudo das representações sobre educação e trabalho. In: **NÚCLEO cearense de estudos e pesquisas sobre a criança: infância e adolescência em discussão**. Fortaleza: UFC, CBIA, 1994. p 99-108.

CRINANÇAS *invisíveis*: o enfoque da imprensa sobre o trabalho infantil doméstico e outras formas de exploração. São Paulo: Cortez, 2003. p. 14-49. (Série mídia e mobilização social, v. 6).

DEL PINO, Mauro. Política educacional, emprego e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 80.

DOURADO, Ana; DADAT, Christine; ARAÚJO Teresa Corrêa de . Crianças e adolescentes nos canais de Pernambuco. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 406-433.

DRAIBE, Sônia Miriam. As políticas sociais brasileiras: diagnósticos e perspectivas. In: *PARA a década de 90: prioridades e perspectivas de políticas públicas*. Brasília: IPEA / IPLAN. 1990. p. 1- 66. (Políticas sociais e organização do trabalho, v. 4).

ENGUIITA, Mariano Fernández. *A Face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989. p. 3-132.

GNACCARINI, José Cesar. O trabalho infantil agrícola na era da alta tecnologia. In: MARTINS, José de Souza (org.) et al. *O massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1993, p. 81-116.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. PNAD. *Plano Nacional de Amostragem Domiciliar*, 2001. Disponível em : < <http://www.ibge.gov.br> >. Acesso em 10/08/03.

LEITE, Sérgio Celani. *Escola rural: urbanização e políticas educacionais*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. 120 p. (Coleção questões da nossa época, v.70).

MONTEIRO, Suzy. Enchente: famílias expulsas de casa pelas águas. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 14 jan. 2004. Parte Geral, p. 8.

MOTA, Ana Elizabete (org.) et al. Proposta de monitoramento do PETI em Pernambuco. In: \_\_\_\_\_. Série: *políticas sociais*: monitoramento do PETI em Pernambuco. Recife, v. 1, n. 1, p. 7-25, jun. 2001. Mimeografado.

MUSTAFÁ, Maria Alexandra Monteiro; SILVA, Alessandra Ximenes da; DUARTE, Solange Mota. Uma reflexão ética sobre a erradicação do trabalho infantil. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). Série: *políticas sociais*: a política de erradicação do trabalho infantil em debate. Recife, v. 1, n. 2, p. 5-18, ago. 2001. Mimeografado.

NAGEL, Jeferson Paulo. Secretaria de Estado de Trabalho. *Ata da 88ª reunião ordinária: mensagem recebida da lista eletrônica da FIRJAN*. Disponível em <[http://www.setrab.rj.gov.br/cee/atas/atasordinarias\\_2507/Ata88ord.pdf](http://www.setrab.rj.gov.br/cee/atas/atasordinarias_2507/Ata88ord.pdf)>. Acesso em 20/09/2003.

NEGRELLOS. Leila Maria Garcia; CALVI Gian. *Por que eu não estou na escola? : a exploração da criança e do adolescente no trabalho*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Autores & Agentes & Associados, 1997. 40 p. (Coleção garantia de direitos, v. 5).

NEVES, Delma Pessanha. *A perversão do trabalho infantil: lógicas sociais e alternativas de prevenção*. Niterói: Intertexto, 1999. 241 p.

OIT. *Boas práticas de combate ao trabalho infantil: os 10 anos do IPEC no Brasil*. Brasília, DF: OIT, 2003. p. 133-161.

\_\_\_\_\_. *Un futuro sin trabajo infantil*, informe (B) da conferencia internacional del trabajo, Genebra: OIT, 2002. p. 97 –137.

OSTERNE, Maria do Socorro Ferreira. Preservação da família na socialização da pobreza: crianças e adolescentes no cotidiano do mundo do trabalho. In: *NÚCLEO cearense de estudos e pesquisas sobre a criança: infância e adolescência em discussão*. Fortaleza: UFC, CBIA, 1994. p. 91-108.

PADILHA, Miriam Damasceno. Notas sobre a política de combate ao trabalho infantil. In: MOTA, Ana Elizabete (org.). Série: *políticas sociais*: a política de erradicação do trabalho infantil em debate. Recife, v.1, n.2, p. 19-25, ago. 2001. Mimeografado.

PAIVA, Vanilda. Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social. In: GENTILI, Pablo; FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 56.

PARENTE, Maria Pia. *Neste município criança não trabalha: o que os prefeitos podem e devem fazer para eliminar o trabalho infantil doméstico e proteger os jovens trabalhadores*. Brasília: OIT/ Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente/ Agência de Notícias dos Direitos da Infância. 2003. 56 p.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: DEL PRIORE (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 347-375.

RAICHELLIS, Raquel. *Esfera pública e conselhos de assistência social: caminhos da construção democrática*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 78-199.

RELATÓRIO e Plano de Trabalho do IPEC no Brasil. Brasília, DF: OIT, 1998. 45 p.

RIZZINI, Irma. Pequenos trabalhadores do Brasil. In: DEL PRIORE, Mary (org.). *História das crianças no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 376-404.

RODRIGUES, Girlane. Travessão de Campos: distrito mantém o jeito de interior. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 14 dez. 2003. Bairros, p. 5.

SANTOS, Gláuber Maciel. Trabalho infantil no Brasil. In: MARQUES, Maria Elizabeth; NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO NETO, Antonio (org.). *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte: PUC MG, Instituto de Relações de Trabalho, 2002, p. 43-53.

SCHWARTZMAN, Simon. *Trabalho infantil no Brasil*. Brasília, DF: OIT, 2001. p. 3-16. Mimeografado.

6 MIL crianças trabalham em 14 usinas de Campos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 4 ago. 1995. p. 9.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. *Política educacional*. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 36-120.

SILVA, Jorge Luis Teles da; NEVES JR, Leonardo Ferreira; ANTUNES, Marcos Maia. Trabalho infantil: realidade, diretrizes e políticas. In: MARQUES, Maria Elizabeth; NEVES, Magda de Almeida; CARVALHO NETO, Antonio (org.). *Trabalho infantil: a infância roubada*. Belo Horizonte: PUC Minas, Instituto de Relações de Trabalho, 2002. p. 17-40.

\_\_\_\_\_. Maria Liduína de Oliveira. Adultização da infância: o cotidiano das crianças trabalhadoras no Mercado Ver-o-Peso, em Belém do Pará. *Revista Quadrimestral de Serviço Social*, São Paulo, n. 69, p. 151- 156, mar. 2002.

TUMA, Romeu. Exploração infantil. *Jornal do Brasil*, Rio de Janeiro, 1 mar. 2003. Editorial, p. A 11.

TRABALHO infantil: falta de repasse ameaça programa. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 31 out. 2003. Geral, p. 6.

UNICEF. *Relatório da situação mundial da infância*. Brasília, DF, 1999. 17 p.

UNIVERSIDADE popular da baixada. *Programa de Erradicação do Trabalho Infantil no Norte Fluminense*. Relatório de cadastramento: educação e trabalho: dados consolidados no Município de Campos dos Goytacazes. Rio de Janeiro, 1998.

SANTA Cruz: usina movimentada economia do local. *Folha da Manhã*, Campos dos Goytacazes, 19 nov. 2003. Bairros, p. 4.

ZALUAR, Alba. *Cidadãos não vão ao paraíso: juventude e política social*. Campinas, São Paulo, Campinas: UNICAMP, 1994. p. 133-172.

## 6. APÊNDICES

6.1 QUESTIONÁRIO APLICADO ÀS CRIANÇAS E AOS ADOLESCENTES PARA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) NOS PÓLOS DE TRAVESSÃO DE CAMPOS, TRÊS VENDAS E SANTA CRUZ Município de Campos dos Goytacazes

PÓLO \_\_\_\_\_

- 1- Qual sua idade?.....anos
- 2- Qual a série que você está cursando?
- a) ( ) 5ª série
- b) ( ) 6ª série
- c) ( ) 7ª série
- d) ( ) 8ª série
- e) ( ) outras (especificar).....
- 3- Sexo:
- a) ( ) Feminino
- b) ( ) Masculino
- 4- Na sua família quantas crianças ou adolescentes estão no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)?
- a) ( ) 1
- b) ( ) 2
- c) ( ) 3
- d) ( ) 4
- e) ( ) mais de 5
- 5- Onde trabalhava?
- a) ( ) Lar
- b) ( ) Lavoura
- c) ( ) Pecuária
- d) ( ) Comércio
- e) ( ) Outros (especificar).....
- 6- Quantas horas você trabalhava por dia?
- a) ( ) 2 a 4
- b) ( ) 5 a 7
- c) ( ) 8 a 10
- d) ( ) mais de 11 horas
- 7- Na sua família quantas pessoas trabalham fora do lar ?.....pessoas
- 8- Qual a renda da sua família?
- R:
- 9- Quantos anos você está no PETI?.....anos .....meses

10- Qual a importância desse horário que você permanece no PETI?

- a)  aprender
- b)  ampliar a frequência escolar
- c)  realizar atividades culturais
- d)  reforçar os conteúdos da escola
- e)  abandonar o trabalho
- f)  outros (especificar).....

11- O que você faz quando está fora da escola e do PETI?

- a)  brinca
- b)  estuda
- c)  fica na rua
- d)  trabalha
- e)  outros (especificar).....

12- O que você pretende fazer após terminar o seu período no PETI?

- a)  trabalhar
- b)  estudar
- c)  trabalhar e estudar
- d)  outros (especificar).....

13- O que você faz com o dinheiro que recebe do PETI?

- a)  fica com a família
- b)  compra objetos pessoais
- c)  gasta com lazer
- d)  outros (especificar) .....

14- Quando você não está no PETI ou na escola faz algum biscoito?

- a)  Sim
- b)  Não

15- Qual a finalidade do PETI na sua vida?

- a)  receber dinheiro
- b)  merendar
- c)  permanecer na escola
- d)  adquirir objetos pessoais
- e)  evitar criminalidade
- f)  outros (especificar).....

16- Como era sua vida antes de você entrar no PETI?

R:

17- Como é sua vida durante o tempo que está no PETI?

R:

18- O que precisa melhorar no PETI?

R:

19- Qual o seu maior sonho? Demonstre através de desenho ou escrevendo.

R:

6.2. QUESTIONÁRIO APLICADO AOS PAIS PARA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) NOS PÓLOS DE TRAVESSÃO DE CAMPOS, TRÊS VENDAS E SANTA CRUZ  
Município de Campos dos Goytacazes

PÓLO: \_\_\_\_\_

- 1- Qual a sua idade? \_\_\_\_\_ anos
- 2- Onde você nasceu? \_\_\_\_\_
- 3- Onde você mora? \_\_\_\_\_
- 4- Quanto tempo mora nesse local? \_\_\_\_\_ anos
- 5- Sempre morou no mesmo local?
  - a) ( ) Sim
  - b) ( ) Não
- 4- Você estudou?
  - a) ( ) Sim
  - b) ( ) Não
- 7- Qual a série que concluiu? \_\_\_\_\_
- 8- Quantos filhos? \_\_\_\_\_
- 9- Quantas pessoas tem na sua família? \_\_\_\_\_
- 10- Quantos trabalham? \_\_\_\_\_
- 11- Em que ano você foi inscrito no PETI? \_\_\_\_\_
- 12- Como você se inscreveu no PETI?
  - a) ( ) Nas residências
  - b) ( ) Na Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Promoção Social
  - c) ( ) Nos pólos do PETI
  - d) ( ) Outros
- 13- Quantos filhos são atendidos pelo PETI?
  - a) ( ) 1
  - b) ( ) 2
  - c) ( ) 3
  - d) ( ) 4
  - e) ( ) outros

14- O seu filho trabalhava antes de entrar para o PETI?

a)  Sim

b)  Não

15- Qual o tipo de trabalho seu filho fazia antes do PETI? \_\_\_\_\_

16- O que faz o seu filho quando não está no PETI ou na escola? \_\_\_\_\_

17- Qual tipo de trabalho você faz atualmente? \_\_\_\_\_

18- Quanto sua família recebe ao final de cada mês? (todos que trabalham, especificar)

\_\_\_\_\_

19- Qual o seu salário? \_\_\_\_\_

20- Você recebe o dinheiro do PETI mensalmente?

a)  Sim

b)  Não

21- Você recebe o valor do dinheiro corretamente?

a)  Sim

b)  Não

22- O que você faz com o dinheiro que você recebe?

a)  Uso familiar

b)  Alimentação

c)  Medicamentos

d)  Material escolar

e)  Outros

23- Quanto tempo você espera para receber o dinheiro?

a)  1 a 3 meses

b)  4 a 6 meses

c)  7 a 9 meses

d)  Outros. especificar \_\_\_\_\_

24- O que mudou na sua vida quando passou a receber o dinheiro da Bolsa Criança-Cidadã?

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

25- Atualmente você está trabalhando?

a)  Sim

b)  Não

26- Você participa das reuniões realizadas no pólo?

a)  Sim

b)  Não

c)  Às vezes

27- O PETI oferece curso de preparação para o trabalho?

a) ( ) Sim. Qual? \_\_\_\_\_

b) ( ) Não

28- O que precisa melhorar neste pólo? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

29- Qual a utilidade do PETI para sua família? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

30- O que você pensa para o futuro do seu filho? \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

6.3. FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS FEITAS AOS PROFISSIONAIS DA SMDPS PARA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) NOS PÓLOS DE TRAVESSÃO DE CAMPOS, TRÊS VENDAS E SANTA CRUZ  
Município de Campos dos Goytacazes

PÓLO: \_\_\_\_\_

A - ASPECTOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS

1. Qual a sua formação?
2. Qual a sua função no Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI)?
3. Quantos anos você atua no PETI?
4. Como é feito o processo de seleção para as pessoas que trabalham no PETI?
5. Qual é o salário dos monitores?
6. Os professores recebem férias e 13º salário?
7. Há freqüentes cursos de capacitação para professores que atuam no PETI?
8. Quantos professores iniciaram no PETI e quantos há atualmente?-----início.....hoje
9. Por que não houve correção salarial dos monitores desde a implantação do Programa?

B - QUESTÕES REFERENTES AOS USUÁRIOS DO PROGRAMA

10. Quantas pessoas estão cadastradas objetivando inserção no PETI? Qual o critério adotado?
11. Quantas crianças atualmente estão inscritas no PETI?.....urbanos.....rurais
12. Quantas famílias são usuárias nos pólos de Travessão, Três Vendas e Santa Cruz?
13. Quantas famílias são atendidas pelo programa de Geração de Emprego e Renda nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz?
14. Por que as crianças do pólo de Travessão de Campos e Santa Cruz não freqüentam o Centro Cultural de forma sistemática?
15. Qual o percentual de freqüência das crianças e adolescentes na escola regular e jornada ampliada antes e depois do PETI?

C - QUESTÕES REFERENTES AO PETI

16. Quantas pessoas estão envolvidas com o PETI no município? Especificar por função.
17. Quantos pólos há, atualmente, em Campos dos Goytacazes?.....urbanos.....rurais
18. Há algum Programa destinado aos jovens que completam 15 anos e 11 meses? Especificar.
19. Qual a maior dificuldade do PETI?
20. Por que o pólo de Santa Cruz não tem Programa de Geração de Emprego e Renda?
21. Como foram admitidos os serventes nos pólos de Três Vendas e Travessão de Campos?
22. Por que os pólos não têm sede própria?
23. Há alguma verba, além dos R\$ 25,00 (PETI-rural) e R\$ 40,00 (PETI-urbano) do Governo Federal, como ajuda de custo para o PETI?
24. O PETI é de prevenção e/ou erradicação?
25. Por que a meta do PETI não aumentou, considerando o quantitativo de cadastrados?
26. Há freqüentes fiscalizações das três esferas de governo nos pólos do PETI?
27. O que precisa melhorar no Programa?
28. Como é feita a colônia de férias no PETI?
29. Você acredita na erradicação do trabalho infantil?
30. Se erradicar o trabalho infantil, o que farão os envolvidos com o PETI?

6.4. FORMULÁRIO DE ENTREVISTAS FEITAS AOS MONITORES PARA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO INFANTIL (PETI) NOS PÓLOS DE TRAVESSÃO DE CAMPOS, TRÊS VENDAS E SANTA CRUZ - Município de Campos dos Goytacazes

PÓLO: \_\_\_\_\_

A - ASPECTOS PESSOAIS E PROFISSIONAIS:

1. Idade: \_\_\_\_\_ anos.
2. Onde você mora?
3. Qual a sua formação? Está cursando alguma faculdade? Qual?
4. Este é o primeiro pólo em que você trabalha?
5. Há quantos anos você atua no PETI?
6. Como você foi admitida no PETI?
7. Qual é o salário atual? Há correção salarial? Recebe corretamente?
8. Você possui algum vínculo empregatício?
9. Recebe férias e 13º salário?
10. O que você aprendeu no PETI?
11. Há freqüentes reuniões pedagógicas e cursos de capacitação para os professores do PETI?

B - QUESTÕES REFERENTES AOS USUÁRIOS DO PROGRAMA:

13. Todas as crianças trabalhavam antes de serem inscritas no PETI?
14. Quantas crianças e adolescentes há atualmente neste pólo?
15. Há alunos faltosos? Qual atitude tomada pelo monitor?
16. Quantas crianças abandonaram ou completaram idade em 2003?
17. Qual a maior dificuldade das crianças?
18. Qual o procedimento da criança e do adolescente quando o dinheiro da Bolsa Criança-Cidadã atrasa?
19. Há criança que trabalha paralelamente à freqüência ao pólo?
20. As crianças e adolescentes são atendidas sistematicamente no Centro Cultural?
21. Há algum projeto de encaminhamento para os adolescentes que completam a idade?
22. A família acompanha o desempenho da criança ou adolescente no pólo?

C - QUESTÕES REFERENTES AO PETI:

23. Em que ano foi implantado o Programa? E o pólo?
24. Desde a implantação funciona no mesmo local?
25. Como é a infra-estrutura desse pólo?
26. Há integração entre os organizadores do programa na esfera municipal, os monitores e os professores da escola regular?
27. Há programa de geração de emprego e renda no seu pólo?
28. Quantas famílias são atendidas pelo programa de geração de emprego e renda neste pólo?
29. Quais as dificuldades para o “funcionamento” do Programa? E do pólo?
30. Quais as reivindicações que tem a fazer aos gestores do Programa nos âmbitos Federal, Estadual e Municipal?
31. O que precisa melhorar no Programa e no pólo?
32. Há freqüente fiscalização do PETI pelos órgãos federais, estaduais e municipais?

## 7. LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|           |   |     |
|-----------|---|-----|
| Figura 1  | - Pólos de atendimento do PETI em Campos dos Goytacazes.  | 47  |
| Figura 2  | - Crianças e adolescentes no PETI por faixa etária nos pólos rurais de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz. | 74  |
| Figura 3  | - Crianças e adolescentes no PETI por série escolar nos pólos rurais de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz | 75  |
| Figura 4  | - Imóvel onde funciona o pólo rural de Travessão de Campos  | 98  |
| Figura 5  | - Poço para armazenamento de água no pólo de Travessão de Campos  | 98  |
| Figura 6  | - Imóvel onde funciona o pólo de Santa Cruz   | 98  |
| Figura 7  | - Espaço improvisado para realizar as atividades no pólo de Santa Cruz  | 98  |
| Figura 8  | - A distribuição de merenda no pólo de Três Vendas  | 98  |
| Figura 9  | - Poço para armazenamento de água no pólo de Três Vendas  | 98  |
| Figura 10 | - Sala de reforço escolar no pólo de Três Vendas  | 98  |
| Figura 11 | - Centro Cultural destinado a desenvolver atividades de recreação   | 98  |
| Figura 12 | - Fila para aquisição do contracheque na SMDPS  | 99  |
| Figura 13 | - O prefeito distribuindo brinquedos na fila para aquisição do contracheque   | 99  |
| Figura 14 | - Transporte dos pais da SMDPS para a sede da PMCG para receber o pagamento   | 99  |
| Figura 15 | - Preparação para aula de capoeira no Cento Cultural  | 99  |
| Figura 16 | - Dia anterior ao pagamento da Bolsa Criança-Cidadã   | 99  |
| Figura 17 | - Curso de solda-mecânica no SENAI  | 99  |
| Figura 18 | - Curso de manicure no Centro de Qualificação Profissional na SMDPS   | 99  |
| Figura 19 | - Apresentação de dramatização de adolescentes na feira pedagógica  | 99  |
| Figura 20 | - Momento da merenda no pólo de Três Vendas   | 100 |
| Figura 21 | - Momento de recreação no pólo de Travessão de Campos   | 100 |

## 8. LISTA DE TABELAS

|           |   |    |
|-----------|---|----|
| Tabela 1  | - Percentual por faixa etária dos pais inseridos no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 61 |
| Tabela 2  | - Percentual da origem das famílias inseridas no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.   | 62 |
| Tabela 3  | - Percentual do período de tempo de moradia das famílias do PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 62 |
| Tabela 4  | - Percentual da escolaridade dos pais atendidos pelo PETI dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.   | 63 |
| Tabela 5  | - Percentual de filhos por família dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 63 |
| Tabela 6  | - Percentual de pessoas que compõem a família inscrita no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 64 |
| Tabela 7  | - Percentual de pessoas que trabalham nas famílias inseridas no PETI dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 64 |
| Tabela 8  | - Percentual do período de atendimento das famílias inseridas no PETI dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.   | 65 |
| Tabela 9  | - Percentual do procedimento das famílias para inscrição no PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 65 |
| Tabela 10 | - Percentual de crianças e adolescentes por família inseridos no PETI dos Pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.   | 65 |
| Tabela 11 | - Percentual do tipo de trabalho exercido pelas crianças e adolescentes dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz antes da inserção no PETI.                   | 66 |
| Tabela 12 | - Percentual da ocupação da criança e adolescente dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz no período não concomitante à jornada ampliada e à escola regular. | 67 |
| Tabela 13 | - Percentual de atividades exercidas pelos pais atendidos pelo PETI dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.   | 67 |
| Tabela 14 | - Percentual da faixa salarial das famílias inseridas no PETI dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.   | 68 |
| Tabela 15 | - Percentual do salário dos chefes de família nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz .  | 68 |
| Tabela 16 | - Utilização dos recursos da Bolsa Criança-Cidadã pelas famílias inseridas no PETI dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.                                  | 69 |

|           |  |    |
|-----------|--|----|
| Tabela 17 | - Período de intervalo do pagamento da Bolsa Criança-Cidadã às famílias inseridas no PETI dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz             | 69 |
| Tabela 18 | - Melhoria na vida das famílias atendidas nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz após inserção no PETI.                                      | 70 |
| Tabela 19 | - Participação das famílias nas reuniões realizadas nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 70 |
| Tabela 20 | - Reivindicação feita para o PETI pelas famílias dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz  | 71 |
| Tabela 21 | - Projeto das famílias para os filhos atendidos pelo PETI nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz   | 72 |
| Tabela 22 | - Percentual de famílias inseridas no Programa de geração de emprego e renda nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz                          | 72 |
| Tabela 23 | - Percentual de crianças e adolescentes, por gênero, nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.   | 75 |
| Tabela 24 | - Percentual da carga horária de trabalho de crianças e adolescentes inscritas nos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz                        | 76 |
| Tabela 25 | - Objetivo da jornada ampliada para crianças e adolescentes dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 77 |
| Tabela 26 | - Ocupação das crianças e adolescentes dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, no horário em que estão fora da escola e da jornada ampliada. | 77 |
| Tabela 27 | - Projeto das crianças e adolescentes dos pólos de Travessão de Campos de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, após o PETI.   | 77 |
| Tabela 28 | - Destinação dos recursos adquiridos no PETI pelas crianças e adolescentes dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz                            | 78 |
| Tabela 29 | - Finalidade do PETI para crianças e adolescentes dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz.  | 78 |
| Tabela 30 | - Condição de vida das crianças e adolescentes dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz, antes da inserção no PETI                             | 79 |
| Tabela 31 | - Projeto de vida das crianças e adolescentes dos pólos de Travessão de Campos, Três Vendas e Santa Cruz após o desligamento do PETI                             | 79 |